

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS

Tássia Tabbille Steglich

ETNIAS, CULTURA E TURISMO:
ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL
DO MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS

Santa Maria, RS
2022

Tássia Tabille Steglich

ETNIAS, CULTURA E TURISMO:
ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DO
MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dalva Maria Righi Dotto

Santa Maria, RS
2022

STEGLICH, TASSIA TABILLE
ETNIAS, CULTURA E TURISMO: ESTUDO PARA O
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE
IJUI, RS / TASSIA TABILLE STEGLICH.- 2022.
156 p.; 30 cm

Orientador: Dalva Maria Righi Dotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2022

1. Planejamento turístico 2. Sustentabilidade 3.
Turismo cultural 4. Turismo étnico I. Dotto, Dalva Maria
Righi II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unsw. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt watta cma 10/1728.

Declaro, TASSIA TABILLE STEGLICH, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Tássia Tabbille Steglich

**ETNIAS, CULTURA E TURISMO:
ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DO
MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações Públicas.

Aprovada em 07 de outubro de 2022.

Prof.^a. Dr.^a. Dalva Maria Righi Dotto (UFSM)
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Luciana Battistella (UFSM)
Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Lunardi (IFFAR)
Examinadora

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora. Apesar de não termos tido o contato presencial, em virtude da pandemia de Covid 19, sempre me senti acolhida e muito bem orientada. Obrigada, profe Dalva Maria Righi Dotto! Pelas sugestões, compreensão e carinho!

Aos amigos próximos, não somente pelo incentivo, mas também por proporcionarem momentos de descontração no meio do caos vivido nos últimos anos. Em especial à minha querida Sandi Gehm, que foi o meu ponto de apoio em Santa Maria, pela amizade e reciprocidade em sermos exemplos uma da outra, em praticamente todas as fases da vida, há tantos anos que já perdemos as contas.

Ao Sr. Irani Basso que, no início deste Mestrado, ocupava a função de Secretário Municipal da Fazenda e meu superior. Obrigada pelo incentivo e por não medir esforços para me auxiliar com questões relacionadas às folgas e tempo necessário para as aulas virtuais e as entregas de trabalhos! Sem o teu incentivo, ajuda e, sobretudo, empatia, este Mestrado não teria sido possível.

Ao meu atual superior, Yuri Lucian Pilissão, Secretário Municipal de Meio Ambiente que, além de ocupar a liderança desta Pasta com humildade e humanidade, também é Mestrando, compreendendo perfeitamente as necessidades oriundas deste compromisso.

Ao meu companheiro Guilherme Valentin Hentoux Lazzari, por sempre me incentivar nos estudos e, principalmente, por simplesmente estar ali, do meu lado, em todos os momentos, bons ou ruins, nos dias de paz e nos dias de problemas.

E, em especial, à minha mãe e à minha avó, por serem exemplos de mulheres com extrema resiliência e força e, acima de tudo, por me ensinarem que o meu lugar é onde eu quiser estar. Vocês são as mulheres da minha vida.

“Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?

Isso depende muito de para onde queres ir - respondeu o gato.

Preocupa-me pouco aonde ir - disse Alice.

Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas... - replicou o gato”.

Lewis Carroll

RESUMO

ETNIAS, CULTURA E TURISMO: ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS

AUTORA: Tássia Tabille Steglich
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Dalva Maria Righi Dotto

A diversidade cultural é responsável pela formação da identidade do mundo. Em razão de movimentos migratórios, o Brasil acolheu imigrantes de muitas nacionalidades e, no município de Ijuí, Rio Grande do Sul, esta formação multicultural produziu sua própria identidade, cujos costumes e tradições dos povos colonizadores têm se mantido ao longo da história, mediante etnias organizadas e com a promoção de eventos étnico-culturais. Vislumbrando este movimento étnico como um diferencial, este estudo tem por principal objetivo propor um estudo para ampliar o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no referido município, considerando a compreensão da identidade étnica na formação histórica e organização cultural do município, a contextualização do movimento étnico, resgatando sua cronologia e identificando sua conjuntura atual e a percepção de representantes da sociedade sobre a situação atual e possibilidades de desenvolvimento futuro. Realizou-se um estudo quantitativo, com a aplicação de seiscentos questionários, em quatro segmentos distintos da população (participantes de etnias, empresários; comunidade em geral e não residentes em Ijuí). As categorias do questionário foram definidas a partir das dimensões propostas por Beni (2004) e Sachs (2009), sendo as questões estruturadas em conformidade com as seguintes categorias: Infraestrutura, Econômica, Social, Cultural, Ambiental, Superestrutura e Geral. Foi possível evidenciar alguns gargalos para o desenvolvimento do turismo étnico sustentável, culminando na proposição de ações específicas. Na Categoria Infraestrutura, destacam-se ações concernentes à acessibilidade dos espaços (tanto públicos quanto privados) e ao uso dos espaços já existentes para eventos; na Categoria Econômica, propõe-se o incentivo à participação em rotas turísticas já existentes, além da elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Turístico; na Categoria Social, sugere-se a realização de ações de conscientização acerca dos efeitos positivos do turismo para a comunidade local; na Categoria Cultural, verificou-se essencialmente a necessidade de realização de atividades durante o ano, para além do período sazonal específico da FENADI/Expofest; na Categoria Ambiental, propõe-se a educação ambiental da comunidade local e, ainda, durante os eventos e atividades turísticas e culturais, a conscientização acerca do uso de determinados materiais; na Categoria Superestrutura, percebe-se principalmente a necessidade de atenção e atuação governamental no contexto turístico, em especial na elaboração de um Plano Municipal de Turismo e na utilização de plataformas digitais para a divulgação dos serviços locais que possam impulsionar o turismo; por fim, na Categoria Geral, sugere-se a organização de outros povos e etnias, enriquecendo ainda mais o universo cultural do município de Ijuí, RS.

Palavras-chave: Planejamento turístico. Sustentabilidade. Turismo cultural. Turismo étnico.

ABSTRACT

ETHNICITY, CULTURE AND TOURISM: STUDY FOR SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF IJUÍ, RS

AUTHOR: Tássia Tabille Steglich
ADVISOR: Prof. Dr. Dalva Maria Righi Dotto

Cultural diversity is responsible for the formation of the world's identity. Due to migratory movements, Brazil welcomed immigrants of many nationalities and, in the municipality of Ijuí, Rio Grande do Sul, this multicultural formation produced its own identity, whose customs and traditions of the colonizing peoples have been maintained throughout history, through organized ethnic groups and with the promotion of ethnic-cultural events. Seeing this ethnic movement as a differential, this study has as main objective to propose a study to expand the sustainable development of Ethnic-Cultural Tourism in that municipality, considering the understanding of ethnic identity in the historical formation and cultural organization of the municipality, the contextualization of the ethnic movement, rescuing its chronology and identifying its current situation and the perception of representatives of society about the current situation and possibilities for future development. A quantitative study was carried out, with the application of six hundred questionnaires, in four distinct segments of the population (participants of ethnicities, businessmen; community in general and non-residents in Ijuí). The questionnaire categories were defined based on the dimensions proposed by Beni (2004) and Sachs (2009), and the questions were structured in accordance with the following categories: Infrastructure, Economic, Social, Cultural, Environmental, Superstructure and General. It was possible to highlight some bottlenecks for the development of sustainable ethnic tourism, culminating in the proposition of specific actions. In the Infrastructure Category, actions concerning the accessibility of spaces (both public and private) and the use of existing spaces for events stand out; in the Economic Category, it is proposed to encourage participation in existing tourist routes, in addition to the elaboration of a Regional Tourism Development Plan; in the Social Category, it is suggested to carry out awareness-raising actions about the positive effects of tourism on the local community; in the Cultural Category, there was essentially a need to carry out activities throughout the year, in addition to the specific seasonal period of FENADI/Expofest; in the Environmental Category, environmental education is proposed for the local community and, also, during tourist and cultural events and activities, raising awareness about the use of certain materials; in the Superstructure Category, the need for attention and government action in the tourist context is mainly perceived, especially in the elaboration of a Municipal Tourism Plan and in the use of digital platforms for the dissemination of local services that can boost tourism; finally, in the General Category, the organization of other peoples and ethnicities is suggested, further enriching the cultural universe of the municipality of Ijuí, RS.

Keywords: Cultural tourism. Ethnic tourism. Sustainability. Tourist planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo referencial do SISTUR.....	49
Figura 2: Modelo Sistêmico Complexo do Turismo	52
Figura 3: Desenho da pesquisa	62
Figura 4: Divisão político-administrativa do RS: comparativo entre 1809 e 2018	69
Figura 5: Sede da UETI recém construída	71
Figura 6: Sede da UETI na inauguração	71
Figura 7: Casa típica da Etnia Afro Lar Maria Augusta.....	76
Figura 8: Grupo de danças Charme da Liberdade	77
Figura 9: Casa típica do Centro Cultural 25 de Julho	78
Figura 10: Grupo de Dança Frohe Jugend.....	78
Figura 11: Casa típica do Centro Cultural Árabe	79
Figura 12: Grupo de danças Hayat	80
Figura 13: Casa típica do Centro Cultural Austríaco de Ijuí	81
Figura 14: Grupo de dança austríaca Lustige Tiroler.....	82
Figura 15: Casa típica do Centro de Cultura Espanhola de Ijuí	83
Figura 16: Grupo Las Hermosas	84
Figura 17: Sede da Associação Tradicionalista Querência Gaúcha	85
Figura 18: Apresentação de internada infantil	86
Figura 19: Apresentação de internada juvenil	86
Figura 20: Casa típica da Sociedade Cultural Holandesa	87
Figura 21: Grupo de Danças Moinho de Vento	88
Figura 22: Casa típica do Centro Cultural Regional Italiano	89
Figura 23: Grupo de Danças Pimpinelli.....	90
Figura 24: Projeto Casa Típica da Associação Regional de Cultura Japonesa – Sakura	91
Figura 25: Grupo de Danças Aika	92
Figura 26: Casa típica do Centro Cultural Leto de Ijuí	93
Figura 27: Grupo de danças Staburags.....	94
Figura 28: Casa típica da Sociedade Cultural Polonesa Karol Wojtyla.....	95
Figura 29: Grupo Folclórico Infantil Maly Krakus	96
Figura 30: Casa Típica do Centro Cultural Português	97
Figura 31: Rancho Folclórico Alma Lusa.....	98
Figura 32: Casa típica do Centro Cultural Sueco	99
Figura 33: Grupo de danças Svenska Danser	100
Figura 34: Parque de Exposições	124
Figura 35: Estação Cultura e Lazer.....	125
Figura 36: Estação Cidadania, Cultura e Esporte.....	125
Figura 37: Visão geral do site da Prefeitura de Ijuí.....	135
Figura 38: Guia da Cidade - Site Prefeitura de Ijuí	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dimensões e critérios de sustentabilidade de Sachs	37
Quadro 2: Níveis de gestão para a regionalização do turismo.....	42
Quadro 3: Princípios de sustentabilidade, segundo o Ministério do Turismo	44
Quadro 4: Composição do SISTUR.....	50
Quadro 5: Modelo de planejamento estratégico utilizado em Ribeira Grande, Portugal.....	58
Quadro 6: Resumo de objetivos, métodos e fontes das informações	66
Quadro 7: Etnias consolidadas no Município de Ijuí, RS	75
Quadro 8: Compilação das ações propostas	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos respondentes.....	102
Tabela 2: Percepção sobre Infraestrutura	104
Tabela 3: Percepção sobre Economia	105
Tabela 4: Percepção sobre aspectos sociais	105
Tabela 5: Percepção sobre Cultura	106
Tabela 6: Percepção sobre Meio Ambiente.....	107
Tabela 7: Percepção sobre Superestrutura	108
Tabela 8: Percepção sobre aspectos gerais	109
Tabela 9: Agrupamento de variáveis em fatores	111
Tabela 10: Percepções gerais de acordo com a categoria social	113
Tabela 11: Percepções gerais de acordo com a idade	115
Tabela 12: Percepções gerais de acordo com a formação escolar	116
Tabela 13: Percepções gerais de acordo com a renda	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo principal	18
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DELINEAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS	23
2.1 CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS	23
2.2 TRAJETÓRIA DO TURISMO, GENERALIDADES E DIMENSÃO CULTURAL ..	27
2.2.1 Turismo cultural	30
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PLANEJAMENTO TURÍSTICO	33
2.3.1 Desenvolvimento e sustentabilidade	33
2.3.2 Turismo como fator de desenvolvimento local	39
2.3.3 Modelos de planejamento e desenvolvimento do turismo, com ênfase na sustentabilidade	43
2.3.3.1. Relevância do planejamento turístico local	53
2.3.3.2 Estudos sobre aplicação de modelos de desenvolvimento e planejamento turístico sustentável	55
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA	61
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE, POPULAÇÃO, AMOSTRA	63
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA	64
3.4 ANÁLISE DE DADOS	65
3.5 SÍNTESE DO MÉTODO	66
4 RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA	68
4.1 MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E ÉTNICA	68
4.2 MOVIMENTO ÉTNICO IJUIENSE: DA IMIGRAÇÃO À ATUALIDADE	73
4.2.1 Etnia Afro-brasileira	75
4.2.2 Etnia Alemã	77
4.2.3 Etnia Árabe	79
4.2.4 Etnia Austríaca	80
4.2.5 Etnia Espanhola	82
4.2.6 Etnia Gaúcha	84
4.2.7 Etnia Holandesa	86
4.2.8 Etnia Italiana	88
4.2.9 Etnia Japonesa	91
4.2.10 Etnia Leta	92
4.2.11 Etnia Polonesa	94
4.2.12 Etnia Portuguesa	96
4.2.13 Etnia Sueca	98
4.2.14 Etnias e povos não organizados oficialmente	100
4.3 PERCEPÇÕES ACERCA DO TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS	102
4.3.1 Perfil dos respondentes	102

4.3.2 Estatística descritiva das variáveis	103
4.3.3 Análise fatorial dos dados.....	109
4.3.4 Análise de diferenças de média entre as variáveis.....	113
4.3.5 Sugestões sobre a FENADI / Expofest Ijuí	119
4.3.6 Sugestões relacionadas ao turismo das etnias em Ijuí	120
5 ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS.....	122
5.1. AÇÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA	123
5.2. AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA	126
5.3. AÇÕES RELACIONADAS À SOCIEDADE.....	128
5.4. AÇÕES RELACIONADAS À CULTURA.....	130
5.5. AÇÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE.....	131
5.6. AÇÕES RELACIONADAS À SUPERESTRUTURA.....	133
5.7. AÇÕES GERAIS	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
APÊNDICE A: Questionário aplicado	154

1 INTRODUÇÃO

A cultura encontra seu espaço nas raízes do ser humano, sendo sua perpetuidade garantida nas tradições e nos costumes de seu povo. Definida epistemologicamente como o significado que um grupo social dá à sua própria existência, através de um conjunto de crenças e valores, habituais, constantes e transmitidos entre gerações, entre grupos étnicos, religiosos e sociais, a cultura é dinâmica, incorporando e abandonando elementos a todo tempo (GRUMAN, 2008; MIDGLEY; VENAİK; CHRISTOPOULOS, 2018).

Em conformidade com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (DUDC), a cultura deve ser considerada um patrimônio comum da humanidade, que tem o dever de reconhecê-la e resguardá-la para as gerações vindouras (UNESCO, 2001). No Brasil, a pluralidade étnica de comunidades que se deslocaram para o país em diferentes períodos históricos constitui um hibridismo cultural e religioso único, produzindo bens materiais e imateriais a serem preservados e que podem ser identificados nos mais diversos setores da cultura brasileira (ARAGÃO, 2015).

A diversidade cultural pode ser compreendida como uma das origens do desenvolvimento, não apenas sob o viés econômico, mas também sob a ótica intelectual, afetiva, moral e espiritual (UNESCO, 2001). Para além do contexto histórico e de enraizamento identitário, a cultura se manifesta no desenvolvimento da sociedade, pois se torna uma “oportunidade de estruturação de novos produtos turísticos [...] e converte o turismo em uma atividade capaz de promover e preservar a cultura brasileira” (BRASIL, 2010a).

Tanto a cultura quanto o turismo são elementos significativos para o desenvolvimento local, visto que os indivíduos, além de sua tradição e costumes, trazem consigo relações específicas com as suas cidades, tais como “[...] símbolos, traços de vivências que inúmeras pessoas tiveram e significados únicos que cada pessoa atribui aos determinados lugares” (COUTO E CKAGNAZAROFF, 2016, p. 228). Desta forma, nota-se que as particularidades territoriais influenciam significativamente em seu desenvolvimento, tornando-se relevante o conhecimento destas características para a concepção de estratégias específicas.

Diversas são as teorias e os modelos relacionados ao desenvolvimento local, pautadas em aspectos econômicos, geográficos, sociológicos, entre outros. No Brasil, o paradigma de desenvolvimento endógeno retomou a relevância do

desenvolvimento local/regional, deixado de lado durante algumas décadas. Este modelo refere-se à mudança estrutural capaz de promover o desenvolvimento a partir da participação e liderança da comunidade que, ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, proporciona a melhoria do nível de vida da população (BARQUERO, 2001). Busca reconhecer as características locais, fornecendo informações aos gestores públicos para a elaboração de um planejamento compatível com a realidade gerenciada.

Outro subsídio relevante diz respeito ao Modelo de Desenvolvimento Sustentável proposto por Sachs (2009). Para o autor, o desenvolvimento deve ser considerado a partir de oito dimensões: ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional. Importante ressaltar que o desenvolvimento sustentável, no Brasil, encontra embasamento constitucional. Deste modo, trata-se de um modelo hodierno a ser observado pelos gestores públicos, independente da esfera de atuação, tendo em vista a crescente relação entre sustentabilidade e eficiência na gestão pública.

Assim como os modelos de desenvolvimento local, as abordagens específicas para o desenvolvimento turístico fornecem embasamentos relevantes para a atuação do gestor público, considerando as especificidades e potencialidades de cada localidade. Existem variados métodos propostos, em nível nacional e internacional. Dentre as produções internacionais, destaca-se a abordagem sustentável do turismo de Hall (2001) como uma forma de garantir a sistemática do desenvolvimento turístico aliada à proteção e preservação ambiental, buscando-se evitar ações que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente natural. O autor compreende o turismo como um sistema integrado composto a partir de elementos diversos, que se inter-relacionam e não permitem o seu tratamento individualizado.

No contexto nacional, destacam-se algumas produções acadêmicas. Para Ruschmann (1997) o planejamento turístico deve ocorrer em harmonia com os recursos culturais, sociais e naturais das localidades, buscando evitar a degradação destes. Dentre as categorias de análise propostas pela autora, destacam-se a seleção das prioridades, a determinação dos objetivos, o reconhecimento das características locais, a abrangência das ações, as responsabilidades de cada ente governamental, os prazos para execução de cada ação pretendida e, ainda, a

possibilidade de avaliação de impactos positivos e negativos (ambientais, econômicos e socioculturais).

O planejamento turístico proposto por Petrocchi (2009), por seu turno, deve ser realizado a partir das seguintes etapas: análise macroambiental (interna e externa); sumário das informações através de elaboração de diagnóstico, delimitação dos objetivos possíveis (reconhecimento da demanda); formulação de estratégias de marketing (posicionamento mercadológico da oferta turística); estratégias de comunicação (divulgação dos produtos e roteiros) e, por fim, elaboração de planos setoriais. Trata-se de ações sucessivas e necessárias para reconhecer a realidade vivenciada pelo local onde se pretende realizar o planejamento e conseqüente desenvolvimento turístico.

O Sistema de Turismo (SISTUR) de Beni (2004) propõe uma abordagem sistêmica composta por três conjuntos: Conjunto das Relações Ambientais (CRA), Conjunto da Organização Estrutural (COE) e Conjunto das Ações Operacionais (CAO). Cada conjunto possui seus subsistemas e todos são analisados de maneira sistêmica, considerando que todos os elementos se relacionam entre si. O SISTUR é considerado a produção científica nacional consolidada na comunidade acadêmica, sendo observada por demais autores na elaboração de seus próprios modelos e métodos de planejamento turístico, tendo sido, inclusive, reconstruído tempos depois, em virtude da complexidade de seu entendimento (BENI E MOESCH, 2017; SILVA E SONAGLIO, 2013).

Promover o desenvolvimento turístico local pressupõe a consolidação de políticas públicas no setor, com responsabilidades públicas e privadas compartilhadas. O Estado é o principal formulador e ator destas políticas; porém, para que os objetivos destas sejam concretizados, a sociedade possui um papel significativo (BERCOVICI, 2006). O setor turístico é um setor promissor que "[...] subsidia benefícios expressivos à sociedade em geral, pois proporciona crescimento e desenvolvimento nos campos econômico, social, ambiental, cultural e também político" (GALDINO E COSTA, 2011, p.2). Fratucci (2008) argumenta, ainda, que o setor econômico do turismo representou uma excelente oportunidade para reconstruir os países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, considerando seu potencial de geração de empregos e circulação de moedas estrangeiras.

Do mesmo modo, cumpre ressaltar que, enquanto sujeitos políticos, os indivíduos gozam de cidadania cultural e, por conseqüência, possuem direito à

produção e uso de bens culturais, à invenção de novos significados, à formação cultural e artística, entre outros (GRUMAN, 2008). Compreende-se, à vista disso, a relevância da gestão pública na efetivação de políticas capazes de abranger a pluralidade cultural de uma nação. Sustentam Miranda, Rocha e Egler (2014) que as políticas públicas devem promover a valorização da criação artística, produção e difusão cultural, além de manter os patrimônios históricos, arquitetônicos e arqueológicos.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

As manifestações culturais são partes de cada grupo social. Trata-se de uma busca pelo próprio significado perante o mundo, ou seja, um sentimento de pertencimento a um povo (REICHENBERGER, 2019). Turismo e cultura encontram-se inter-relacionadas e, para o presente estudo, destaca-se o turismo étnico, que envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios de diversas partes do mundo, além de comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais "que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres" (BRASIL, 2010a, p. 20).

Notadamente, o modelo de turismo étnico busca rebater a uniformização do consumo da cultura em massa, uma vez que visa a valorização dos povos e suas raízes, concebendo e preservando suas peculiaridades e fornecendo conhecimento cultural acerca de grupos sociais importantes para a formação histórica do Brasil (ARAGÃO, 2015). O turismo étnico encontra um significativo espaço de atuação, carecendo de estudos aprofundados acerca das suas possibilidades e formas de organização nas localidades que possuem identidades étnicas específicas. Entretanto, de acordo com o mencionado por Dotto et al. (2018), muitas iniciativas de ofertas de produtos turísticos seguem embrionárias ou estagnadas, em virtude da precariedade de informações e amadorismo na organização destes movimentos.

Em conformidade com Vieira, Hoffmann e Alberton (2018), o turismo desperta interesses acadêmicos e governamentais, onde a competitividade dos destinos torna-se essencial para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Conforme Hall et al. (2020), cerca de 85% das viagens, em todo o mundo, ocorre em nível doméstico, ou seja, nos contextos locais, regionais e nacionais. A atividade turística é, portanto, desafiadora, necessitando de articulações organizacionais,

políticas institucionais e estratégias mercadológicas específicas. Juntas, estas ações devem assumir uma perspectiva de desenvolvimento territorial, relacionada de maneira direta à sustentabilidade das ações e das relações entre os indivíduos (DOTTO et al., 2018). Barbosa (2005) comenta, ainda, que a presença de turistas requer adaptações comportamentais do poder público, visando atender e conciliar as necessidades de turistas e residentes.

Bercovici (2006, p. 148) realiza uma crítica relevante ao desenvolvimento brasileiro. Segundo o autor, o Brasil “[...] não está, e nunca esteve, apesar das inúmeras tentativas, organizado para formular e executar uma política de desenvolvimento continuada. Surgem planos, mas não há planejamento”. Nesta mesma linha, Brasil (2011, p. 10), destaca que o desenvolvimento turístico das localidades exige uma melhor organização e destaque das atividades e conceitos preponderantes, no intuito de “[...] compreender as dinâmicas do sistema turístico e associá-las à infraestrutura de serviços, a fim de estabelecer o diferencial para a venda de um destino”.

Isto posto, o tema proposto para o presente estudo diz respeito à compreensão das perspectivas de desenvolvimento turístico local a partir das identidades étnicas e culturais, tendo por objeto o Município de Ijuí, RS. O movimento étnico ijuiense é um elemento cultural e potencialmente turístico de significativa relevância local, que vem ganhando visibilidade regional e nacional-

Formado essencialmente por imigrantes, os habitantes do referido município cultivaram, no decorrer de sua trajetória, a história e a cultura de seus antepassados. De maneira cada vez mais ordenada, os imigrantes e seus descendentes foram organizando suas próprias etnias (MARQUES, 2002). Atualmente existem treze etnias que possuem atividades conjuntas de preservação da identidade cultural: Afros, Alemães, Árabes, Austríacos, Espanhóis, Gaúchos, Holandeses, Italianos, Japoneses, Letos, Poloneses, Portugueses e Suecos. Destas, apenas a etnia japonesa ainda não possui casa étnica própria, construída junto ao Parque Municipal de Exposições Wanderley Agostinho Burmann.

Desde 1987, realizou-se anualmente a Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI) como um dos principais eventos relacionados ao movimento étnico ijuiense e, a partir de 2022, o evento passou a ser denominado Expofest Ijuí – Exposição – Festa Internacional das Etnias. Nos últimos anos, este movimento foi ganhando cada vez mais notoriedade, carecendo de estudos sobre

seu impacto e continuidade, buscando subsídios para o desenvolvimento de atividades turísticas locais durante o ano todo, não somente no período dedicado a eventos específicos. Assim, no intuito de compreender o tema proposto, este estudo visa responder ao seguinte questionamento: “Como promover o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Ijuí, RS, considerando o principal elemento o turismo étnico cultural existente?”

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo principal

O presente estudo tem por principal objetivo propor um conjunto de ações para ampliar o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no Município de Ijuí, RS.

1.2.2 Objetivos específicos

Considerando o objetivo principal e a temática escolhida, o estudo propõe, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Compreender a relevância da identidade étnica na formação histórica e organização cultural do município de Ijuí/RS;
- Contextualizar o movimento étnico no Município de Ijuí, RS, resgatando sua cronologia e identificando sua conjuntura atual;
- Verificar a percepção de representantes da sociedade sobre a situação atual e possibilidades de desenvolvimento do turismo étnico-cultural em Ijuí.

1.3 JUSTIFICATIVA

A construção histórica e cultural das localidades, em todo o mundo, é fruto da diversidade social, principalmente em virtude dos processos de diáspora vivenciados pelos povos e, no Brasil, o processo de colonização miscigenou a população autóctone (indígena), escravos (africanos) e colonizadores (imigrantes das mais diversas partes do mundo) (ARAGÃO, 2015; BENI, 2004). Neste sentido, nota-se

que a preservação da identidade cultural das diversas etnias presentes na composição social brasileira torna-se uma responsabilidade conjunta da comunidade e do Estado, onde o turismo étnico, enquanto variável do turismo cultural, demonstra-se como potencialidade para o desenvolvimento das localidades (ARAGÃO, 2015).

A importância acerca do pertencimento cultural e identitário vêm ao encontro de inúmeras discussões acerca da efemeridade social. Bauman (2001) concebia a liquidez da modernidade como uma característica capaz de reconhecer a sua transitoriedade, ou seja, a sua capacidade constante de transformação. Notadamente, tais conceitos aplicam-se às reconstruções paradigmáticas relacionadas aos próprios direitos humanos, verificando-se, sobretudo uma preocupação cada vez maior com o ser e o pensar, para além do ter.

Assim sendo, as tradições e direitos costumeiros seriam os primeiros conceitos sólidos a "derreter", no intuito de possibilitar a construção de uma nova ordem: a ordem moderna. Citando Henry Ford, Bauman (2001) afirma, ainda, que no início do século XIX, a partir da revolução industrial, a história era considerada bobagem, desejando-se viver exclusivamente no presente e proporcionando o crescimento econômico e próspero no futuro. Entretanto, a manutenção de raízes e o resgate da construção histórica permanecem abundantes de significado, pois a memória e a identidade das comunidades são patrimônio histórico e cultural da humanidade (BRASIL, 2010a).

Neste contexto de pluralidade cultural, a Colônia de Ijuhy, fundada oficialmente em maio de 1890, recebia seus primeiros habitantes, imigrantes de diversas partes do mundo – principalmente da Europa (BINDÉ, 2009b). Estabeleceram-se com dificuldade, buscando o entendimento mútuo através de distintos idiomas: alemães, italianos, letos, holandeses, espanhóis, árabes, portugueses, entre outros. Com o passar das décadas, a cultura imigrante não se esvaneceu. Pelo contrário, imigrantes e seus descendentes buscaram manter vivas as tradições de seus povos (MARQUES, 2002). Para Fischer (2002, p. 64), no Município é possível encontrar “uma população composta das mais variadas raças e nacionalidades, que só se encontra nos grandes centros cosmopolitas”. O autor corrobora, ainda, citando que: “[...] nesta pequena nesga da terra gaúcha, efetua-se o que é o sonho da política imigratória brasileira: o amálgama da variedade das raças e nacionalidades para plasmar a nova e verdadeira raça brasileira do futuro”.

Através do tempo e com as transformações sociais vivenciadas, diversas ações foram realizadas no sentido de conservar as tradições culturais, transpassando gerações. Em 1987, após estudos acadêmicos e profissionais de líderes da comunidade engajados na causa cultural, realizou-se a primeira Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI). Surgia, oficialmente e de forma organizada, o movimento étnico no Município de Ijuí. Anos mais tarde, consolidou-se a União das Etnias de Ijuí (UETI), uma organização voltada à representação do movimento étnico (FISCHER, 2002; MARQUES, 2002).

Desde então, o poder público passou a dedicar ainda mais atenção a este movimento cultural. Nos últimos anos, houve significativa participação do governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei de Incentivo à Cultura estadual, na realização da FENADI e em demais atividades culturais relacionadas às etnias. A participação federal também é significativa para o movimento étnico ijuiense, principalmente através da Lei de Incentivo à Cultura, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) com a finalidade de captar e canalizar recursos para o referido setor (BRASIL, 1991). Já no âmbito municipal, o aporte de recursos públicos ocorre na forma de contrapartidas financeiras relacionadas aos recursos federais e estaduais, além de outros incentivos como consentir o uso de espaços públicos para feiras, realização de eventos diversos, dentre outros.

Destaca-se, ainda, que a comunidade ijuiense e a iniciativa privada participam ativamente deste movimento de diversas formas. A organização das casas étnicas, por exemplo, está sob a responsabilidade de famílias descendentes dos primeiros imigrantes habitantes de Ijuí; as empresas, através de incentivos fiscais, fornecem os patrocínios necessários às diversas ações que compõem o movimento. Considerando a crescente visibilidade deste movimento e relevância deste patrimônio cultural imaterial, em dezembro de 2021 foi promulgada a Lei Federal que confere ao município de Ijuí o título de “Capital Nacional das Etnias” (SENADO FEDERAL, 2021) e, em outubro de 2022, a Organização Internacional de Folclore e Arte Popular, credenciada pela UNESCO, reconheceu o município como “Capital Mundial das Etnias” (IOV BRASIL, 2022).

Nota-se a existência de elementos étnicos e culturais e, ainda, a movimentação dos envolvidos na divulgação deste movimento, buscando agregar valor ao município e potencializar a valorização destes recursos enquanto estratégia identitária. Destaca-se, também, que a atividade turística possui um efeito

multiplicador, sendo um fator elementar para o desenvolvimento local/regional (BARBOSA, 2005). Entretanto, o turismo municipal com ênfase nesta identidade étnica e cultural, ainda não se encontra organizado de modo a promover o desenvolvimento local, valorizando seus recursos culturais de maneira constante e não apenas sazonal (durante o período específico de feiras e eventos, por exemplo). Importante ressaltar o apontamento de Couto e Ckagnazaroff (2016) de que as prefeituras devem criar condições para o desenvolvimento a partir das particularidades locais e interesses de seus munícipes, analisando e efetivando políticas públicas de acordo com suas especificidades. Até a elaboração desta dissertação, inexistiu um Plano Municipal de Turismo, por exemplo; entretanto, cumpre destacar a existência do Conselho Municipal de Turismo, instituído em 1997 e do Plano Municipal de Cultura, com vigência 2013-2023 (MUNICÍPIO DE IJUÍ, 1997; 2013).

Considerando as dificuldades relacionadas ao planejamento do desenvolvimento brasileiro, nota-se a relevância deste e de outros estudos que busquem identificar características locais e fornecer subsídios aos gestores públicos e à sociedade em geral. O presente estudo busca fornecer subsídio para o fortalecimento e desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo cultural, considerando as características e as especificidades locais, que possam servir de parâmetro aos gestores deste e de outros municípios para o desdobramento de suas agendas de desenvolvimento turístico local.

Com a convergência entre políticas públicas de cultura, turismo e desenvolvimento local sustentável, a relevância das relações entre Estado e sociedade e o papel do gestor público na execução destas políticas, tendo em vista sua proximidade com a realidade local, justifica-se o presente estudo, que propõe ações para ampliar o desenvolvimento do Turismo Étnico-Cultural e fornece subsídios aos gestores públicos para o planejamento e a concretização futura de estratégias de turismo no Município de Ijuí, RS. Destaca-se que o aspecto étnico, um dos elementos caracterizadores do município, encontra seu significado pautado na relevância da cultura para os povos, transformando a cultura e o turismo em um campo fértil para o desenvolvimento local, respeitando-se as questões complexas e atuais da composição social.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo encontra-se dividido em seis seções, além das referências e apêndice, em conformidade com o desenvolvimento da temática escolhida. Na primeira seção, realizam-se as considerações introdutórias sobre o tema, abordando aspectos gerais acerca da identidade cultural e desenvolvimento local através do turismo e contextualizando aspectos relacionados aos objetivos (geral e específicos), o tema proposto e a justificativa para sua realização.

Em seguida, aborda-se o referencial teórico necessário à compreensão do tema, ou seja, a identificação de conceitos, teorias e contextualizações históricas relevantes aos objetivos propostos, abordando questões relacionadas à cultura, turismo e desenvolvimento local através do planejamento turístico pautado na sustentabilidade e destacando, inclusive, casos de aplicação concreta dos conceitos e modelos expostos.

Após, são delineados os métodos de pesquisa adotados, indicando os instrumentos utilizados para a coleta das informações necessárias e relevantes à proposta do estudo. No quarto capítulo, contextualiza-se o Município de Ijuí, caracterizando-o sob os aspectos históricos, sociais e étnicos, buscando compreender sua formação e colonização e, ainda, descrevendo o movimento étnico ao longo de sua história. Em seguida, são demonstradas as percepções acerca do turismo étnico-cultural no referido município, evidenciando as informações coletadas através da aplicação de questionários.

No quinto capítulo, apresenta-se uma proposta de ações para o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no município de Ijuí, a partir dos dados selecionados e analisados. Por fim, apresentam-se as Considerações Finais do presente estudo, realizando um apanhado geral acerca dos objetivos pretendidos e resultados alcançados.

2 CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DELINEAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS

O presente capítulo inicia abordando os conceitos de cultura e suas políticas públicas, em nível mundial para, em seguida, contextualizar a diversidade cultural brasileira e seus principais aspectos. A trajetória do turismo encontra-se delineada logo após, traçando suas características e encontros com o mundo da cultura para que, em seguida, possam ser traçadas as relevâncias do planejamento e da sustentabilidade no desenvolvimento turístico. Ao final, são exemplificados casos de aplicação concreta dos conceitos e modelos expostos.

2.1 CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A diversidade cultural, em todo o mundo, revela-se também no pluralismo de conceitos e significados. Moreno (2014) comenta aspectos sobre a identidade humana, ligada à representação da cultura de um ou mais grupos humanos. Assim, a identidade cultural implica na produção de discursos dotados de signos de identificação.

Podemos dizer que cultura se refere ao significado que um grupo social dá à sua experiência, incluindo aqui ideias, crenças, costumes, artes, linguagem, moral, direito, culinária etc. A cultura é dinâmica, se recicla incessantemente incorporando novos elementos, abandonando antigos, mesclando os dois transformando-se num terceiro com novo sentido (GRUMAN, 2008, p. 175-176).

A cultura pode ser definida como o conjunto de todas as formas de expressão do homem: sentir, agir, pensar e fazer, além das relações entre eles e o ambiente onde se encontram e interagem (BRASIL, 2010a). Para Gruman (2008, p. 176), “O ser humano é humano porque produz cultura, dando sentido à experiência objetiva, sensorial”. Nesta perspectiva, é possível afirmar que “o Brasil possui um patrimônio cultural diversificado e plural” (BRASIL, 2010a, p. 11). Esta diversidade passou a pautar as discussões internacionais, sobretudo em virtude da globalização, identificando a necessidade de promoção das identidades culturais a partir da preservação desta diversidade, tendo em vista as diversas formas de reconhecimento destas identidades (sexual, étnico, racial) (ALVES, 2010).

Depreende-se, diante das conceituações expostas, que a cultura possui uma pluralidade de entendimentos. Para o presente estudo, adotar-se-á o conceito de cultura como o sentimento de pertencimento a um grupo, a partir do compartilhamento de valores e crenças através das gerações, por meio de comportamentos individuais e coletivos compatíveis com o grupo ao qual se pertence (GRUMAN, 2008; REICHENBERGER, 2019; UNESCO, 2001). Compreendem-se, portanto, a cultura e a diversidade cultural como fenômenos coletivos, onde cada elemento possui sua parcela de significado na sua construção.

Considerando a cultura como um fenômeno coletivo, há que se ressaltar a relevância da promoção de ações em prol de sua proteção. Nesta seara, o patrimônio e a diversidade cultural devem ser preservados, em conformidade com as diretrizes atuais da atuação dos Estados e da sociedade e, para tanto, destaca-se o papel da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A partir de sua consolidação, os elementos culturais da humanidade passaram a ser compreendidos como patrimoniais, ou seja, passíveis de proteção em nível nacional e internacional (ALVES, 2010).

A UNESCO passou a capitanear as discussões realizadas em âmbito mundial no que diz respeito a um conjunto de ações e propostas de regulamentação, definição e normatização da categoria cultura em face das profundas transformações ocorridas no final do século XX (ALVES, 2010, p. 540).

Desde a sua fundação, a UNESCO dedica-se à promoção de discussões transnacionais, com efeitos internacionais e nacionais, sobre ações protetivas aos patrimônios de todas as nações do mundo. A construção de uma rede de convenções, balizada por critérios universalmente aceitos, possibilita apoiar, de modo direto e efetivo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, as políticas adotadas por cada país, a partir de seus esforços nacionais e suas particularidades (BO, 2003).

Herskovits (2018) e Veer e Dezentje (2018) compreendem a cultura enquanto elemento da própria dignidade humana. Para os autores, debates históricos e atuais acerca dos direitos humanos devem englobar as diversas facetas que compõe a condição de humanidade, culminando na adoção de convenções e documentos internacionais, ratificados por cada um dos países, em suas particularidades. Os autores adotam uma posição de crítica à Declaração Universal dos Direitos

Humanos, mencionando que a mesma expressa o sujeito de maneira individual e, em uma ordem global marcada pela pluralidade cultural, esta individualidade deve ser transformada em coletividade e respeito à diversidade.

Alves (2010, p. 542) comenta que os apelos referentes à diversidade e preservação das identidades locais “[...] foram potencializados em territórios como a América Latina, contextualmente marcados por uma grande heterogeneidade de línguas, crenças, costumes e tradições”. No âmbito brasileiro, as particularidades e diversidades de elementos culturais acompanham sua formação desde o início. Nesta linha, Aragão (2015, p. 198) comenta:

O Brasil é um país com diferentes culturas e etnias, que por aqui aportaram africanos, europeus e asiáticos em diferentes contextos históricos e regimes econômicos, proporcionando ao país, um legado cultural em que pesam diversas influências culturais.

Considerando esta diversidade cultural, o país tem se dedicado a proteger suas tradições populares através da promoção de políticas públicas apoiadas, em diversas situações, no ordenamento jurídico brasileiro. Miranda, Rocha e Egler (2014) realizam um recorte das políticas culturais, no Brasil, desde a chegada da Corte Portuguesa. Em consonância com a pesquisa realizada pelos autores, dentre as primeiras instituições culturais destacam-se a Biblioteca Nacional (1810), Museu Histórico Nacional (1922) e o Museu de Belas-Artes (1937). Ocorriam, nestes períodos históricos, dicotomias de significado da cultura: por um lado, o acesso às instituições mencionadas era restrito às elites brasileiras; por outro, existia a cultura popular, antropológica, pertencente às pessoas comuns.

A partir das constituições federais brasileiras (iniciando-se pela de 1934), a promoção da cultura e a proteção dos patrimônios artísticos e históricos passaram a fazer parte do rol de competências comuns aos entes governamentais. Na década de 70, o Governo Federal criou diversos órgãos de cultura voltados para a formalização de um conjunto de diretrizes para este setor: Fundação Nacional de Arte (1975), Conselho Nacional do Direito Autoral (1973), Conselho Nacional de Cinema (1976), entre outros. Ressalta-se, no entanto, o papel da censura neste período: "Nenhuma produção artística cultural poderia ser veiculada sem antes passar pela aprovação dos censores. Muitos artistas brasileiros foram exilados" (MIRANDA, ROCHA E EGLER, 2014, p. 32).

O retorno à proteção da cultura enquanto política pública ocorreu de forma mais contundente a partir da década de 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 216, dispõe que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, que contenham referências à identidade, ação e memória dos diferentes grupos responsáveis pela formação da nação brasileira. O parágrafo primeiro deste artigo dispõe:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, s.p.).

Diante disto, depreende-se a corresponsabilidade entre Estado e sociedade na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cronologicamente, a Lei Federal nº 8.313/91 destaca-se por instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Este Programa tem a finalidade de captar e canalizar recursos à cultura e, dentre seus objetivos, destacam-se o estímulo à regionalização da produção cultural e artística brasileira, a valorização dos conteúdos locais, a preservação do patrimônio pela pluralidade cultural (BRASIL, 1991). Ainda em âmbito nacional, o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei Federal nº 12.343/10, propôs diretrizes, estratégias e ações para o fortalecimento das políticas públicas culturais para um período de 10 (dez) anos. O PNC tem por objetivos universalizar o acesso à arte e à cultura, estimular a sustentabilidade socioambiental, reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores, reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira, entre outros (BRASIL, 2010b).

Nesta seara, os estados brasileiros também delimitaram normativos e políticas de cultura voltadas às suas realidades. No caso do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 13.490/10 instituiu o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (PRÓ-CULTURA), com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes de incentivos a contribuintes e do Fundo de Apoio à Cultura, em projetos culturais executados no âmbito estadual (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

As políticas culturais promovidas nos três âmbitos estatais são práticas que buscam o envolvimento do Estado e da iniciativa privada na proteção, promoção e consolidação da cultura enquanto patrimônio da sociedade. Este patrimônio, em diversas localidades, serve de base para o desenvolvimento do turismo, considerando as particularidades e o pluralismo que permeia a sociedade mundial, conforme disposto a seguir.

2.2 TRAJETÓRIA DO TURISMO, GENERALIDADES E DIMENSÃO CULTURAL

A atividade turística estende suas raízes através da história, com algumas formas de turismo existindo desde as mais antigas civilizações. Citam-se como exemplos as viagens para apreciar os jogos olímpicos da Grécia antiga; as peregrinações religiosas; as viagens dos homens romanos livres para comércio, prazer e descoberta de novas terras; as cruzadas e as grandes navegações para a conquista de territórios, entre outras situações que denotavam o deslocamento de indivíduos e grupos dentre os territórios. Na sociedade atual, o conceito de turismo remete ao século XVII: a palavra *tour*, de origem francesa, passou a ser amplamente utilizada para referir-se a um tipo especial de viagem de ida e volta realizada por classes privilegiadas e, quase que exclusivamente, por homens. Ainda no início do século XX, definia-se o turismo como um processo econômico manifestado pela chegada, permanência e saída do turista de uma determinada localidade. O turismo enquanto satisfação de desejos e luxos pessoais também faz parte do rol de suas definições, compreendendo o turista como um viajante de luxo, consumidor de bens econômicos e culturais por possuírem boa situação financeira (BARRETO, 2008; NAKASHIMA E CALVENTE, 2016; RUSCHMANN, 1997).

No setor econômico, o turismo apresentou-se como possibilidade de reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, como consequência “[...] dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo” (RUSCHMANN, 1997, p. 13). A retomada do setor turístico ensejava o retorno da geração de empregos e circulação de moedas estrangeiras nos países afetados. Fratucci (2008) denomina o início do século XX como a "*Belle Époque*", trazendo maior liberdade e novos conceitos de vida para as sociedades. Durante décadas, o turismo era prerrogativa de alguns poucos cidadãos privilegiados, estando restrito

aos segmentos da população detentores dos níveis mais altos de renda, que possuía tempo e dinheiro para viajar e conhecer diversas partes do mundo, simplesmente por lazer (RABAHY, 2019).

Atualmente o turismo passou a integrar o estilo de vida de um número cada vez maior de pessoas, em todo o mundo. Isso ocorreu em virtude da massificação da atividade, especialmente entre as décadas de 50 e 70, com o início da comercialização de pacotes e vôos cada vez mais acessíveis financeiramente, além do desenvolvimento dos setores de transporte e comunicação, aumento da renda real e do tempo livre e, ainda, as mudanças comportamentais dos indivíduos em busca de novas experiências (RABAHY, 2019; RUSCHMANN, 1997). Este crescimento excessivo, em todo o mundo, apesar de promover o desenvolvimento econômico de diversas localidades, também gerou consequências negativas.

Diante da importância cada vez mais crescente deste setor e tendo em vista as consequências positivas e negativas percebidas, a discussão sobre seus tipos e formas passou a integrar as agendas sociais, científicas e econômicas. Conforme Beni e Moesch (2017, p. 433), “[...] o saber de turismo não é linear. Não há evolução, mas “revolução”, progredindo por reformulações, por refusões em seu corpo teórico, por retificações de seus princípios básicos”. Cumpre ressaltar, ainda, que o turismo é um processo humano singular, que ultrapassa o *status quo* de simples sistema econômico, necessitando de ressignificações e reconstruções constantes (BENI E MOESCH, 2017). Diante disto, importante destacar as afirmações de Amaral (2020), que refere à necessidade de criar atividades turísticas únicas e memoráveis, pois o turista possui um papel cada vez mais interativo nos destinos turísticos.

Neste sentido, além da presença cada vez maior de ações voltadas ao turismo sustentável, estudos caminham na direção da segmentação do setor no Brasil, através do Ministério do Turismo, em 2006. Esta segmentação foi definida “[...] a partir das características da oferta, em função da motivação do turista, e em relação à atitude do prestador de serviços, da comunidade receptora e do turista” (BRASIL, 2006, p. 10). Importante salientar, contudo, que não há consenso acerca da classificação ou segmentação dentre os autores que se propõe a estudar a temática; Beni (2004), por exemplo, pressupõe a existência de trinta e seis tipos de turismo possíveis.

A segmentação proposta pelo Ministério do Turismo brasileiro sugere onze segmentos, formados por diversas subcategorias sendo que foram elaborados Manuais de Orientações Básicas para a operacionalização de cada um destes segmentos. A seguir, realizam-se breves recortes sobre os mesmos, a partir da revisão dos Marcos Conceituais do Ministério do Turismo (BRASIL, 2006).

Turismo de Estudos e Intercâmbio: movimentação gerada a partir de programas de aprendizagem e vivências, cujos objetivos sejam a qualificação e ampliação dos conhecimentos, além do desenvolvimento profissional e pessoal.

Turismo de Negócios e Eventos: trata-se do turismo decorrente de encontros de interesse profissional, técnico, científico, social, associativo ou institucional, bem como de caráter comercial, oportunizando a prospecção de interesses e setores diversos.

Turismo de Saúde: atividades decorrentes da busca de meios e serviços voltados a objetivos médicos, terapêuticos e estéticos, ou seja, "em função da necessidade de tratamento e cura, de condicionamento e bem-estar físico e mental" (BRASIL, 2006, p. 54).

Turismo Cultural: refere-se às ações relacionadas à "[...] vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (BRASIL, 2006, p. 13). Esta segmentação apresenta, ainda, subcategorias: turismo cívico (interesse pela memória política e histórica dos locais); turismo religioso (busca espiritual e de práticas religiosas); turismo místico e esotérico (busca pelo autoconhecimento) e turismo étnico (valorização do contato com a identidade de grupos étnicos).

Turismo Rural: compreende as atividades turísticas comprometidas com a produção rural e agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, proporcionando o resgate do patrimônio cultural e natural da comunidade visitada. Os produtos turísticos devem contemplar fatores culturais, resgatando o folclore, artesanato, gastronomia, entre outros.

Turismo de Esportes: diz respeito à prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas, estas últimas entendidas como aquelas praticadas sob regras, normas e esquemas técnicos e táticos.

Turismo de Sol e Praia: constitui-se nas atividades relacionadas ao descanso, recreação ou entretenimento no espaço específico das praias (marítimas,

fluviais, lacustres ou artificiais), considerando condições de balneabilidade (presença conjunta dos elementos água, sol e calor).

Turismo de Pesca: compreende atividades decorrentes da prática de pesca amadora, ou seja, realizada com finalidade exclusiva de lazer, turismo ou desporto, sem fins comerciais. Para este tipo de turismo, devem ser observados aspectos legais relacionados às embarcações, instrumentos utilizados, cotas e períodos permitidos para a atividade, além da obtenção de licenças específicas.

Turismo de Aventura: as atividades de aventura compreendidas por esta segmentação devem ser de caráter recreativo e não competitivo, compostas por "[...] experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafio, riscos avaliados, controláveis e assumidos que podem proporcionar sensações diversas" (BRASIL, 2006, p. 40).

Turismo Náutico: refere-se ao uso de embarcações náuticas para a realização do turismo. Envolve atividades como cruzeiros e passeios, excursões e viagens realizadas através da utilização de embarcações capazes de se locomover na água, tais como navios, lanchas, balsas, iates, entre outros.

Ecoturismo: trata-se de um segmento turístico que se utiliza do patrimônio natural e cultural de maneira sustentável, incentivando a sua conservação e formando consciências coletivas de proteção ao meio ambiente, promovendo o bem-estar da população.

Considerando a temática do presente estudo, a seguir são realizados delineamentos mais aprofundados acerca do segmento denominado "turismo cultural", seus conceitos, classificações e particularidades, destacando-se o turismo étnico-cultural.

2.2.1 Turismo cultural

O turismo de cunho cultural é concebido pelo conjunto de atividades executadas em virtude de deslocamentos, cujo intuito consiste na satisfação de objetivos individuais e coletivos no encontro com os mais diversos tipos de emoções (artísticas, científicas, de formação e informação), decorrentes da cultura, riqueza, patrimônio e criatividade humana (ANDRADE, 2000). A cultura deve ser considerada fundamental no desenvolvimento turístico de uma localidade; "[...] por ter uma condição dinâmica, ela constrói e modifica sistemas simbólicos, sendo fundamental

para o desenvolvimento humano” (BRASIL, 2011, p. 15). Historicamente, Beni (2004) ressalta que os bens culturais foram salvos da destruição muito mais em virtude das atividades turísticas “[...] do que ao valor que lhes era atribuído pela população local” (p. 90).

Destaca-se que o turismo cultural consiste na valorização e promoção das culturas (locais e regionais), mediante a proteção e preservação dos patrimônios históricos e culturais. Através do turismo cultural, é possível gerar oportunidades de negócios específicas, “[...] respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades” (BRASIL, 2010a, p. 11). O turismo cultural é, ainda, considerado sustentável, pois promove “[...] a valorização da cultura e a melhoria da qualidade de vida da população local”, através da observância de um conjunto de ações contrárias ao turismo de massa, buscando ocasionar o mínimo possível de impactos negativos no destino turístico (RAMOS, 2019, p. 5). Para os turistas, “[...] mais do que belas paisagens e relaxamento, quem viaja busca experiências únicas, por meio do contato com os saberes e os fazeres típicos dos destinos escolhidos” (BRASIL, 2011, p. 4).

No contexto brasileiro, o turismo cultural é identificado como uma alternativa de desenvolvimento (principalmente econômico), considerando a possibilidade de geração de emprego e renda em localidades do interior, distantes do litoral (onde se desenvolve significativamente o turismo de sol e praia, por exemplo). Trata-se de uma possibilidade relevante de desenvolvimento local, possibilitando que diversos municípios ingressem no cenário de competitividade turística global (RAMOS, 2019).

O turismo cultural é típico, pois se efetua de maneira diversa da dos demais tipos de turismo, que geralmente se caracterizam pela permanência da preocupação e das atividades que se traduzem em lazer, repouso e descompromisso. Além disso, é forma de turismo itinerante intensivo, pois se constitui de viagem maior, durante a qual se realizam pequenas viagens ou viagens suplementares ou de complementação, em um único país ou região ou em países e regiões diferentes (ANDRADE, 2000, p. 71).

O turismo cultural busca o estabelecimento da proximidade entre turista e comunidade anfitriã, promovendo a participação e o compartilhamento de atividades tradicionais e permitindo ao turista a observação e o aprendizado acerca da comunidade visitada. Em diversas situações, os estilos de vida, costumes e expressões culturais são articulados na forma de um resgate histórico das origens

daquela comunidade, proporcionando um “[...] retorno às tradições de seus antepassados” (BRASIL, 2010a, p. 21).

A sociedade avança para uma nova era de turismo cultural, onde os turistas anseiam cada vez mais pelo compartilhamento da vida cotidiana dos habitantes locais. Os espaços culturais comunitários, neste sentido, devem oferecer a hospitalidade e o acolhimento necessários para que o visitante se sinta parte daquela comunidade e, sobretudo, experiencie a cultura local (COOPER, 2019).

Em conformidade com o Ministério do Turismo, o turismo cultural subdivide-se em algumas categorias: cívico, religioso, místico (ou esotérico), cinematográfico, arqueológico, gastronômico, enoturismo, ferroviário e étnico; este último compreendido como o tipo de turismo focado na valorização da cultura, tradição e ancestralidade, consonante afirma Aragão (2015, p. 197): “A prática do turismo étnico tem sido percebida como uma atividade em prol do reconhecimento das tradições e elemento propagador da cultura dos povos autóctones”.

De acordo com Beni (2004) o turismo étnico possui duas facetas distintas: por um lado, diz respeito ao deslocamento de turistas com vistas ao conhecimento de suas próprias raízes ou, ainda, por mera curiosidade; por outro lado, tem-se o turismo científico, realizado por estudiosos de povos específicos e que buscam, através do deslocamento e observação *in loco* de regiões diversas, identificar e reconhecer características relacionadas aos seus estudos antropológicos.

Dentre as características do turismo étnico, destaca-se o fato do mesmo buscar rebater a uniformização, ou seja, o turismo de massa. Não se tratam de atividades e deslocamentos baseados em pacotes prontos, cuja homogeneização da cultura permita apenas experiências limitadas de conhecimento e compartilhamento de costumes e tradição; pelo contrário, o turismo étnico busca a valorização dos povos e suas culturas, fortalecendo suas identidades culturais a partir do protagonismo destes atores sociais (ARAGÃO, 2015).

A seguir são abordadas as temáticas do desenvolvimento local e turístico a partir da observância de aspectos sustentáveis, em consonância com as afirmações de Aragão (2015) e Cooper (2019), os quais concordam acerca do turismo étnico possuir características contrárias ao turismo de massa e, em vista disso, dever conformar um planejamento pautado nas questões de sustentabilidade.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Considerando as crescentes discussões em torno da degradação ambiental e a necessidade de proteção dos patrimônios da humanidade, não há como dissociar o desenvolvimento turístico de uma localidade das concepções de sustentabilidade. Os conceitos de desenvolvimento turístico sustentável perpassam aspectos estritamente ambientais: referem-se ao respeito ético e moral das identidades que formam a coletividade.

Midgley, Veinak e Christopoulos (2018) ressaltam a necessidade de se avaliar a dinâmica do sistema de crenças humanas para compreender a trajetória passada e mapear a direção futura do crescimento e desenvolvimento da localidade analisada. Neste sentido, o planejamento turístico deve compor a agenda pública através de ações que considerem, sobretudo, o interesse e o respeito às comunidades locais. Conforme Amaral (2020), a experiência turística como tema de estudo vem aumentando gradativamente, em virtude da necessidade de promoção da satisfação dos visitantes, integrando e envolvendo turistas e comunidade no desenvolvimento local sustentável, tendo em vista a utilização dos recursos materiais e simbólicos das localidades.

Deste modo, a seguir são contextualizadas algumas abordagens de desenvolvimento (destacando-se o desenvolvimento sustentável) e o turismo como fator de desenvolvimento local e, na sequência, são expostos modelos de planejamento turístico no âmbito nacional e internacional.

2.3.1 Desenvolvimento e sustentabilidade

O desenvolvimento pode ser avaliado sob pontos de vista diversos: político, social, científico, tecnológico, econômico, sustentável. Desenvolver significa “[...] a expiação e a reparação de desigualdades passadas” (SACHS, 2008, p. 13). Apesar de diferentes, as teorias não se excluem: ao contrário, convergem num único propósito: o crescimento e desdobramento local, regional, nacional ou internacional. Há que se realizar uma ressalva, entretanto, acerca do desenvolvimento econômico e capitalista, o qual se tornou uma concepção desgastada da promoção de desenvolvimento, considerando a constatação da finitude dos recursos naturais e

das injustiças provocadas pelo capitalismo, na maioria das nações, ao longo dos séculos (VARGAS, ARANDA E RADOMSKY, 2016).

Da mesma forma, destacam-se os dizeres de Sachs (2008, p. 13): “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. Ainda, defende o autor:

Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com conseqüências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor (SACHS, 2008, p. 14).

Por esta razão, não se pretende, neste estudo, realizar delineamentos acerca de todos os panoramas possíveis acerca do desenvolvimento, porém destacar algumas das abordagens relacionadas à sustentabilidade. A preocupação com as questões ambientais, seu uso indiscriminado e a necessidade de rever conceitos e modos de ação passou a fazer parte das agendas de discussão internacionais, sobretudo, a partir da década de 70. Sachs (2009, p. 48) argumenta que a sociedade se tornou “[...] cada vez mais consciente tanto da limitação do capital da natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente”.

Um dos principais marcos referente à sustentabilidade diz respeito à Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, primeira conferência global sobre o tema, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, inserindo a dimensão do meio ambiente na agenda internacional (SACHS, 2009). Conforme Handl (2012) esta conferência representou uma tentativa de promover uma visão básica e comum acerca do enfrentamento dos desafios da preservação e proteção ao meio ambiente, culminando na Declaração de Estocolmo, um documento contendo metas e objetivos ambientais amplos, positivando o ativismo ambiental em todo o mundo. A segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. O documento consolidado a partir deste encontro global transformou-se em um marco jurídico de significativa relevância, tanto em contexto nacional quanto internacional.

Notadamente, a agenda ambiental passou a integrar as preocupações em nível global, buscando a concretização de ações, nos mais diversos segmentos da sociedade, voltadas à proteção e preservação ambiental. Deste modo, o

desenvolvimento das localidades passou a compreender um conjunto de convicções ambientais, não sendo possível descartar a sustentabilidade como uma de suas principais bases. Como exemplos, citam-se as Declarações de Estocolmo (1972) e do Rio de Janeiro (1992), a partir das quais o homem é considerado, ao mesmo tempo, construtor e obra do meio ambiente que o cerca devendo, por conseguinte, viver e produzir em harmonia com a natureza (HANDL, 2012).

Nesta seara, estudos de desenvolvimento voltados à sustentabilidade passaram a integrar as discussões, pesquisas e elaboração de teorias no campo científico e acadêmico, além de sua consolidação no campo normativo. No Brasil, destaca-se a Constituição Federal de 1988, cujo capítulo acerca do meio ambiente norteia a busca pela preservação do mesmo, mediante a proteção ao direito de todos a usufruírem de um ambiente natural ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988). Considerando tais abordagens, novos paradigmas desenvolvimentistas tornaram-se necessários, observando-se, sobretudo, a preservação do meio ambiente natural, ou seja, do aproveitamento racional da natureza, compondo uma espécie de contrato natural em complemento ao contrato social, no qual se baseia a governabilidade e manutenção das sociedades (SACHS, 2009).

Uma das teorias de desenvolvimento sustentável que contribuem de modo significativo para a observância do ambiente natural e próprio das comunidades diz respeito ao desenvolvimento endógeno, relacionado ao atendimento das demandas da comunidade local através da participação efetiva e constante da população envolvida. A questão do desenvolvimento endógeno consolidou-se ainda na década de 70, em virtude das discussões sobre a Nova Ordem Econômica Internacional. Na época, publicou-se um relatório que baseava o desenvolvimento em cinco pilares: endógeno, autoconfiante, operando pela lógica das necessidades, em harmonia com a natureza e aberto ao câmbio institucional (SACHS, 2005).

Barquero (2001, p. 41) define o desenvolvimento endógeno como um processo de mudança estrutural capaz de promover o crescimento econômico da localidade, “[...] liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população”.

O conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso dos recursos disponíveis e a

introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local (BARQUERO, 2001, p. 57).

Apesar de ser liderado e controlado pela comunidade local, o papel do Estado deve ser significativo, por meio de investimentos públicos e privados capazes de promover a transformação do sistema produtivo local a partir da utilização do potencial de desenvolvimento existente. Segundo Barquero (2001), o desenvolvimento endógeno possui três dimensões: econômica, sociocultural e política.

A Dimensão econômica pressupõe a consolidação de um sistema produtivo específico capaz de proporcionar o uso eficiente dos fatores de produção, aumentando os níveis de produtividade e, conseqüentemente, proporcionando a competitividade local. A Dimensão sociocultural diz respeito ao conjunto sistêmico de relações formadas entre os atores econômicos, sociais e públicos, possibilitando a incorporação dos valores da sociedade ao processo de desenvolvimento. Na Dimensão política, destacam-se as iniciativas locais, as quais possibilitam a criação e manutenção de um entorno local que favoreça a produção e o desenvolvimento local sustentável (BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno aproxima-se das teorias de sustentabilidade em virtude de estar pautado na efetiva participação das comunidades que, por seu turno, buscam o desenvolvimento a partir de perspectivas que promovam a preservação de seu próprio ambiente natural, social, econômico etc. Dentre as teorias de desenvolvimento sustentável, destacam-se os ensinamentos de Ignacy Sachs, para o qual as discussões internacionais promoveram “[...] conseqüências éticas e epistemológicas de longo alcance, as quais influenciaram o pensamento sobre o desenvolvimento” (SACHS, 2009, p. 48-9).

Em 1993, Sachs publicou a sua primeira versão das dimensões de sustentabilidade, contendo cinco dimensões (ou pilares): social, ambiental, territorial, econômico e político. O pilar social se fundamentava na perspectiva de ruptura social (relacionadas a regiões problemáticas); a dimensão social dizia respeito aos sistemas de sustentação da vida enquanto provedores de recursos e receptores dos resíduos; o pilar territorial, por sua vez, abrangeria a distribuição espacial dos recursos, populações e atividades. Sob o ponto de vista econômico, tem-se a viabilidade econômica como condição para o próprio desenvolvimento e, por fim, a dimensão política, que envolveria a governança democrática enquanto valor

fundante e necessário para que toda a sociedade possa existir e se desenvolver (SACHS, 2008).

Quase uma década após a publicação, Sachs reformulou sua proposta, culminando em oito dimensões de sustentabilidade. Para o autor, os objetivos de sustentabilidade somente podem ser validados se forem observadas as seguintes dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional, delineadas no Quadro 1.

Quadro 1: Dimensões e critérios de sustentabilidade de Sachs

(continua)

Dimensão	Crítérios
Social	<ul style="list-style-type: none"> – Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; – Distribuição de renda justa; – Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; – Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> – Preservação da história, tradições e valores regionais; – Equilíbrio entre história e inovação; – Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; – Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> – Compreensão de que o ser humano não é “dono” do meio ambiente; – Preservação da natureza na produção de recursos renováveis; – Limitação do uso de recursos não-renováveis.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Respeitar e realçar a capacidade de renovação dos ecossistemas naturais.
Territorial	<ul style="list-style-type: none"> – Configurações urbanas e rurais balanceadas, com alocações igualitárias do investimento público; – Melhoria do ambiente urbano; – Superação das disparidades regionais; – Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras através da conservação da biodiversidade.
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> – Gestão efetiva de recursos (principalmente os naturais), com fluxo regular de investimentos públicos e privados; – Segurança alimentar; – Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, com razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; – Inserção soberana na economia internacional.
Político (nacional)	<ul style="list-style-type: none"> – Participação democrática na tomada de decisões; – Colaboração entre setores público, privado e comunidade; – Apropriação dos direitos humanos; – Desenvolvimento da capacidade do Estado para concretizar o projeto nacional em parceria com os empreendedores; – Nível razoável de coesão social.
Político (internacional)	<ul style="list-style-type: none"> – Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, garantindo paz e cooperação internacional; – Pacote Norte-Sul de desenvolvimento, baseado na igualdade e favorecimento dos parceiros mais fracos.

Quadro1: Dimensões e critérios de sustentabilidade de Sachs

(conclusão)

Dimensão	Critérios
	<ul style="list-style-type: none"> – Controle institucional do sistema internacional financeiro e de negócios; – Controle institucional na gestão do meio ambiente e recursos naturais, promovendo a prevenção de efeitos negativos, a proteção da diversidade biológica e a gestão do patrimônio global; – Sistema de cooperação científica e tecnológica internacional.

Fonte: adaptado de Sachs (2009).

Depreende-se que os critérios e dimensões propostos proporcionam uma visão generalizada acerca das características a serem observadas para a consolidação da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável somente se torna possível a partir da conciliação e compreensão global de todas as dimensões destacadas. De maneira geral, assinala-se a conveniência de se acompanhar e destacar o conceito de desenvolvimento a partir de três associações: socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado (SACHS, 2008).

O desenvolvimento não é sinônimo, necessariamente, de crescimento econômico. Trata-se da promoção da igualdade social, mediante melhoria das condições de vida das comunidades, através da observância de um planejamento sustentado na inclusão, na proteção ambiental e nos aspectos econômicos (SACHS, 2008).

No âmbito internacional, destacam-se, ainda, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulados pela Organização das Nações Unidas como integradores da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os 17 objetivos e as 169 metas que os compõem são indivisíveis, compondo-se como complemento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em consonância com a proposta do presente estudo e dentre os objetivos propostos em três deles o setor turístico se revela como um agente potencialmente transformador (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, s.d.):

- **Objetivo 8** – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos:
 - **Meta 8.9:** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;
- **Objetivo 12** – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis:

- **Meta 12.b:** Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;
- **Objetivo 14 –** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável:
 - **Meta 14.7:** Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Hall et al. (2020) contextualizam as ODS como elementos centrais da agenda das Nações Unidas, visando o desenvolvimento sustentável e aumentando benefícios econômicos para as localidades, através do monitoramento e controle do uso dos recursos naturais e da criação de oportunidades de trabalho para as comunidades locais, valorizando seus produtos e sua cultura. O turismo é, portanto, um dos elementos formadores das transformações sociais advindas de uma agenda de desenvolvimento sustentável, tornando-se de significativa relevância a compreensão sobre o impacto deste elemento no desenvolvimento das localidades, conforme demonstrado a seguir.

2.3.2 Turismo como fator de desenvolvimento local

Considerando a gama de elementos que compõe o turismo enquanto atividade econômica, social e cultural, atenta-se para as questões da convergência entre turismo e desenvolvimento das localidades, considerando que, conforme dispõe Rabahy (2019, p. 2), “A diminuição de desigualdades regionais de renda é um dos significativos benefícios do turismo”.

No mundo globalizado, o acesso à informação, o compartilhamento de ideias e culturas através de novos fluxos de comunicação, em âmbito mundial, colaboram de maneira significativa para a natureza multiplicadora e complexa do turismo, revelando diversas oportunidades de desenvolvimento, tanto em destinos já conhecidos, quanto para locais turísticos emergentes (DOTTO et al., 2018).

A atividade turística como elemento de desenvolvimento local é um componente capaz de estimular estrategicamente o sistema produtivo local, reunindo em torno de uma demanda turística variáveis capazes de evidenciar melhoria de vida, bem-estar social; produzir o efeito multiplicador da renda; revitalizar e valorizar o patrimônio local; dar liberdade de ação; melhorar a infraestrutura básica e turística, bem como a superestrutura em torno do turismo, entre outros (DOTTO et al., 2018, p. 142).

Os turistas buscam experiências autênticas e originais (ZUCCO et al., 2017). Ao se conformar o turismo enquanto realidade individual e coletiva da humanidade, é possível compreendê-lo como um conjunto de fatores como tempo, espaço, economia, imaginário, comunicação e diversão que, de modo integrado, determinam um fenômeno social contemporâneo, “[...] em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor dessa prática social” (BENI E MOESCH, 2017, p. 446).

Do mesmo modo, compreende-se que as experiências turísticas e culturais, perpassam aspectos individuais de status e visibilidade social. Diversas pessoas, ao visitarem eventos culturais ou locais turísticos, não o fazem em virtude da qualidade do que é ofertado, e sim para demonstrar sua própria capacidade de consumo destes bens, transformando esta experiência em uma condição de personalidade e status social. Assim, o evento ou local visitado deve ser visível e conhecido pela maioria da sociedade; do contrário, não será possível a ampla divulgação desta ação como relevante para os grupos de referência daquele indivíduo (BRONNER E HOOG, 2019).

Diante deste contexto, o consumo de massa tornou-se uma realidade cada vez mais constante, uma vez que determinados segmentos turísticos e culturais se destacam frente aos demais através da popularização dos mesmos. Em virtude deste desenvolvimento desenfreado, surgiram desafios relacionados aos impactos negativos destas experiências turísticas, tais como a degradação natural e a vulnerabilidade local, bem como à potencial exploração da força de trabalho (PYKE et al., 2016).

Acerca do desenvolvimento turístico enquanto política pública, Guillarducci e Fratucci (2020) afirmam que a relação complexa do turismo enquanto fenômeno socioespacial produz uma rede de políticas públicas que buscam a sistematização e ordenação da atividade turística. Assim, nota-se a relevância das interconexões entre os agentes sociais que produzem e atuam no sistema turístico, nos mais diversos níveis de atuação. Fratucci (2008), por sua vez, realiza críticas ainda

presentes na atualidade: apesar dos discursos, a práxis pública tem se revelado ineficiente na consolidação de políticas direcionadas ao desenvolvimento do turismo no Brasil, em virtude da ausência de planejamento contínuo e democrático. O conjunto de ações governamentais torna-se apenas “[...] mais resultados de consolidação de projetos políticos de grupos específicos que, ao assumirem determinados cargos públicos, procuram implementá-los dando-lhe feição de planos e políticas setoriais” (p. 141). As agendas públicas, neste sentido, estão voltadas para “[...] o curto e o médio prazo, uma vez que são nesses recortes temporais que se realizam os projetos pessoais dos nossos governantes” (p. 142).

Beni (2004) reforça, ainda, a existência de deficiências na atividade estatal no que tange ao setor turístico. Historicamente, a Administração Pública vem sendo dividida e subdividida em departamentos que dificilmente se comunicam entre si. No contexto internacional, a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) é um órgão de direito privado, cujos objetivos consistem em “[...] planejar, formular e implementar ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, em cooperação com a administração pública federal” (BRASIL, 2020).

A função geral de administração do setor turístico interno brasileiro encontra-se sob a responsabilidade do Ministério do Turismo, regulador e encarregado da elaboração da Política Nacional de Turismo. A Política Nacional de Turismo, conforme o artigo 1º da Lei Federal nº 11.771/2008, “[...] define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos”. A partir desta política, elaboram-se os Planos Nacionais de Turismo (PNT), cujas metas e programas devem ser revistos a cada quatro anos (BRASIL, 2008).

Atualmente, o PNT em vigor diz respeito ao período 2018-2022. O principal objetivo deste plano consiste em “[...] ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo” (BRASIL, 2017, p. 15). O Plano apresenta as seguintes propostas:

[...] modernizar e desburocratizar o setor; ampliar investimentos e o acesso a crédito; estimular a competitividade e a inovação; investir na promoção do destino Brasil, interna e internacionalmente; na qualificação profissional e de serviços e fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo (BRASIL, 2017, p. 15).

Percebe-se, portanto, a relevância da regionalização do turismo, objeto de estudos governamentais, culminando na instituição do Programa de Regionalização do Turismo, através da Portaria MTur nº 105/2013, cujo principal objetivo diz respeito à articulação e convergência do conjunto de políticas públicas setoriais e locais com as ações do Ministério do Turismo. O foco deste programa consiste na “gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhado aos princípios da Política Nacional de Turismo” (BRASIL, 2013, s.p.).

A gestão compartilhada da regionalização do turismo, no Brasil, encontra-se estruturada nos seguintes níveis de atuação, dispostos no Quadro 2:

Quadro 2: Níveis de gestão para a regionalização do turismo

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor municipal

Fonte: adaptado de Brasil (2013).

Neste sentido, no caso do Rio Grande do Sul, existe a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEDACTEL), oriunda da unificação das secretarias da Cultura (SEDAC) e do Turismo, Esporte e Lazer (SETEL) a partir da reorganização administrativa do governo estadual, em 2015 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015). Em se tratando de políticas públicas, destaca-se a Política Estadual de Turismo, através da qual se criou o Sistema Estadual de Turismo e o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Este conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e organização do setor turístico estadual, busca a promoção da regionalização e do desenvolvimento econômico-social, de maneira justa e sustentável, em convergência com a Política Nacional de Turismo (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2013).

O Estado do RS encontra-se dividido em regiões e microrregiões turísticas, com o intuito de identificar os pólos turísticos através de aspectos diversos, como questões geográficas, étnicas, culturais, econômicas etc. Neste processo, nota-se “a importância da presença de cidades, consideradas de grande atrativo turístico, como

definidoras de processos de regionalização, agrupando municípios localizados em sua área de influência” (MACHADO E TOMAZZONI, 2011, p. 244).

As esferas municipais, por sua vez, elaboram suas políticas públicas em consonância com a realidade vivenciada, organizando suas instituições e colegiados, buscando atender às demandas percebidas pela própria comunidade. Os espaços de cidadania devem convergir com a esfera governamental local, buscando a efetivação de políticas públicas capazes de contemplar as necessidades de cada município (BERCOVICI, 2006; FRATUCCI, 2008).

Salienta-se, portanto, a relevância do planejamento turístico enquanto ferramenta de coleta de informações, diagnóstico e elaboração de objetivos a serem alcançados, buscando o desenvolvimento das localidades e o respeito às suas identidades, em consonância com a regionalização proposta em nível federal e seus desdobramentos nas esferas estaduais e municipais.

2.3.3 Modelos de planejamento e desenvolvimento do turismo, com ênfase na sustentabilidade

Considerando-se o turismo como um fenômeno com características funcionais e sistêmicas, mas que, sobretudo, deve ser analisado e estudado a partir de uma visão compartilhada e integradora, capaz de compreender toda a sua complexidade, Dotto e Slongo (2020) afirmam a relevância de se compreender os interesses diversos que permeiam o espaço turístico: os turistas buscam a satisfação de suas necessidades e desejos pessoais; as organizações visam a lucratividade típica do mercado; a comunidade almeja a geração de emprego e renda, além do intercâmbio cultural; por fim, o setor público anseia pelo desenvolvimento regional através do aumento das riquezas locais. Torna-se necessário, portanto, destacar aspectos relacionados à sustentabilidade, um conceito transversal e abrangente em todos os setores da sociedade.

Neste sentido, o Ministério de Turismo brasileiro, após estudos, determinou alguns princípios específicos que devem ser seguidos, conforme demonstrado em seguida, no Quadro 3.

Quadro 3: Princípios de sustentabilidade, segundo o Ministério do Turismo

Princípio	Categorias
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Uso racional da água; – Eficiência energética; – Gestão de resíduos sólidos; – Reciclagem; – Redução do desperdício.
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> – Acessibilidade; – Proteção à infância.
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> – Inclusão social; – Geração de renda; – Surgimento de pequenos negócios.
Político-institucional	<ul style="list-style-type: none"> – Políticas públicas; – Parcerias entre governo e sociedade civil.

Fonte: adaptado de Brasil (2016).

O princípio da sustentabilidade ambiental pressupõe a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção das ações ecológicas de proteção dos recursos naturais; o socioambiental, por sua vez, busca preservar a cultural e os valores locais, fortalecendo a identidade da comunidade; a sustentabilidade econômica diz respeito à garantia de equidade na distribuição dos benefícios advindos do desenvolvimento turístico e, por fim, o princípio político-institucional assegura solidez e continuidade das cooperações entre os diversos atores deste processo. Este conjunto de princípios e seus desdobramentos são essenciais para o Programa de Regionalização do Turismo proposto pelo Ministério do Brasil e mantém forte relação entre si e devem ser planejados de maneira conjunta. A sustentabilidade é, portanto, um dos embasamentos principais do desenvolvimento das atividades e do setor turístico brasileiro (BRASIL, 2016).

Promover o setor turístico de maneira ordenada e planejada, buscando desempenhar ações em médio e longo prazo para que as mesmas possam se consolidar é uma estratégia necessária para o fortalecimento do setor. Amaral (2020) considera o turista cada vez mais exigente de experiências e emoções, buscando diferenciações e buscando contemplar suas expectativas. Nesta seara, estudos variados sobre planejamento e desenvolvimento turístico vêm sendo desenvolvidos, em âmbito mundial.

Dentre as produções internacionais voltadas ao planejamento e desenvolvimento turístico sustentável, destacam-se os estudos de Hall (2001), que não pretende dispor o seu próprio modelo de maneira sistematizada ou, conforme o autor afirma, não concretiza uma abordagem de planejamento do tipo “lista de verificação” (p. 11); por outro lado, enfatiza os conceitos envolvidos no

desenvolvimento de um sistema turístico, compilando acepções de diversos autores quanto a modelos de planejamento turístico sustentável.

O planejamento turístico “[...] é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas, portanto, lida com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais” (HALL, 2001, p. 24). Para o autor, cabe ao poder público o planejamento e desenvolvimento turístico, considerando sua capacidade única de gerir os conflitos de interesse que possam surgir neste contexto.

A proposição do autor se consolida a partir de uma visão sistêmica, considerando a natureza dos sistemas como embasamento para o planejamento turístico, que deve ser integrado e orientado à satisfação de todos os interessados. O planejamento turístico deve ser entendido como uma atividade governamental e política, de natureza colaborativa e estratégica, onde gestores públicos, empresários e comunidade atuam de maneira conjunta, sempre sob uma visão sistêmica e sustentável da realidade atual e pretendida (HALL, 2001).

Hall (2001) indica, ainda, a necessidade de se observar e transpassar três fases distintas de planejamento: Onde queremos chegar? Como chegar lá? Como saber que chegamos lá? A primeira fase envolve o estabelecimento de metas, ordenadas por relevância e adequação entre si, através de uma visão estratégica e envolvendo todas as partes interessadas no processo de desenvolvimento turístico local. A segunda fase diz respeito à coordenação colaborativa ou interativa, ou seja, deve-se identificar os problemas de sintonia entre as partes envolvidas e, neste sentido, promover a sua cooperação e a partilha de poder como um dos critérios básicos para a sustentabilidade.

A terceira e última fase contempla a avaliação e controle do desempenho das ações planejadas, buscando verificar o cumprimento ou não das metas estabelecidas na primeira fase. Destaca-se a relevância de um processo contínuo de avaliação, através da elaboração de indicadores (unitários ou em conjunto) para a garantia da eficácia do planejamento e conseqüente desenvolvimento turístico (HALL, 2001).

Acerca do planejamento do turismo no contexto nacional, nos quais podem ser encontrados tópicos referentes à sustentabilidade destacam-se os estudos e respectivos autores: Planejamento Sustentável do Turismo, de Doris Ruschmann

(1997), Planejamento Turístico de Mario Petrocchi (2009) e o Sistema de Turismo, proposto por Mario Carlos Beni (2004).

Ruschmann (1997) propõe que o desenvolvimento turístico ocorra em convergência com as questões de sustentabilidade e meio ambiente. Para a autora, o planejamento deste setor deve ser realizado de maneira equilibrada “e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir” (p. 10). O planejamento turístico deve ocorrer, portanto, a partir da observância de determinados critérios, conforme demonstrados a seguir:

- I. **Definição:** elencar, deliberar e selecionar as prioridades, buscando a evolução harmoniosa da atividade turística e determinando suas dimensões ideais;
- II. **Objetivos:** determinar aonde se quer chegar, em termos qualitativos, conduzindo a transformações estruturais das realidades existentes;
- III. **Características:** reconhecer a realidade local, com vistas a atender os anseios da comunidade e dos potenciais turistas;
- IV. **Abrangência:** considerar o alcance das ações a serem realizadas, as quais podem ultrapassar os limites territoriais;
- V. **Níveis:** compreender as responsabilidades governamentais, em nível local, regional, nacional e internacional;
- VI. **Prazos:** as ações podem ser planejadas em curto, médio e longo prazo; entretanto, para que o turismo de uma localidade possa ser desenvolvido de maneira plena, a autora defende a realização de ações em médio e longo prazo;
- VII. **Impactos positivos e negativos do turismo:**
 - *Ambientais:* referem-se aos recursos naturais e culturais, podendo haver destruição em massa do patrimônio natural das localidades;
 - *Econômicos:* geração de empregos, modificações na infraestrutura, elevação do nível cultural e profissional da população, instabilidade e sazonalidade das demandas;
 - *Socioculturais:* mudanças de comportamento na comunidade receptora, valorização e orgulho acerca da própria cultura, conflitos de interesses, destruição de patrimônios históricos.

Este rol de requisitos expostos por Ruschmann (1997) não é, no entanto, exaustivo. Trata-se de uma compilação dos principais pontos expostos em sua obra “Turismo e Planejamento Sustentável”, consolidando um modelo de planejamento turístico a ser aplicado no potencial destino turístico, embasado na sustentabilidade e proteção ao meio ambiente. Nesta mesma obra, a autora indica alguns fatores influenciadores do desenvolvimento turístico, ou seja, exigências que se impõem à localidade, cuja “intensidade e suas consequências deverão nortear as decisões referentes à possibilidade ou conveniência do desenvolvimento turístico” (p. 96), sendo alguns exemplos delineados a seguir:

- I. **Fatores básicos:** atrações naturais e culturais passíveis de interesse turístico; quantidade e qualidade de acomodações adequadas à possível futura demanda; possibilidades de acesso (rodovias, aeroportos) à localidade;
- II. **Fatores complementares:** disponibilidade do transporte e deslocamento turístico; posicionamento geográfico da localidade; demanda turística atual e futura, em potencial; questões legais e normativas; relação de preços praticados;
- III. **Fatores marginais:** situação de prosperidade (principalmente em países em desenvolvimento); condições de conhecimento técnico dos profissionais envolvidos no turismo; atitudes da população receptora (agressividade, aversão); qualidade dos serviços médicos e sanitários; condições de segurança pública; estabilidade política, entre outros.

Nesta mesma linha, Petrocchi (2009) propõe um roteiro de seis dimensões (ou etapas) principais para o planejamento turístico em sua obra “Turismo: Planejamento e gestão”, compreendendo o turismo do ponto de vista sistêmico, ou seja: a localidade é, de maneira integral, um sistema turístico (composto de ruas, construções, atrações e habitantes) a ser visitado e avaliado pelo turista (cliente). Para o autor, “[...] o sistema deve ser decomposto em seus diversos segmentos, os quais devem ser estudados tanto isoladamente quanto em conjunto, sempre com o objetivo de oferecer qualidade ao turista” (PETROCCHI, 2009, p. 54), em conformidade com o exposto a seguir.

- I. **Análise macroambiental:** composta pela análise interna (pontos fortes e pontos fracos) e externa (oportunidades e ameaças), buscando fornecer

informações sobre a situação atual para que se obtenha êxito na situação planejada;

- II. **Diagnóstico:** consiste no sumário da situação analisada a partir da análise macroambiental, em virtude da extensão dos dados coletados. O diagnóstico permite realizar uma síntese da situação atual, normalmente formalizado na forma de um documento a servir de base para as demais etapas do planejamento turístico;
- III. **Objetivos possíveis:** considera a demanda do sistema turístico e, neste sentido, consolida metas possíveis de serem alcançadas a partir das etapas anteriores (análise macroambiental e diagnóstico), tais como adequações de infraestrutura e modelos de financiamentos, por exemplo;
- IV. **Estratégias de marketing:** objetivam a definição de diretrizes para os planos setoriais (etapas finais do planejamento), através de um conjunto de estratégias mercadológicas de conceituação do produto, posicionamento e segmentação no mercado;
- V. **Estratégias de comunicação:** buscam aperfeiçoar a promoção e as vendas do produto turístico, contemplando dois objetivos principais: o mercado final (representado pelo turista) e o mercado intermediário (grupos sociais formadores de opinião, influenciadores individuais de opinião, veículos de comunicação etc.);
- VI. **Planos setoriais:** são, de fato, o resultado das informações coletadas, investigadas e consolidadas na forma de um planejamento para setores específicos, garantindo a convergência de recursos e ações. Abrangem, por exemplo, o planejamento da estrutura, expansão e melhoria da oferta turística, além de programas de informação e promoção, normalização e fiscalização, formação profissional, controle e apoio técnico e coordenação municipal, dentre outras possibilidades de acordo com a realidade do destino turístico.

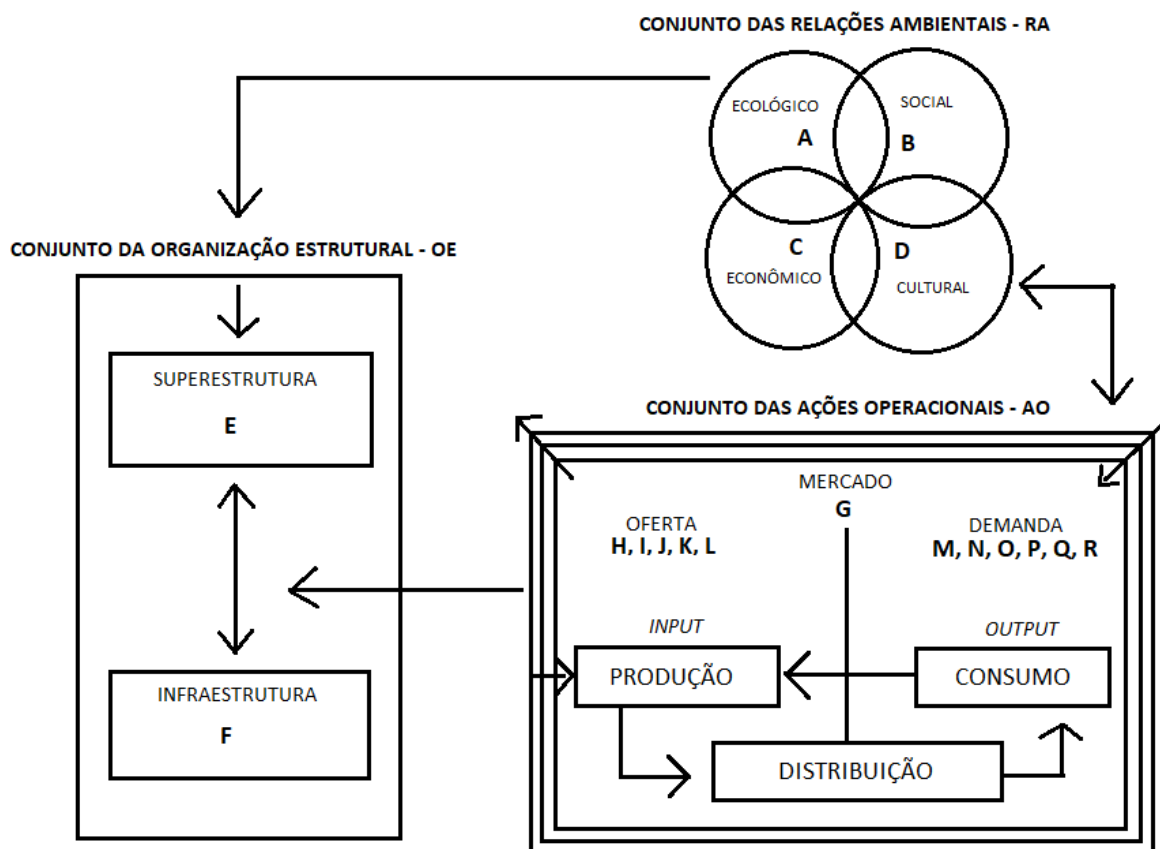
Além destes dois modelos, uma terceira proposta, em contexto nacional, encontra destaque nas discussões estratégias, mercadológicas e científicas acerca do planejamento turístico: o Sistema de Turismo (SISTUR), de Beni (2004). Na concepção do autor, o turismo é desenvolvido principalmente como atividade econômica: o Estado espera superávit de receitas, enquanto os empresários do setor buscam a lucratividade de suas atividades. O SISTUR foi concebido na

percepção de um sistema aberto, permitindo a identificação de suas características básicas, tais como seus elementos e subelementos.

Neste sentido, este sistema é formado por três grandes conjuntos: Relações ambientais, Organização estrutural e Ações Operacionais. O **Conjunto das Relações Ambientais** é formado por quatro subsistemas: ecológico, social, econômico e cultural, interligados e relacionados entre si. Em se tratando de **Organização Estrutural**, o referido conjunto divide-se em superestrutura e infraestrutura. Já as **Ações Operacionais** são compostas pelas categorias de mercado, oferta e demanda.

O SISTUR encontra-se disposto na Figura 1, disposta a seguir.

Figura 1: Modelo referencial do SISTUR



Fonte: adaptado de Beni (2004, p. 48).

Cada um dos subsistemas (ou dimensões) pode ser analisado segundo critérios definidos por Beni (2004) como operadores turísticos, dispostos no Quadro 4.

Quadro 4: Composição do SISTUR

Dimensão	Crítérios de avaliação
Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação ambiental; - Alterações nos ecossistemas.
Social	<ul style="list-style-type: none"> - População residente; - População flutuante (turistas).
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do turismo; - Significado econômico do turismo.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Significado do patrimônio cultural; - Expressões e atividades motivadoras; - Animação cultural.
Superestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento estratégico; - Indicadores macroeconômicos; - Sistema Nacional de Turismo.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Transportes; - Comunicações/Telecomunicações; - Segurança; - Médico-hospitalar; - Educacional.
Mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados operacionais; - Atuação nos mercados.
Oferta	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos turísticos; - Equipamentos e serviços turísticos; - Adaptação da oferta à evolução da demanda; - Organização e ocupação territorial; - Avaliação e hierarquização do atrativo turístico.
Demanda	<ul style="list-style-type: none"> - Estratificação socioeconômica dos turistas; - Vocação turística do núcleo receptor; - Caracterização e classificação dos fluxos turísticos; - Indicadores e variáveis por classes de fluxos; - Estimativa da demanda e indicadores de variáveis;

Fonte: adaptado de Beni (2004).

A identificação das características da localidade turística receptora aliada ao planejamento do desenvolvimento do setor turístico permite a elaboração de um plano capaz de produzir um aproveitamento positivo das possibilidades locais. A compreensão do turismo como um sistema se expressa através das relações entre suas diferentes dimensões, onde todos os elementos se constituem relevantes (BENI, 2004). A organização do SISTUR permite um diagnóstico mais aprofundado do caso analisado, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento turístico local.

Beni e Moesch (2017) promoveram uma atualização das abordagens de desenvolvimento e planejamento turístico, compreendendo que o tema "Turismo"

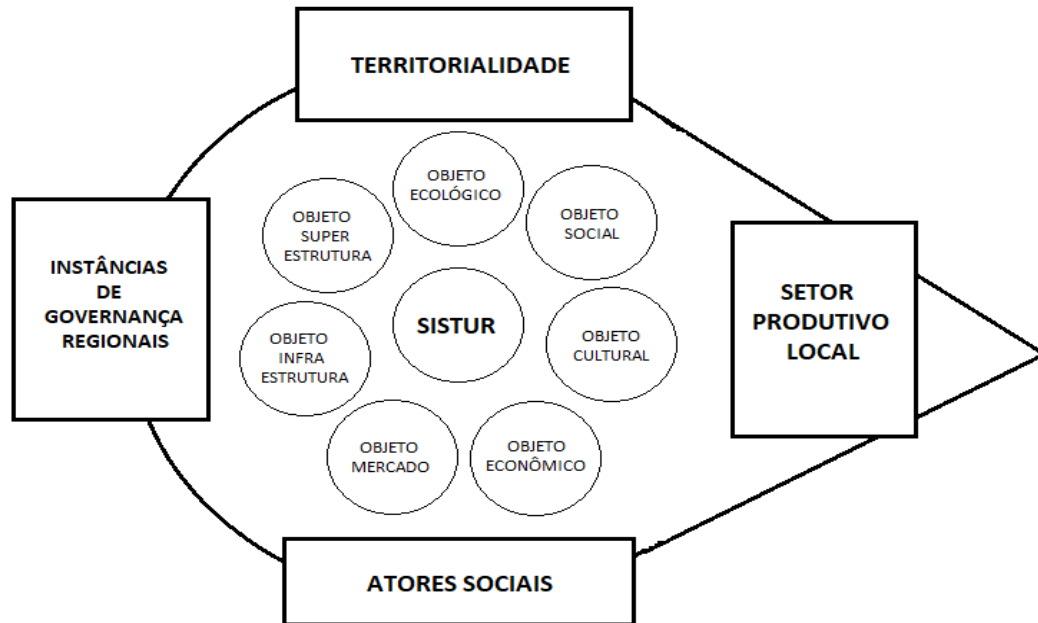
[...] envolve cuidados teóricos, advindos de um entendimento complexo sobre uma prática social que se dissemina de formas diferenciadas, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em territórios globalizados, o que é possível por uma visão interdisciplinar e hologramática (p. 431).

Diante da diversidade do conjunto de elementos que compõe o turismo, em sua totalidade, os autores reconstruíram o modelo do SISTUR, tendo por embasamento a abordagem empírica da complexidade e trazendo à tona elementos da contemporaneidade, em virtude do fato de que “[...] a simples soma das partes não revela a complexidade de suas conexões e a dinâmica das relações” (BENI E MOESCH, 2017, p. 444). Guillarducci e Fratucci (2020) reafirmam a necessidade de reconstrução do SISTUR na medida em que consolidam a relação entre a abordagem sistêmica e a atividade turística, pois “Para se desenvolver, o turismo necessita de uma ampla rede relacional que opera dentro de sistemas interdependentes, que se ligam diretamente a vários outros sistemas e subsistemas” (p. 143).

Pensar a partir da teoria da complexidade significa ir além do rigor da ciência e permitir a reorganização do turismo a partir de modelos históricos e culturais, contemplando debates sociais acerca do fenômeno e promovendo a busca por seu sentido para as comunidades receptoras e os visitantes (BENI E MOESCH, 2017). A nova configuração do SISTUR consiste, portanto, nas seguintes dimensões: objeto da infraestrutura, objeto superestrutura, objeto social, objeto cultural, objeto ecológico, objeto econômico e objeto do mercado.

Esta reconfiguração traz consigo os elementos propostos por Beni (2004) em novo arranjo, buscando compreender o Sistema de Turismo como um conjunto complexo formado por setores, território, instâncias governamentais e atores sociais (BENI E MOESCH, 2017), conforme pode ser verificado a seguir, na Figura 2.

Figura 2: Modelo Sistêmico Complexo do Turismo



Fonte: adaptado de Beni e Moesch (2017, p. 448).

A conexão entre sistemas, subsistemas e ecossistemas gera a oportunidade de retroalimentação e de interdependência, considerando que todas as partes se encontram e possuem relações individuais e conjuntas com o ambiente integrado. No campo do turismo, afirma-se que o mesmo “[...] não se reduz às suas partes, com sua compreensão exigindo uma visão mais ampla, que remete à ideia de interação sistêmica” (GUILARDUCCI E FRATUCCI, 2020, p. 143). Percebe-se, portanto, que

O SISTUR, reconstruído dentro desses parâmetros pode ser observado como um sistema interativo, que não se reduz a si mesmo. Ele está constantemente se auto organizando, sendo influenciado pelo seu ambiente externo (ecossistema) e pelo seu comportamento interno (rede de produção), ao mesmo tempo se conectando e sendo influenciado pelos agentes que compõem o cluster turístico, comumente girando dentro de um espaço/tempo presente em um território (GUILARDUCCI E FRATUCCI, 2020, p. 144).

Conforme Colmenares (2017) é necessário repensar abordagens, metodologias e modelos para reduzir a pressão exercida pelo turismo tradicional que ameaça a estabilidade da atividade e do patrimônio ambiental e cultural. Para Dotto e Slongo (2020), a sustentabilidade no setor turístico pressupõe o equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental, cultural e social e, cada vez mais, torna-se necessária a conscientização dos envolvidos, buscando a ampliação das ações

sustentáveis, otimizando seus resultados em benefício da sociedade e do meio ambiente.

2.3.3.1. Relevância do planejamento turístico local

O planejamento, independentemente de sua esfera governamental, deve contemplar ações conjuntas entre políticas públicas e interesses locais, por tratar-se de decisões interdependentes e sistematicamente relacionadas. Trata-se de uma ferramenta essencial para a promoção do desenvolvimento das localidades, considerando uma visão sistêmica da sociedade e todas as suas inquietudes, por parte da Administração Pública. Planejar significa construir processos integrados e orientados à observância e satisfação das demandas de todos os interessados, compreendendo desde a visão do mercado até as necessidades das comunidades turísticas receptoras (HALL, 2001).

Os estudos a serem empreendidos teriam que possibilitar a resposta às seguintes questões: Qual é a importância do fenômeno do Turismo para a economia da região? Qual é a tendência revelada pelo fenômeno do Turismo nessa região? Para expandir-se? Para estagnar-se? Para retroceder? Quais as medidas que deverão ser tomadas para proteger, ordenar e desenvolver o impacto turístico que essa região, pelos recursos que oferece, tem nos mercados nacional e internacional? (BENI 2004, p. 33).

A visão integrada do turismo enquanto atividade permeada por diversas ciências deve embasar as ações de planejamento e envolver, de modo convergente, as ações do poder público e da comunidade local. Ainda, de acordo com a United Nations Environment Programme (2005), um planejamento turístico sustentável requer, também, a manutenção do ambiente natural, a garantia de operações econômicas viáveis e a promoção do desenvolvimento integrado das localidades.

As categorias de sustentabilidade se relacionam de modo direto com o turismo cultural, considerando a característica deste último, pautado na proteção e preservação do patrimônio. Por esta razão, Ramos (2019) sustenta que o planejamento turístico sustentável deve ser capaz de inventariar os recursos do mercado e do público-alvo (turistas), além de promover a elaboração de um layout baseado na escolha de métodos adequados à realidade local. Para o autor, “A promoção e a gestão compõem as fases de um plano interpretativo que devem ser

trabalhadas por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, sensíveis às peculiaridades da cultura local e à natureza das demandas dos turistas” (RAMOS, 2019, p. 6).

O planejamento da atividade turística é reconhecido, em vista disso, como atividade essencial e conjunta da esfera pública e privada, sob a égide da sustentabilidade. Conforme Ruschmann (1997, p. 9), a finalidade do planejamento turístico consiste em evitar “[...] os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade”. Convém reforçar o exposto por Fratucci (2008), delineando a relevância de políticas públicas e planejamentos turísticos que promovam, de fato, o desenvolvimento local a partir da observância de suas próprias demandas e, sobretudo, respeitando suas particularidades, evidenciando a relevância da elaboração de propostas de ações de desenvolvimento para utilização pela Administração Pública.

Ainda, Silva e Sonaglio (2013) salientam que o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao planejamento turístico contribui de maneira relevante para a execução da atividade, tendo em vista ser possível a obtenção de informações e até mesmo o desenvolvimento de novas metodologias, proporcionando resultados positivos em longo prazo e promovendo, de fato, um desenvolvimento local/regional baseado nas características específicas de cada comunidade, respeitando os diversos interesses envolvidos (turistas, empresários e comunidade receptora), além de possuir um efeito multiplicador sob os pontos de vista social, cultural, econômico, entre outros (BARBOSA, 2005).

Em consonância com Dotto et al. (2018, p. 142):

É no âmbito local/regional que o desenvolvimento do turismo deverá ter suas ações específicas detalhadas e encorajadas para atender às responsabilidades ambientais acima de interesses lucrativos imediatistas e de impactos desastrosos [...] construir e acompanhar o processo de planejamento turístico em âmbito local significa compreender que o território é um espaço constituído por um conteúdo cultural cujos atores atuam para efetivar a sustentabilidade. Assim, reunir os recursos para constituir os roteiros são as premissas para um início de desenvolvimento da atividade turística, buscando no território aspectos identitários que constituam a diferença valorizada.

Trata-se, portanto, do diagnóstico e, sobretudo do respeito às bases naturais locais, considerando o turismo como uma atividade capaz de produzir efeitos positivos para o desenvolvimento local. Couto e Ckagnazaroff (2016) enfatizam que,

no contexto municipal, o contato direto entre comunidade e governo permite o maior exercício político e, à vista disso, garante que todos os grupos locais sejam ouvidos durante as discussões de interesse local. Às Prefeituras cabe o papel de possibilitar a participação social nas decisões de desenvolvimento, envolvendo uma somatória de esforços com vistas ao melhor aproveitamento das potencialidades e recursos locais. O município deve, desta forma, “[...] corrigir as eventuais distorções decorrentes de cada política federal, estadual ou local quando isoladamente analisadas” (COUTO E CKAGNAZAROFF, 2016, p. 228) e, no contexto turístico, deve observar sobretudo os desafios e demandas locais.

Na sequência, apresentam-se alguns exemplos de estudos de caso, nacionais e internacionais, nos quais foram aplicados modelos de diagnóstico e planejamento turístico, bem como de desenvolvimento local, buscando consolidar ambas as temáticas como bases relevantes ao presente estudo.

2.3.3.2 Estudos sobre aplicação de modelos de desenvolvimento e planejamento turístico sustentável

Diante dos modelos expostos neste estudo e igualmente em relação a outros modelos disponíveis na literatura, importa destacar a aplicabilidade do campo teórico para casos específicos. Destacam-se os dizeres de Colmenares (2017), afirmando ser surpreendente o fato de que, embora as produções científicas da área sejam abundantes, poucas utilizam técnicas e metodologias mais pragmáticas, evidenciando a distância entre estudos, teorias e a realidade vivenciada. Nesta perspectiva apresentam-se estudos de Arruda et al. (2018), Beni (1999) e Guillarducci e Fratucci (2020) aplicados no território brasileiro e de Castrejón et al. (2020), Zúñiga-Bravo (2019), Ponte et al. (2020) e Colmenares (2017), aplicados em outros países.

As dimensões de sustentabilidade de Sachs foram objeto de estudo realizado por Arruda et al. (2018), em que foi analisado o desenvolvimento em um dos treze territórios rurais do estado do Ceará, o Território Centro Sul e Vale do Salgado, mapeando as características do caso analisado de acordo com categorias de análise e realizando um conjunto de proposições a partir dos resultados encontrados.

No referido estudo, em cada dimensão de sustentabilidade foi observada a presença de elementos de ecodesenvolvimento específicos da área. Na dimensão

social, percebeu-se a participação cidadão ativa; na econômica, verificaram-se elementos relacionados à alocação de recursos, geração de emprego e renda, entre outros; na ecológica, os resultados evidenciam a necessidade de elaboração de ações mais específicas; quanto à espacial, há sentimento de pertença, gestão social e políticas institucionais; por fim, na dimensão cultural, podem-se perceber poucos avanços além dos elementos característicos da região. Este estudo evidenciou a aplicabilidade das dimensões de sustentabilidade em um caso específico, possibilitando o planejamento de ações governamentais e sociais voltadas para o ecodesenvolvimento na localidade analisada (ARRUDA et al., 2018).

O modelo SISTUR foi objeto de estudo e aplicação em casos diversos na literatura. O próprio autor (BENI, 1999) conduziu estudo acerca da operacionalização de seu sistema no Projeto Costa Oeste, do governo do Estado do Paraná, visando o desenvolvimento do reservatório Itaipu através da definição de um plano integrado e sustentável de turismo. Após a coleta e análise das informações, as mesmas foram classificadas de acordo com as categorias do SISTUR, proporcionando um olhar mais abrangente sobre o Projeto Costa Oeste. Dentre as conclusões, destacou-se a relevância da cooperação entre iniciativa privada e poder público, propondo-se uma gestão estratégica de composição mista (iniciativa privada, órgãos públicos e ONGs) através da criação de uma Agência Multinacional de Desenvolvimento da Costa Oeste, considerando as características internacionais do projeto em questão.

Guilarducci e Fratucci (2020), por sua vez, realizaram estudo de caso no Circuito Turístico Caminho Novo, no estado de Minas Gerais, aplicando os conceitos do SISTUR e sua reconstrução proposta por Beni e Moesch (2017). Foram diagnosticadas deficiências na articulação entre setor público, privado e sociedade civil regional, além da ausência de uma rede regional consolidada para a gestão do turismo. Constatou-se, também, a insuficiência de políticas públicas locais e regionais, tomando por principal motivo a descontinuidade da gestão pública e o rompimento de projetos em virtude da troca dos poderes executivos locais.

No contexto internacional, Castrejón et al. (2020) realizaram um diagnóstico comparativo entre duas cidades: Santa Fe de Antioquia (Colômbia) e Malinalco (México). O embasamento teórico utilizado pelos autores consistiu no paradigma dos sistemas complexos, buscando aplicar a metodologia do turismo harmônico, que surge da discussão teórica e incorporação de atributos da sustentabilidade para

explicar o turismo como parte de um sistema complexo. Os atributos de sustentabilidade foram analisados a partir de dois subsistemas: subsistema biótico (recursos naturais) e subsistema antrópico (recursos artificiais), adotando-se a realização de entrevistas e visitas de campo como instrumentos de coleta de dados.

O estudo foi realizado em três etapas: delimitação do problema, caracterização e diagnóstico do sistema complexo. Diante dos resultados encontrados e comparando as localidades estudadas, os autores verificaram que a complexidade do fenômeno turístico deve considerar todos os supra sistemas existentes (social, econômico, natural etc.). Cumpre ressaltar que a atividade turística pode se tornar um fenômeno com impacto no desenvolvimento local, devendo ser diagnosticada e analisada sob diferentes perspectivas, razão pela qual os autores optaram pela abordagem sistêmica e permitindo explorar os comportamentos, para além das características deste setor (CASTREJÓN et al., 2020).

A conformação do espaço turístico mexicano, a partir da aplicação de um modelo de articulação espacial foi a temática de estudo desenvolvido por Zúñiga-Bravo (2019). O México encontra-se entre os dez primeiros lugares do ranking mundial de destinos turísticos; por esta razão, o turismo cultural realizado no país carece de elementos capazes de promover a sua qualificação. O autor utilizou como escopo o roteiro turístico-cultural da rota Dom Vasco, cuja relevância se dá em virtude da existência de povos indígenas e a valorização do patrimônio cultural e natural da região.

Através de uma análise crítica e utilização do Modelo de Articulação Espacial proposto por Hiernaux, foi analisado como o espaço participa no turismo e, ao mesmo tempo, como o turismo contribui para a produção e transformação do espaço. Diante das informações coletadas, a rota analisada pode ser classificada como recurso, destino e produto (perspectiva tripartida de um destino turístico). Da mesma forma, a criação e localização da rota estudada podem ser consideradas um dos principais elementos que contribuem para a continuidade da conformação do espaço turístico e da estrutura territorial da região. Apesar destas características, a rota Dom Vasco, à época do estudo, não havia sido consolidada (ZÚÑIGA-BRAVO, 2019), destacando a relevância deste e de outros estudos relacionados aos destinos turísticos.

O planejamento turístico municipal foi objeto de estudo de Ponte et al. (2020), na cidade de Ribeira Grande, região dos Açores, arquipélago de Portugal. O modelo utilizado era formado de três fases principais: diagnóstico, planejamento estratégico e plano de ação, cujas tarefas encontram-se detalhadas no Quadro 5:

Quadro 5: Modelo de planejamento estratégico utilizado em Ribeira Grande, Portugal

Fase	Tarefas executadas
Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta e análise de informações; - Questionário turístico; - Entrevistas com profissionais de turismo e partes interessada; - Análise de planejamento urbano e territorial; - Avaliação dos recursos turísticos; - Análise SWOT.
Planejamento estratégico	<ul style="list-style-type: none"> - Visão; - Objetivos estratégicos; - Produtos turísticos e consumidores profissionais; - Posicionamento e proposição de valor.
Plano de ação	<p>Conjunto detalhado de ações que destacavam o que precisava ser feito, quais organizações deveriam ser mobilizadas, um cronograma para a realização, indicadores de avaliação, estimativas de investimento e fontes potenciais de financiamento.</p>

Fonte: adaptado de Ponte et al. (2020).

A escolha desta metodologia pelos autores ocorreu em virtude da necessidade de se estabelecer uma estratégia equilibrada e sustentável, visando aumentar a competitividade e atratividade deste destino através da qualificação do território, dos profissionais em turismo e da comunidade local. Através dos estudos realizados, Ponte et al. (2020) destacam como principal desafio alinhar diferentes interesses, tendo em vista o envolvimento de diversos setores em torno de uma mesma visão e objetivos comuns. Neste caso, indica-se a relevância da participação comunitária no processo de planejamento turístico municipal.

A convergência entre o planejamento turístico e a sustentabilidade foi objeto de estudo de Colmenares (2017). O estudo contextualiza e discute os impactos do turismo como uma atividade complexa, que influencia em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, tendo por escopo a região de Timotes, na Venezuela, a qual pode contribuir de modo significativo para o desenvolvimento do turismo interno no país. A autora buscou utilizar como metodologia um modelo criado a partir de estudos próprios, composto de três etapas: diagnóstico, processamento e construção e, por fim, aplicação e validação. Aplicando-se este modelo, o autor considera que o turismo planejado pode prevenir impactos ambientais negativos,

inserindo-se como uma alternativa válida para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

Além dos estudos de caso conduzidos no sentido de demonstrar a aplicabilidade de modelos e conceitos de desenvolvimento local e planejamento turístico, importa destacar o estudo realizado por Dotto e Slongo (2020) acerca do estado atual das atividades desenvolvidas pelo setor de turismo no Brasil quanto às determinações (critérios, princípios e objetivos) referentes ao turismo sustentável, desenvolvidas por instituições nacionais e internacionais, mediante abordagem a *stakeholders* de dois segmentos: especialistas / pesquisadores e órgãos governamentais. Segundo os autores, considerando todas as dimensões relacionadas à sustentabilidade, as empresas do setor de turismo no Brasil apresentam ações, com predominância de atitudes em conformidade com a dimensão econômica da atividade, sendo que a menor média de conformidade se encontra na dimensão que se refere ao impacto no meio ambiente.

Outro aspecto relevante diz respeito à preservação cultural, que apresentou uma média de conformidade alta, o que evidencia a preocupação quanto ao resguardo dos elementos formadores das comunidades. A sustentabilidade social e ambiental carece de incremento em suas práticas e, de modo geral, os resultados deste estudo evidenciaram a necessidade de maior cooperação entre os atores envolvidos no setor turístico (residentes, turistas e operadores), visando o equilíbrio entre as dimensões analisadas e presentes no escopo do turismo sustentável.

O conhecimento construído ao longo das décadas, pautado nos estudos acadêmicos desenvolvidos, ao ser aplicado na prática, pode revelar inconsistências, indicando a necessidade de reconstruções teóricas e a constante reconfiguração de paradigmas. Diante do exposto, nota-se o fenômeno do turismo como uma temática abrangente e complexa, a qual necessita de diversos olhares para que possa ser compreendida em toda a sua pluralidade. Como bem colocam Hall et al. (2020), o turismo responsável implica na execução de uma governança eficaz, através de um planejamento deliberativo que considere as demandas das partes interessadas e permita a elaboração de políticas públicas capazes de satisfazer os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais do desenvolvimento sustentável.

Para que se possa buscar um entendimento holístico do setor, torna-se necessário o conhecimento agregado de diversas abordagens e paradigmas que, em conjunto, possam fornecer os subsídios necessários ao desenvolvimento

turístico pautado na sustentabilidade e, sobretudo, no respeito às diferenças e na promoção da igualdade social das localidades em que já se desenvolve ou se pretende desenvolver atividades turísticas.

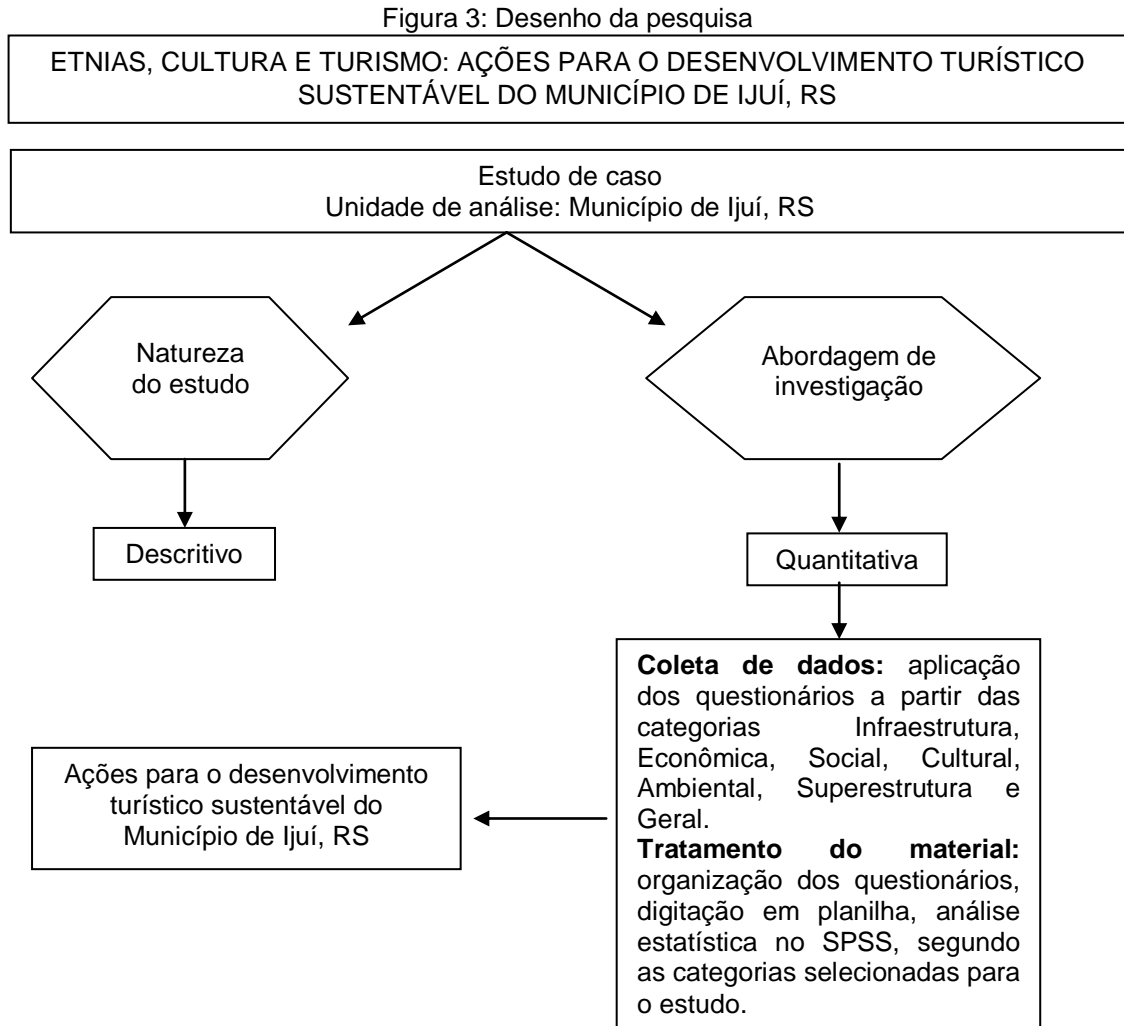
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo demarca os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização do estudo pretendido, buscando a formulação de ações para o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no Município de Ijuí, RS.

O capítulo divide-se em seis seções, iniciando pela delimitação da natureza do trabalho e estratégia de pesquisa a ser utilizada. A segunda seção refere-se à configuração do caso a ser estudado, indicando a unidade de análise, população e amostra consultadas. Após, são delineadas as formas de coleta de dados e, em seguida, de que maneiras estes dados foram analisados. A quinta seção dedica-se à indicação, de maneira sucinta, dos métodos utilizados para o alcance dos objetivos específicos propostos neste estudo.

3.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O presente estudo, de caráter predominantemente quantitativo, foi realizado por meio de um estudo descritivo, ou seja, uma pesquisa que visa expor as características de determinada população, com a coleta de uma quantidade significativa de informações, estabelecendo relações entre um número expressivo de variáveis (GIL, 2008; KNECHTEL, 2014). A Figura 3 evidencia de modo resumido o desenho da pesquisa realizada:



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

O caráter quantitativo da pesquisa diz respeito à análise de uma teoria a partir de informações e variáveis quantificadas em números. Esta análise é realizada de modo estatístico, buscando evidenciar a aplicabilidade da teoria e estudar o comportamento de uma população específica. A abordagem quantitativa é realizada a partir de dois tipos de dados: primários (fontes originais de informação, através da aplicação de questionários) e secundários (dados já processados, oriundos de pesquisas oficiais) (KNECHTEL, 2014).

Neste estudo, esta abordagem se justifica em face da aplicação de questionários (buscando dados primários), no intuito de consolidar a percepção da comunidade envolvida, possibilitando a proposição de ações de desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural que considere, de fato, as demandas da Administração Pública, colaboradores do movimento étnico e comunidade em geral, incluindo não residentes no município.

A escolha das estratégias de pesquisa buscou ser consistente com os seus objetivos. Para tanto, utilizou-se de estudo de caso, pesquisa bibliográfica e levantamento (*survey*). Sobre o estudo de caso, o mesmo tem por objetivo detalhar de maneira profunda e com pequena amplitude um objeto específico, realizando proposições tendo em vista justamente estas especificidades (GIL, 2009). Ainda, conforme Gil (2008, p.58), o estudo de caso permite "[...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação". Foram informações acerca do movimento étnico e das condições turísticas no Município de Ijuí, RS, para a consolidação e proposição de ações para o desenvolvimento do turismo étnico-cultural.

A pesquisa bibliográfica consiste na consulta e utilização de informações obtidas a partir de materiais já elaborados e publicados (GIL, 2009). Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183), é aquela que "[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo", propiciando "o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". A escolha desta estratégia é essencial por permitir o acesso a uma gama de fenômenos e informações significativamente maior do que a possível de ser verificada diretamente pelo pesquisador (GIL, 2008). Neste sentido, foram utilizados subsídios bibliográficos em produções científicas nacionais e internacionais, através da consulta a periódicos e livros, impressos ou eletrônicos.

Por fim, o levantamento (ou Survey) pode ser caracterizado pela interrogação direta de um número significativo de pessoas acerca do problema estudado (amostra da população), fornecendo as informações para uma análise quantitativa do tema através da aplicação de um instrumento pré-definido (FREITAS et al., 2000; GIL, 2008).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE, POPULAÇÃO, AMOSTRA

O estudo foi realizado no Município de Ijuí, RS, caracterizado no Capítulo 4, seção 4.1, considerando a sua identidade étnica como elemento significativo para o planejamento e desenvolvimento turístico do território. Segundo o último censo (2010), Ijuí possui aproximadamente 79 mil habitantes, com estimativa atual de pouco mais de 83 mil habitantes (IBGE, 2020), sendo que, para o presente estudo foi utilizada como referência a estimativa atual. O processo de amostragem

considerou, para definir a quantidade de unidades amostrais, o cálculo com 95% de confiança e margem de erro de 4%, que totaliza uma amostra de 596 pessoas.

Assim, foram aplicados 600 (seiscentos) questionários, em quatro segmentos distintos da população: participantes de etnias, empresários; comunidade em geral e não residentes em Ijuí, considerando os aspectos regionais do desenvolvimento turístico. Importa destacar que, apesar da amostra estar focada na comunidade ijuiense, verificou-se a possibilidade de, durante a aplicação, o questionário alcançar cidadãos residentes em outros municípios da região, razão pela qual foi considerado o segmento de “não residentes em Ijuí”. Não foi realizada estratificação por grupo, garantindo a aleatoriedade dos respondentes. Para a seleção dos participantes, optou-se pelo método não probabilístico por conveniência, em que nem todos os elementos da população têm a mesma chance de ser selecionado e o critério de escolha é aleatório (MALHOTRA, 2019).

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Em um primeiro momento, foram realizadas leituras e fichamentos bibliográficos necessários ao embasamento teórico do estudo pretendido. Na continuidade, por meio de pesquisa em publicações de estudos anteriores, foi realizado um levantamento de dados secundários relacionados ao município de Ijuí e o movimento étnico-cultural existente, e, na sequência, uma pesquisa de dados primários, com o intuito de verificar a percepção da população da região sobre aspectos relacionados ao turismo e ao desenvolvimento sustentável do turismo étnico-cultural no município de Ijuí/RS.

Para a verificação da percepção da população foi utilizado um questionário composto de perguntas fechadas (utilizando-se a Escala Likert de 5 pontos), além de duas perguntas abertas e descritivas, objetivando enriquecer as informações coletadas. O questionário “[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 201).

Foi realizado um pré-teste de 10 questionários buscando identificar possíveis falhas e providenciar os devidos ajustes necessários, em conformidade com as sugestões dos questionados, culminando no acréscimo de questões e na redefinição do *layout* do mesmo. Em seguida, os questionários foram aplicados de maneira

impresa e digital (através do *Google Forms*), buscando alcançar significativa diversidade de participantes, durante o primeiro semestre de 2021.

Os questionários digitais foram encaminhados através do *Facebook* e *Whatsapp*, bem como através de e-mail (a exemplo de lista de empresas fornecida pela Associação Comercial e Industrial de Ijuí e contatos fornecidos pela União das Etnias de Ijuí). Presencialmente, os questionários foram aplicados em oportunidades aleatórias, em diversos bairros do município de Ijuí, com a colaboração de profissionais da área do Serviço Social.

O questionário utilizado encontra-se no Apêndice A. Foi dividido em duas partes principais: a primeira busca evidenciar a percepção dos respondentes acerca do desenvolvimento geral do turismo no Município de Ijuí, RS, assim como suas percepções específicas acerca do desenvolvimento do turismo étnico-cultural; a segunda parte, por sua vez, diz respeito ao perfil dos respondentes.

As categorias do questionário foram definidas a partir das dimensões propostas por Beni (2004) e Sachs (2009), sendo as questões estruturadas em conformidade com as seguintes dimensões: Infraestrutura (questões 1 a 8), Econômica (questões 9 a 13), Social (questões 14 a 18), Cultural (questões 19 a 24), Ambiental (questões 25 a 29), Superestrutura (questões 30 a 34) e Geral (questões 35 a 40). As questões 41 e 42 são abertas, incluídas para possibilitar a opinião dos participantes de forma ampliada em relação ao tema pesquisado e as questões finais (42 a 45) referem-se ao perfil dos respondentes.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Na análise dos dados quantitativos, as informações obtidas por meio dos questionários aplicados foram digitadas em planilhas eletrônicas e posteriormente transformados em base de dados e analisadas através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) 23.0. A análise estatística dos resultados foi realizada nas seguintes etapas: análise descritiva, análise fatorial, confiabilidade e testes de hipóteses. A análise descritiva consistiu na descrição estatística das informações do perfil dos respondentes, além da percepção dos mesmos acerca dos questionamentos realizados. Em seguida, realizou-se a análise fatorial, utilizando-se as questões tipo Likert de 5 pontos, buscando explorar as informações coletadas. Conforme Hair et al. (2009), a análise fatorial exploratória permite analisar as inter-

relações existentes entre um grande número de variáveis, agrupando-as em fatores (dimensões comuns).

Na análise fatorial, foram utilizadas as seguintes técnicas, nesta ordem: identificação da adequação e especificidade da amostra (através do Teste de esfericidade de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o Teste de esfericidade de Bartlett); análise de comunalidades (critério de exclusão: $< 0,5$); verificação de autovalores (critério de inclusão: $> 1,0$); geração de matriz através do Varimax; identificação das cargas fatoriais (critério: $> 0,3$). A confiabilidade dos dados foi verificada mediante aplicação do Alpha de Cronbach (critério: $> 0,6$).

Por fim, realizou-se o teste paramétrico ANOVA (Análise Univariada de Variância), buscando identificar possíveis correlações entre os dados coletados, conforme coloca Hair (2009, p. 303): utiliza-se a ANOVA “[...] para avaliar diferenças de grupos em uma única variável dependente métrica”. O detalhamento dos procedimentos estatísticos encontra-se disposto junto à descrição e análise dos dados, no capítulo 4. As duas questões descritivas (41 e 42), de caráter qualitativo, foram analisadas por meio de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), com uma análise preliminar e agrupamento do conteúdo, considerando a similaridade das respostas obtidas.

3.5 SÍNTESE DO MÉTODO

Diante do exposto, os métodos utilizados para o alcance dos objetivos específicos deste estudo e as fontes de informações utilizadas encontram-se dispostos no Quadro 6.

Quadro 6: Resumo de objetivos, métodos e fontes das informações

(continua)

Objetivo específico 1) Compreender a relevância da identidade étnica na formação histórica e organização cultural do município de Ijuí/RS	
Métodos utilizados	Fonte das informações
Pesquisa bibliográfica.	Estudos anteriores realizados por Bindé (2007), Cherini (2007), Weber (1994), entre outros.
Objetivo específico 2) Contextualizar o movimento étnico no Município de Ijuí, RS, resgatando sua cronologia e identificando sua conjuntura atual.	
Métodos utilizados	Fonte das informações
Pesquisa bibliográfica.	Estudos anteriores realizados por Bindé (2007) e União das Etnias de Ijuí (2020), entre outros.
Objetivo específico 3) Verificar a percepção de representantes da sociedade sobre a situação atual e possibilidades de desenvolvimento do turismo étnico-cultural em Ijuí.	

Quadro 6: Resumo de objetivos, métodos e fontes das informações

(conclusão)

Métodos utilizados	Fonte das informações
Pesquisa de campo, com aplicação de questionários.	População da região, em sua maioria residentes do município de Ijuí, sendo que a seleção dos participantes foi por meio de amostragem não probabilística por conveniência.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diante da exposição dos procedimentos metodológicos utilizados, a seguir são apresentados os resultados e as análises das informações coletadas.

4 RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS DA PESQUISA

O presente capítulo apresenta aspectos históricos acerca da formação e colonização do Município de Ijuí, RS, a partir de seus elementos culturais e sociais. Inicialmente, caracteriza-se o movimento étnico ijuiense, delineando aspectos desde a imigração até a atualidade e trazendo as particularidades de cada uma das etnias organizadas oficialmente, além de resgatar outras etnias que, apesar de ainda não estarem organizadas, são parte importante nesta colonização.

Em seguida, são expostas as percepções acerca do turismo étnico-cultural neste município, identificadas a partir da aplicação de questionários. Esta seção subdivide-se em quatro: na primeira caracteriza-se o perfil dos respondentes; na segunda, realiza-se a estatística descritiva das informações obtidas; em um terceiro momento, procede-se à análise fatorial destes dados e, por fim, apresentam-se sugestões de ações acerca deste movimento.

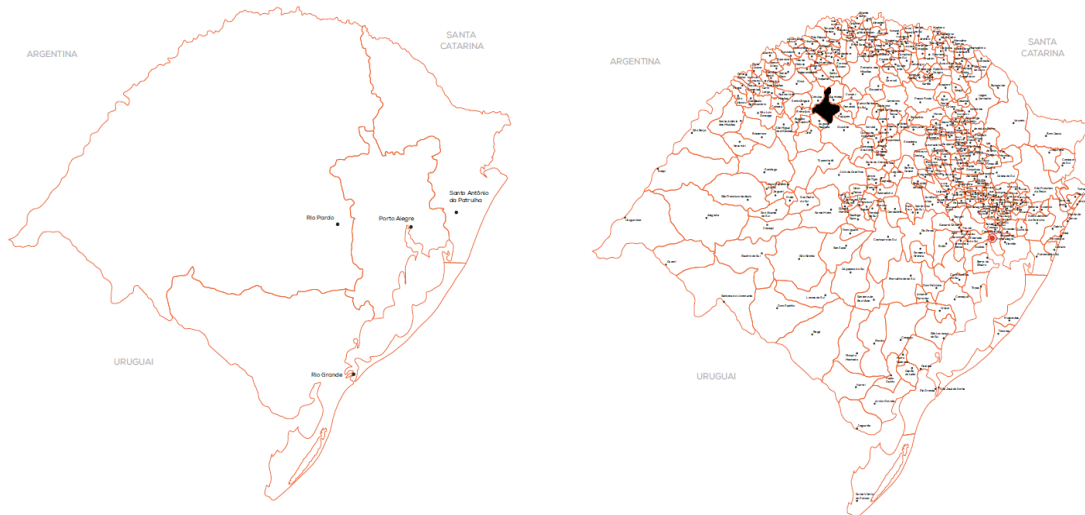
4.1 MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E ÉTNICA

A formação social e cultural de todo o mundo se deu a partir das diásporas, promovidas por situações como fugas de guerras, exílios políticos ou busca por melhores oportunidades, por exemplo. No contexto brasileiro, autores como Aragão (2015) e Beni (2004) evidenciam a miscigenação de três povos distintos: população autóctone (indígena), escravos (africanos) e colonizadores (imigrantes). Ressalta-se, nesta acepção, a diversidade do patrimônio cultural brasileiro, tendo em vista sua formação histórica tão rica em elementos sociais e culturais diferenciados.

Após o descobrimento do Brasil, passou um longo período até que a colonização de seu território fosse considerada uma necessidade para o governo de Portugal. A colonização das terras mais longínquas ocorreu em virtude da presença de ingleses, franceses e outros povos e, com receio de perder a nova terra, passou-se a ocupá-la (BINDÉ, 2007b). No tocante ao Estado do Rio Grande do Sul, originado a partir da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, tem-se como marco da divisão político-administrativa o ano de 1809, com a criação de quatro grandes “vilas”: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Ao longo da história, mais divisões e subdivisões foram ocorrendo, tendo como

principal condição o fator “povoamento” (ocupação das terras por imigrantes); até o ano de 2020, o Estado do Rio Grande do Sul conta com 497 municípios reconhecidos (MORAES E CUNHA, 2018). A evolução da divisão política e administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, desde a primeira divisão (em 1809) até 2018 encontra-se exposta na Figura 4. Conforme se vislumbra, houve inúmeras divisões territoriais ao longo da história, culminando nos 497 municípios em 2022.

Figura 4: Divisão político-administrativa do RS: comparativo entre 1809 e 2018



Fonte: Moraes e Cunha (2018, pp. 23 e 34).

O Município de Ijuí (destacado em preto no mapa) fazia parte da vila de Rio Pardo; em seguida, passou a integrar o território do Município de Cruz Alta (emancipado em 1834). Em 1890, Ijuhy era a primeira colônia oficial da província do Rio Grande em terras do Planalto, significando o início da ocupação das últimas áreas disponíveis no Estado (CHERINI, 2007). Para esta região, eram enviados imigrantes recém-chegados da Europa e, em seguida, “[...] uma geração moça, excedente das colônias velhas, isto é, das áreas ocupadas inicialmente por alemães e italianos, a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul” (FISCHER, 2002, p. 9).

A denominação “Ijuhy” significa na língua guarani, “Rio das Águas Grandes” ou “Rio das Águas Divinas”, nomenclatura dada pelos índios guaranis ao rio que atravessa o município (CHERINI, 2007; MARQUES, 2002). No início de sua ocupação, a Colônia Ijuhy também era conhecida como “Barracão”, em virtude dos primeiros colonos serem alojados em barracões de madeira e sua extensão territorial era bastante restrita, figurando como “[...] um verdadeiro pigmeu no meio

de três gigantes, que figuravam entre as maiores comunas do Estado: Cruz Alta, Santo Ângelo e Palmeira das Missões” (BINDÉ, 2007b, p. 20).

A emancipação da Colônia Ijuhy se deu através do Decreto Estadual nº 1.814 de 31 de janeiro de 1912 (CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ, s.d.). Nos anos 20, a "Vila Ijuhy" tornou-se conhecida como laboriosa, onde a população tinha por característica a harmonia, disciplina e trabalho (WEBER, 1994); por esta característica, o município recebeu o título estadual de “Colmeia do Trabalho” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2009). A vida social local, nas décadas de 20 e 30, assumia contornos étnicos; na década de 30, havia três clubes: O Clube Ijuí (ainda em atividade), o Clube Alemão e o Clube Polonês. Discorre-se que houve desentendimentos entre outros imigrantes e descendentes, principalmente da etnia italiana, que reivindicavam para si o Clube Ijuí, afirmando que a maioria dos membros deste clube seria "constituída de filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, como é o caso dos descendentes de italianos" (WEBER, 1994, p. 108).

A convivência entre os povos radicados no município corroborou para a sua organização cultural em prol do resgate e fomento de suas tradições e origens. Ao longo das décadas, descendentes de imigrantes foram se organizando, mantendo sua cultura e, ainda, compartilhando costumes com outros povos. Esta organização culminou, em 1987, na primeira Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI), a partir da qual o movimento étnico passou a fazer parte do cotidiano do município.

Em dezembro de 2021, o Senado Federal reconheceu o município de Ijuí, RS, como a Capital Nacional das Etnias, mediante a Lei Federal nº 14.280/2021. Este reconhecimento se deu a partir do apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do Sistema Pró-Cultura do Rio Grande do Sul e do Conselho Estadual de Cultura (UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2017). A Lei se originou do Projeto de Lei nº 10.095-A/2018 da Câmara dos Deputados Federal, apresentado em 2018 e tramitado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) durante quatro anos. Em conformidade com o Parecer que aprovou o referido Projeto de Lei,

[...] se outras cidades do país possuem suas festas multiétnicas e, ao mesmo tempo, são detentoras de outros títulos de ‘capital’, em Ijuí a valorização da pluralidade étnica é o vetor identitário de suas instituições e de sua comunidade (BRASIL, 2019, p. 1).

Ressalta-se, ainda, a recente construção da Sede Cultural da UETI, inaugurada em abril de 2022, considerada “o maior centro cultural totalmente financiado pela lei de incentivo estadual” (SCARTON, 2022, s.p.). Por meio de um investimento de mais de seis milhões de reais, a sede possui a forma de um complexo cultural, composto por dois prédios, que abrigam três setores: administrativo, comercial e cultural/artístico, para uso da UETI e demais entidades, buscando incentivar e apoiar as diversas manifestações culturais do município (SCARTON, 2022; UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2017).

Figura 5: Sede da UETI recém construída



Fonte: Oliveira (2022, s.p.).

Figura 6: Sede da UETI na inauguração



Fonte: Scarton (2022, s.p.).

Destaca-se, ainda, o reconhecimento de Ijuí como “Capital Mundial das Etnias”, título conferido em outubro de 2022, pela Organização Internacional de Folclore e Artes Populares (instituição credenciada pela UNESCO), durante o Encontro Internacional de Folclore e Artes Populares das Etnias e IIª Assembleia da IOV das Américas, realizado no município de Ijuí (IOV BRASIL, 2022). A Moção de Reconhecimento da Organização Internacional de Folclore e Artes Populares menciona a conferência do referido título

“em razão da cidade possuir, entre seus munícipes, de forma organizada e atuante, a representação de treze etnias formadoras de seu povo, plenamente aptas a promoção, conservação e vivência de suas tradições, transmitindo-as de geração em geração” (IOV BRASIL, 2022, s.p.)

Na esfera governamental municipal, a Lei Municipal nº 3.317/97 criou o Conselho Municipal de Turismo, cujo Regimento Interno foi aprovado através do Decreto Municipal nº 2.298/97. Dentre as competências deste Conselho, destacam-se algumas atribuições, em conformidade com o disposto em seu artigo 2º:

[...] I - deliberar, no seu nível de competência, sobre a política e diretrizes de turismo do Município, bem como sobre questões que venham a ser encaminhadas para apreciação e parecer, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
 II - acompanhar a execução e avaliar os resultados das políticas e diretrizes de turismo do Município;
 [...]
 VIII - coordenar o processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Ijuí, encaminhando-o, após apreciação da Assembleia Geral do COMTUR, à Administração Municipal com vistas à integração de diretrizes e ações no Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual; [...] (MUNICÍPIO DE IJUÍ, 1997).

Importa destacar que este Conselho foi criado na década de 90 e, após atualização legislativa ocorrida em 2009, a lei de sua criação passou a incluir a previsão de elaboração de um “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Ijuí”. Entretanto, até o ano de 2022, este Plano ainda não se encontra consolidado, inexistindo legislação própria acerca do mesmo.

Depreende-se, portanto, que ainda há muito a ser explorado em um infinito campo de possibilidades, no intuito de promover ainda mais este movimento único e tão relevante para a identidade local, considerando seu potencial turístico.

4.2 MOVIMENTO ÉTNICO IJUIENSE: DA IMIGRAÇÃO À ATUALIDADE

A formação social e cultural da Colônia Ijuhy se deu a partir de imigrantes de diversas partes do mundo, principalmente da Europa. Entretanto, os povos nativos e oriundos de territórios mais próximos, como os caboclos¹, guaranis² e gaúchos³, também fazem parte da história deste município (UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2020).

Os imigrantes europeus foram responsáveis pelo desmatamento e implantação de lavouras agrícolas primitivas, além da transformação desta produção em alimentos e da fabricação de instrumentos de trabalho (BINDE, 2007). Aos imigrantes luso-brasileiros, por sua vez, foi reservada a missão de administrar a colônia,

[...] exercendo papel de coordenação e orientação das bases sobre as quais começa a se alicerçar o futuro município, bem como na implantação de uma estrutura comercial e de serviços essenciais, voltados não apenas para suprir as necessidades da população em geral, mas também como base de aproveitamento e expansão da economia, alicerçada na pequena produção agrícola e no trabalho em regime familiar (BINDE, 2007, p. 8).

No decorrer da história, estes imigrantes e seus descendentes, além dos descendentes dos povos nativos e próximos radicados no município foram se organizando e originando grupos étnicos e culturais bastante distintos entre si e que, ao mesmo tempo, complementavam-se no emaranhado histórico e cultural da colonização local. Cada grupo de descendentes formou associações de caráter cultural, social e recreativo, congregando as famílias com vistas à preservação e resgate de costumes e tradições de suas pátrias-mãe (BINDE, 2007b).

No final do século XX, especificamente nas décadas de 80 e 90, consolidava-se o movimento étnico municipal. Seu marco foi a realização da I Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI), no ano de 1987. A partir de então, houve um espaço cada vez maior no campo social para o desenvolvimento destas ações

¹ O conceito de "Caboclo" remete aos camponeses pobres, fruto de relacionamentos entre portugueses, espanhóis e africanos escravos com índios (RISTOW, 2016).

² A etnia Guarani refere-se aos povos indígenas que ocuparam, inicialmente, o litoral brasileiro, expandindo-se para outras regiões. Na região do Município de Ijuí, RS, estudos mencionam o "guarani missioneiro" (BARÃO, 2009).

³ O termo "Gaúcho" tem diversas origens reconhecidas, deste a origem geográfica (Uruguai) até a etimológica (do termo Garrucho, que significa desgarrado). O povo Gaúcho, inicialmente, era reconhecido como um povo andarilho (BINDE, 2009b).

étnicas e culturais, promovendo a organização de grupos culturais específicos de acordo com cada etnia (BINDÉ, 2007b; BINDÉ, 2009b), culminando na criação da União das Etnias de Ijuí (UETI) em 1994, uma associação livre e de caráter cultural com os seguintes objetivos: “[...] promover a união étnica de Ijuí, coordenar eventos, projetos e atividades de interesse comum aos Centros Culturais de Ijuí e estimular o intercâmbio com entidades congêneres” (UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2020).

O movimento étnico ijuiense se consolida em prol de uma missão cultural e histórica. Marques (2002, p. 28) coloca: “[...] as culturas diversificadas de Ijuí, harmoniosas desde as construções materiais até as fulgurações do espírito criador, se hão de elevar bem alto, para que se possam difundir em círculos cada vez maiores”. Neste sentido, identifica-se a relevância da realização de eventos culturais específicos que atraíam turistas e, ainda, para os participantes das etnias e a comunidade ijuiense em geral.

Anualmente, realiza-se a FENADI / Expofest Ijuí que, em 2021, em sua 35ª edição, foi realizada, pela segunda vez, de maneira totalmente virtual em função da pandemia de Covid-19, uma novidade na história do movimento étnico ijuiense. O evento tem a duração de aproximadamente 10 dias e, neste período, promove diversas programações como, por exemplo, apresentações artísticas (de dança, teatro, canto etc.), gastronomia típica das etnias, interação com o público através de atividades específicas (Trem da História, Epopeia Ijuhy etc.), entre outras ações (UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2020; RADIO PROGRESSO DE IJUÍ, 2022).

Nos dizeres de Morigi et al. (2013, p. 1999):

Cada casa tem sua diretoria, seu grupo de cantos e danças, comidas e vestimentas consideradas também próprias de cada etnia, e elas realizam atividades nas quais procuram reproduzir uma “origem” e uma “autenticidade” cultural, própria dos lugares de onde teriam vindo. Na festa realizada em outubro, as casas funcionam como restaurantes e salões de baile, recebendo enorme número de visitantes.

Para além da programação da FENADI / Expofest Ijuí, desenvolvem-se outras ações no decorrer do ano, tais como desfiles, jantares típicos, vendas de artigos étnicos, entre outros. O Quadro 7 demonstra as etnias organizadas oficialmente no Município de Ijuí, RS, em 2022:

Quadro 7: Etnias consolidadas no Município de Ijuí, RS

Etnia	Ano de fundação	Nomenclatura
Afro	1987	Centro Cultural Herdeiros de Zumbi
Alemã	1987	Centro Cultural 25 de Julho Ijuí
Árabe	1989	Casa de Cultura Árabe de Ijuí
Austríaca	1987	Centro Cultural Austríaco de Ijuí
Espanhola	1993	Centro de Cultura Espanhola
Gaúcha	1987	Associação Tradicionalista Querência Gaúcha
Holandesa	1987	Sociedade Cultural Holandesa
Italiana	1987	Centro Cultural Regional Italiano
Japonesa	2017	Associação Regional de Cultura Japonesa Sakura
Leta	1987	Centro Cultural Leto de Ijuí
Polonesa	1987	Sociedade Cultural Polonesa Karol Wojtylla
Portuguesa	1988	Centro Cultural Português de Ijuí
Sueca	1991	Centro Cultural Sueco de Ijuí

Fonte: BINDÉ (2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2006c, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2009c).

À exceção da etnia japonesa, organizada recentemente na história do movimento étnico (2017), todas as demais possuem sede própria (casa étnica) junto ao Parque de Exposições Municipal. Entretanto, já houve concessão de área para a construção de sua sede. Em relação à Associação Tradicionalista Querência Gaúcha, a mesma une representantes de entidades e Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) do município (UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2020).

A seguir, são delineados aspectos históricos e atuais de cada uma das etnias organizadas de maneira oficial no município (Afro-brasileira, Alemã, Árabe, Austríaca, Espanhola, Gaúcha, Holandesa, Italiana, Japonesa, Leta, Polonesa, Portuguesa e Sueca), bem como considerações acerca dos demais povos.

4.2.1 Etnia Afro-brasileira

Em contexto nacional, os negros foram chegando ao Brasil pelas regiões mais ao norte, em um processo de imigração vergonhoso: a escravidão. No entanto, os registros sobre a ocupação do território rio-grandense por africanos negros e descendentes são significativamente escassos. Sua contribuição nestas terras ocorreu de maneiras diversas mas, principalmente, com relação à sua cultura, trazendo “[...] uma sensibilidade inata, riquíssima, que veio a encontrar o seu caminho [...] através de manifestações no campo da cultura, da arte e da comunicação popular” (BINDÉ, 2006a, p. 17).

Em solo ijuiense, a história deste povo passou a ser construída a partir da chegada de indivíduos alforriados e de outras regiões. Aos poucos, foram conquistando seu espaço nas funções e trabalhos existentes, destacando-se o papel das parteiras negras que, por terem tido este aprendizado durante a escravidão, auxiliavam as mulheres grávidas de outras origens (BINDÉ, 2006a).

Diversos são os indivíduos e famílias negras homenageadas por Bindé (2006a), desde a fundação da Colônia Ijuhy até a organização atual das etnias. A etnia afro-brasileira mobilizou-se, fundando o Grupo Cultural Herdeiros de Zumbi em 20 de novembro de 1987, data que coincide com a morte do maior líder quilombola brasileiro. A construção da casa típica (Figura 7) foi feita em dois módulos: o primeiro foi finalizado no ano seguinte, recebendo a denominação de “Lar Maria Augusta”, em homenagem a uma das integrantes mais idosas da etnia; o segundo, em 1990, com um amplo espaço para refeições de grupos maiores (BINDÉ, 2006a).

Figura 7: Casa típica da Etnia Afro Lar Maria Augusta



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

Desde então, a etnia tem desenvolvido uma série de atividades voltadas à preservação da cultura negra, oferecendo pratos típicos, como o vatapá (camarão com filé de peixe), moqueca de peixe, vaca atolada (costela de gado com mandioca); e, ainda, proporcionando apresentações artísticas. O principal grupo de dança chama-se Charme da Liberdade (Figura 8), cujos artistas se apresentam trajando vestimentas típicas com muita cor, além de possuírem forte expressão corporal (BINDÉ, 2006a).

Figura 8: Grupo de danças Charme da Liberdade



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

4.2.2 Etnia Alemã

Uma parcela considerável dos primeiros imigrantes chegados na Colônia de Ijuhy era composta por alemães e, por este motivo, a localidade foi considerada uma colônia alemã. Entretanto, é preciso ressaltar que muitos destes imigrantes foram considerados de origem russa quando, na verdade, eram alemães que já haviam emigrado para território russo e, em seguida, vieram ao Brasil (BINDÉ, 2005a).

Os pioneiros de origem alemã exerceram diversas atividades laborais. Foram comerciantes, professores, médicos, donos de estalagens e hospedarias, ofereciam serviços de diligências (carruagem puxada por animais) etc. No campo social, os imigrantes se destacaram pela fundação do Clube Alemão, ainda no século XIX e cuja sede fora inaugurada em 1903. Além deste clube, destacam-se as Sociedades de Tiro ao Alvo, o Clube Feminino de Tiro e a Sociedade de Hussardos, todas sob a direção de imigrantes alemães (BINDÉ, 2005a).

O Centro Cultural 25 de Julho de Ijuí (Figura 9) foi fundado em 1987, sendo formadas duas comissões: uma, responsável por colher subsídios sobre arquitetura, cultura, música e outras particularidades; a outra, passou a manter contato com os descendentes dos imigrantes alemães, buscando recuperar valores históricos da etnia.

Figura 9: Casa típica do Centro Cultural 25 de Julho



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

Este Centro Cultural desenvolve diversas atividades artísticas e culturais. Dentre os grupos de dança atuais, citam-se o Grupo *Immer Lustig* (de adultos) e o Grupo *Frohe Jugend* (de jovens, Figura 10). Contam ainda com o Grupo de Canto *Edelweiss* (BINDÉ, 2005a).

Figura 10: Grupo de Dança Frohe Jugend



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

Outro aspecto que deve ser ressaltado diz respeito à Banda *Eickhoff*, uma banda formada em 1898 e que segue até os dias atuais, contando com alguns músicos descendentes dos primeiros integrantes. A banda conserva um estilo tradicional, resgatando músicas de origem alemã e se configura em uma peça fundamental para a etnia, na atualidade. A gastronomia típica também se distingue,

oferecendo diversas opções de comida típica, tais como o *eissbein* (joelho de porco com *sauerkraut* - chucrute), a *krautsuppe* (sopa de repolho) e a *honigkuchen* (cuca de mel), acompanhados de um chope gelado, seguindo as tradições germânicas (BINDÉ, 2005a).

4.2.3 Etnia Árabe

A cultura árabe passou a se fazer presente na Colônia de Ijuhy a partir de 1895, quando três famílias de libaneses se instalaram e passaram a exercer o comércio ambulante. Segundo Fischer (2002, p. 50), “aonde dirigiam seus passos, sempre e em toda parte eram benquistos esses mascates alegres”. Com o passar das décadas, outras famílias de origens árabes (sírios, libaneses, palestinos) foram se somando ao mosaico cultural ijuicense, mantendo principalmente as tradições laborais do comércio (BINDÉ, 2008a).

O Centro Cultural Árabe de Ijuí foi fundado em 20 de junho de 1989. A construção de sua casa típica (Figura 11) se deu a partir de então, tendo sido inaugurada em 1990, composta por vitrais e piso trabalhado, resgatando a arquitetura árabe. A partir desta inauguração, foram sendo eleitos os presidentes e diretorias da etnia, exclusivamente dentre membros de famílias descendentes de árabes (BINDÉ, 2008a).

Figura 11: Casa típica do Centro Cultural Árabe



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

No rol de atividades realizadas pela etnia, destaca-se a dança típica, representada pelo Grupo de Danças *Hayat* (Figura 12), fundado em 1996 e cuja principal atração consiste na Dança do Ventre, uma dança sensual que resgata os costumes das mulheres árabes, originada em rituais de sacerdotisas sagradas do Egito antigo. Sua atuação se dá tanto em eventos no município de Ijuí quanto em festivais por todo o Estado do Rio Grande do Sul. Mais recentemente, em 2006, foi criado o grupo de danças infantil, denominado *Shamsy*, buscando conservar as tradições folclóricas e artísticas da etnia para as novas gerações (BINDÉ, 2008a).

Figura 12: Grupo de danças Hayat



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

Para além da dança, a etnia árabe se destaca pela gastronomia típica, cujos pratos se revestem de variedade e originalidade, tais como kibes feitos à base de trigo, tabule, esfihas, entre outros, acompanhados de uma taça de *arak*, bebida tradicional alcoolizada feita a partir da uva ou do anis. As refeições podem ser acompanhadas pelo *arak*, uma bebida árabe feita a partir de uva ou anis (BINDÉ, 2008a).

4.2.4 Etnia Austríaca

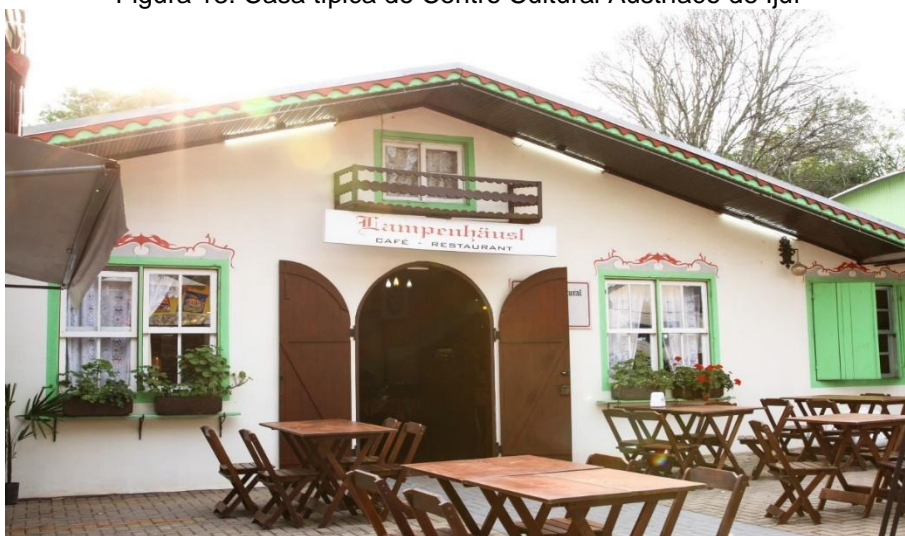
Os austríacos foram os últimos imigrantes europeus a chegarem na Colônia de Ijuhy, em 1893. Todos eram recém demitidos de uma fábrica de armamentos da cidade de Steyer (Alta-Áustria), vindo ao Brasil buscando novas oportunidades. O começo foi muito difícil:

Tudo era descomunal, até misterioso, até hostil: o clima, a paisagem, a vegetação, a fauna, a linguagem dos funcionários da administração, bem como a de seus vizinhos, os costumes, a alimentação e, principalmente, o trabalho no mato. Além disso, eles não possuíam maiores recursos para satisfazer as mais prementes necessidades (BINDÉ, 2007a, p. 19-20).

No entanto, com o passar do tempo, assim como as demais famílias de imigrantes, os austríacos foram ocupando seu espaço nesta nova terra, deixando “[...] belos exemplos de espírito comunitário, dedicação e perseverança” (BINDÉ, 2007a, p. 27). Estas famílias tinham o desejo de permanecer unidas, ocupando as colônias das linhas 5 a 8 Leste e construindo, ali, suas bases familiares e sociais. Neste local construíram, inclusive, uma escola de alfabetização, uma sede social e um cemitério. Importa ressaltar que estas áreas de terra foram doadas aos imigrantes austríacos pelo diretor da Colônia, em virtude de suas características de progresso e solidariedade (BINDÉ, 2007a).

Seguindo a mesma linha das demais etnias, o Centro Cultural Austríaco de Ijuí (Figura 13) foi fundado em 1987 e inaugurado em 1988, com os objetivos de manter contato com a cultura dos países de origem, incentivar o desenvolvimento cultural e artístico da juventude e auxiliar na compreensão das diferenças entre sua terra natal e a nação escolhida para construir sua nova vida (BINDÉ, 2007a).

Figura 13: Casa típica do Centro Cultural Austríaco de Ijuí



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

A casa típica é reconhecida na comunidade pelo seu tradicional café vienense, bem como demais comidas típicas servidas durante os eventos culturais realizados no decorrer do ano. Destaca-se que, no tocante à gastronomia, os pratos

são confeccionados com ingredientes específicos da culinária austríaca, destacando-se o *goulash* (carne com molho de páprica) e o *rahmkartofeln* (batatas ao creme), além do tradicional café vienense, onde se servem guloseimas típicas como a *unzer torte* (torta de morango) e o *käsekuchen* (bolo de ricota), acompanhados de café com leite ou chocolate. Dentre as atividades realizadas pela etnia após a sua organização, destacam-se festivais de folclore (como o *Fest-Folk*), os grupos de dança *Lustige Tiroler* (formado por adolescentes, Figura 14) e o *Tanz Gruppe Sissi* (infantil), além de um grupo de coral feminino (BINDÉ, 2007a).

Figura 14: Grupo de dança austríaca Lustige Tiroler



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

4.2.5 Etnia Espanhola

Chegados no início do século XX, os imigrantes espanhóis desembarcaram no Uruguai e Argentina, porém vieram ao Rio Grande do Sul pela semelhança com sua terra natal, instalando-se inicialmente no atual Distrito de Floresta e na Vila Itaí. A escassez de dados sobre a chegada deste povo na região permite conclusões baseadas em hipóteses: eles teriam vindo em busca de oportunidades melhores de vida (a exemplo de outros povos imigrantes) e, ainda, poderiam ter chegado nesta região após já haverem trabalhado em cafezais, no estado de São Paulo (BINDÉ, 2009a).

De acordo com os estudos de Bindé (2009a), diversas famílias se fixaram no município, exercendo funções variadas, como construtores, sapateiros, comerciários e empresários. Apesar de não haverem muitos registros sobre estes imigrantes,

seus descendentes participaram da organização das etnias em Ijuí, fundando, em 1993, o Centro de Cultura Espanhola de Ijuí. Esta etnia foi a última, na época, a se integrar ao movimento étnico do município. A casa típica (Figura 15) foi inaugurada em 1996, após diversos percalços e dificuldades financeiras.

Figura 15: Casa típica do Centro de Cultura Espanhola de Ijuí



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

A etnia espanhola é conhecida pela sensualidade de suas músicas e danças, contando com diversos grupos de dança ao longo de sua história. Atualmente, destacam-se o Grupo *Las Hermosas* (formado apenas por meninas, conforme Figura 16) e o Grupo *Hijos Del Sol*. Ambos são marcados pelo sapateio e pelo uso de castanholas (BINDÉ, 2009a).

Figura 16: Grupo Las Herosas



Fonte: Expoijuí FENADI (Facebook).

A gastronomia típica também se faz presente, a exemplo da tradicional *paella* (arroz com frutos do mar e carne) e a *miga* (farofa com farinha de milho, salame e ovos), acompanhadas da *sangria*, bebida tradicional à base de vinho (BINDÉ, 2009a).

4.2.6 Etnia Gaúcha

A denominação “Gaúcho” remete a diversas origens etimológicas e históricas. Segundo uma destas vertentes, o termo gaúcho teria vindo do Uruguai; para outros historiadores, trata-se de uma evolução do termo garrucho, que significa desgarrado; em diversas situações, o termo era utilizado de modo pejorativo, indicando alguém aventureiro, abandonado, andarilho. De todo modo, conforme afirma Barbian (s.d., apud Bindé, 2009b, p. 13):

O gaúcho da atualidade é uma mescla de raças. Todos que moram no Rio Grande do Sul confirmam sua identidade como gaúcho e até gente que vive fora do Estado [...]. A cultura foi espraiada por causa de sua aceitação, chimarrão todos gostam, é aceito por todas as etnias, pois o chimarrão sugere irmandade. [...] A cultura do Rio Grande do Sul foi aceita por imigrantes e o gaúcho deixou de ser o marginal do século passado.

Este estudo não pretende se aprofundar nas particularidades da cultura gaúcha (tais como indumentária, símbolos oficiais e ritmos de música, por exemplo) mas sim delinear as características desta expressão cultural em Ijuí, desde os tempos da colônia. Neste caso, abordam-se os aspectos voltados ao movimento

tradicionalista, através do qual foram realizados inúmeros eventos festivos. O município conta, ainda, com diversos Centros de Tradições Gaúchas (os populares CTGs), por meio dos quais se iniciou a movimentação em prol da participação desta cultura junto aos festejos do centenário da colonização de Ijuí, em 1987 (BINDÉ, 2009b).

Fundou-se, portanto, a Associação Tradicionalista Querência Gaúcha (cujas sede encontra-se retratada na Figura 17), tendo por objetivo reunir as entidades tradicionalistas de Ijuí, legalmente constituídas e associadas, elaborando e organizando um calendário de eventos, além de desenvolver atividades relacionadas ao folclore e tradição gaúcha, “[...] em suas variadas, puras e autênticas manifestações” (BINDÉ, 2009b, p. 97). Seu primeiro estatuto foi aprovado em 1990; porém fora registrado, após alterações, somente em 2001 (BINDÉ, 2009b).

Figura 17: Sede da Associação Tradicionalista Querência Gaúcha



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

Assim como as demais casas típicas, a sede da Associação serve os pratos tradicionais da cultura gaúcha (em especial, o famoso churrasco e carreteiro). Dentre as manifestações culturais, destacam-se as apresentações de invernadas artísticas dos diversos CTGs associados (exemplos nas Figuras 18 e 19).

Figura 18: Apresentação de invernada infantil



Fonte: Expojuí FENADI (Facebook).

Figura 19: Apresentação de invernada juvenil



Fonte: Expojuí FENADI (Facebook).

Outro ponto relevante, relacionado à cultura gaúcha consiste na inauguração de uma pista de rodeio, uma das mais autênticas expressões da lida campeira e gaúcha. A pista foi inaugurada em 2006, junto ao Parque de Exposições Wanderley Agostinho Burmann, mesmo local onde se encontram as casas típicas das etnias mencionadas neste estudo.

4.2.7 Etnia Holandesa

A etnia holandesa, dentre as demais etnias, é a que tem o menor número de integrantes descendentes de famílias que deixaram para trás a revolução industrial

ocorrida na Holanda, em meados do século XIX. Não existem muitos registros acerca da vinda deste povo ao Brasil e tampouco ao Rio Grande do Sul, em virtude da privacidade dos cidadãos holandeses garantida por lei, ainda que fora de seu país (BINDÉ, 2009c).

A chegada dos primeiros holandeses na Colônia de Ijuhy se deu em 1908. Suas ocupações eram as mais diversas: pedreiros, ferreiros, artesãos; deste modo, não possuíam conhecimento para o trabalho em agricultura. Entretanto, dedicaram-se a estas tarefas de maneira ímpar, sendo responsáveis pelo pioneirismo na implantação do sistema cooperativista em Ijuí (BINDÉ, 2009c).

Cultivando as tradições dos antepassados no decorrer de suas histórias, os descendentes de holandeses fundaram, em 16 de dezembro de 1987, a sede da Sociedade Cultural Holandesa de Ijuí (Figura 20), que tem como principais finalidades, conforme estatuto, cultivar e pesquisar a história riograndense e brasileira, com ênfase às origens holando-brasileiras; promover atividades de cultivo às tradições de seus antepassados; estimular a preservação de documentos, monumentos e estilos arquitetônicos típicos e manter intercâmbio cultural com sociedades congêneres (BINDÉ, 2009c).

Figura 20: Casa típica da Sociedade Cultural Holandesa



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

A casa típica da etnia foi inaugurada em 1990, sendo considerada por muitas “como a casa mais típica existente no Parque, tem o estilo *enxaimel*, igual as moradias de campo da Holanda” (BINDÉ, 2009c, p. 62). A etnia promove uma série de atividades relacionadas à preservação e divulgação de seus costumes e

tradições, através da gastronomia típica, com a tradicional *soep van vlees* (sopa de carne), *rijst met krenten* (arroz com uvas), *erwtensoeep* (sopa de ervilhas), *wentelstejes* (rabanadas), entre outras opções.

Destaca-se, dentre as manifestações culturais da etnia, o Grupo de Danças Moinho de Vento (Figura 21), responsável por propagar danças e músicas folclóricas holandesas (BINDÉ, 2009c):

Figura 21: Grupo de Danças Moinho de Vento



Fonte: Expoljuí FENADI (Facebook).

Assim como os demais povos chegados na Colônia de Ijuí, os holandeses foram e permanecem sendo atuantes nos movimentos comunitários, religiosos e sociais, contribuindo para a diversidade cultural do município (BINDÉ, 2009c).

4.2.8 Etnia Italiana

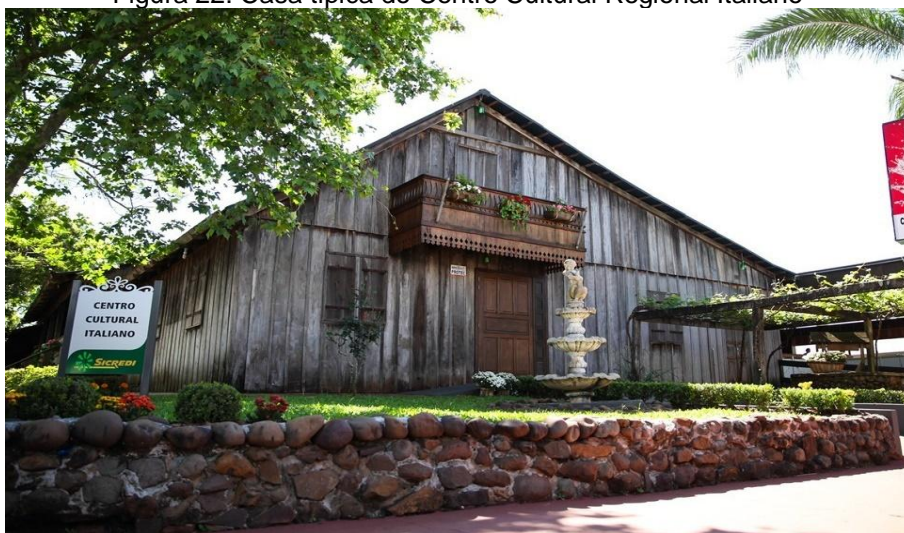
Os imigrantes italianos já haviam tomado posse de algumas terras na localidade, anteriormente à criação oficial da Colônia da Ijuhy. Cerca de cinco anos antes, por volta de 1885, italianos da região norte da Itália chegaram por estas terras, buscando pela oportunidade de transformarem os seus trabalhos em propriedades de terra, uma das principais características deste povo, como coloca Bindé (2006b, p. 12): “Propriedade e trabalho formavam o binômio que fundamentou as bases [...] para compreender todo o processo de desenvolvimento das Colônias Italianas no Rio Grande do Sul”.

O primeiro local de colonização italiana em Ijuí foi a área de Picada Conceição, já existente no território ijuiense. Estes imigrantes “[...] vieram, geralmente, passando antes por alguma das colônias velhas” (FISCHER, 2002, p. 23), ou seja, não eram chegados diretamente da Itália. Em seguida, foram ocupando outros núcleos, buscando estabelecer suas famílias e conservar sua cultura, inclusive sua religião, sendo responsáveis pela construção da primeira capela católica de Ijuí. As primeiras atividades consistiram em limpar mato, construir casas e abrir caminhos. Após, começaram suas plantações de milho e trigo e, em seguida, centeio e cevada. Os imigrantes italianos também plantavam árvores frutíferas de diversos tipos, além de possuírem criação de animais (BINDÉ, 2006b).

Notadamente, este povo desenvolveu atividades produtivas de grande importância para a Colônia de Ijuí, em virtude de muitos já haverem chegado nestas terras com algum recurso econômico, aliado à sua capacidade de adaptação às condições climáticas locais. Sua história perpassa diversas famílias de descendentes, sempre honrando suas tradições e costumes, ao longo das décadas (BINDÉ, 2006b).

Nesta linha, constituiu-se o Centro Cultural Regional Italiano (Figura 22), em 1987, buscando unir núcleos de descendentes não somente de Ijuí, mas também de municípios vizinhos (BINDÉ, 2006b):

Figura 22: Casa típica do Centro Cultural Regional Italiano



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

Desde a primeira edição da FENADI, ainda no ano de 1987, a etnia italiana recebeu um grande número de visitantes curiosos pelas tradições e, principalmente,

gastronomia típica. Surgiu, portanto, a necessidade de ampliação dos espaços do Centro Cultural, sendo inaugurado o pavilhão *El Nostro Cantton*, em 1990. Concomitantemente, estes descendentes seguiam realizando ações de preservação de suas origens e, em 1992, foi inaugurada a Galeria *Dei Nonni*, em homenagem aos fundadores mais antigos (BINDÉ, 2006b).

As manifestações artísticas da etnia italiana sempre despertaram o interesse da comunidade. Destacam-se o primeiro grupo vocal italiano, o Vocal *Cantare* e, em seguida, a criação do Vocal *Bonna Gente*, ambos inativos na atualidade. Em seguida, fundou-se o ainda em atividade Grupo de Canto *Bel Vívère* (em 1999). No campo da dança, esta etnia possui o Grupo de Danças *Santa Luccia*, o Grupo de Danças *Pimpinelli* (Figura 23), o Grupo de Danças *Giovanotti* e o Grupo de Danças *Bambini*, cada um voltado para uma faixa etária distinta (BINDÉ, 2006b).

Figura 23: Grupo de Danças Pimpinelli



Fonte: Expojuí FENADI (Facebook).

Não se pode deixar de ressaltar a culinária típica, dentre os diversos atrativos deste Centro Cultural. Com pratos elaborados para todos os gostos, sua maior característica é o sabor caseiro, de fácil e rápida elaboração, como *zuppa de cappelletti* (sopa de capeleti), *tortei* (pastel de moranga), *fortaia* (ovo mexido com salame), *focacce* (cuca), acompanhados do tradicional vinho. Para além destas atividades, uma das principais preocupações consiste no estudo e difusão do idioma italiano dentre a comunidade local e regional, sendo ministrados cursos para alunos de diversas idades (BINDÉ, 2006b).

4.2.9 Etnia Japonesa

Os registros sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul são limitados a pequena quantidade e, desta forma, pouco se sabe sobre a história e cultura destes imigrantes no estado. Os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil no início do século XX, inicialmente motivados pelas oportunidades de trabalho nas fazendas de café nos Estados de São Paulo e Paraná, principalmente (CRAVO E ALAGIA JÚNIOR, 2010).

No Rio Grande do Sul, estes imigrantes foram chegando após a Segunda Guerra Mundial, na década de 50, para trabalharem nas lavouras de arroz, concentrando-se na região de Uruguaiana. Em seguida, exerceram outras funções, especialmente no comércio, iniciando seus próprios negócios como bazares, mercados e floriculturas (GAUDIOSO, 2019; HANDA, 1987).

Em consonância com as demais etnias, no município de Ijuí, os japoneses e seus descendentes vislumbravam a organização de seu povo para a manutenção e compartilhamento de sua cultura desde a década de 80, período de crescimento das manifestações culturais étnicas nesta localidade. Entretanto, a organização formal da etnia se deu tão somente em 2017 e, no ano seguinte, surgiu a Associação Regional de Cultura Japonesa – *Sakura*, com o objetivo de resgatar e transmitir a história, tradições e valores do povo japonês (EXPOIJUÍ FENADI, s.d.).

A etnia ainda não possui sua casa étnica, sendo demonstrado a seguir (Figura 24) o projeto de sua sede:

Figura 24: Projeto Casa Típica da Associação Regional de Cultura Japonesa – Sakura



Fonte: Associação Regional de Cultura Japonesa Sakura (Facebook).

Da mesma forma que as demais etnias, os japoneses também desfilam suas tradições através de grupos artísticos, a exemplo do Grupo de Danças Aika (Figura 25):

Figura 25: Grupo de Danças Aika



Fonte: Expojuí FENADI (Facebook).

Acerca da gastronomia típica disponibilizada pela etnia, não foram encontradas bibliografias que pudessem embasar este conteúdo.

4.2.10 Etnia Leta

Estas eram as características dos primeiros imigrantes da Letônia que chegaram a terras ijuenses, em 1892, fundadores da primeira colônia leta do Rio Grande do Sul: "Inteligentes, dinâmicos, laboriosos e intimamente alegres, de um lado, e de outro, muito ordeiros, disciplinados e devotos" (BINDÉ, 2006c, p. 7). Fugindo de opressões políticas e religiosas, além de condições socioeconômicas precárias, este povo trouxe consigo sua cultura, costumes, tradição e a religião batista. Outro dado marcante consiste no fato de que a primeira escola a funcionar no interior da Colônia de Ijuhy foi a "Aula Leta", em 1899 (BINDÉ, 2006c, FISCHER, 2002).

A integração do povo leto com os demais imigrantes da colônia se deu de modo mais vagaroso, em virtude de seu idioma ser muito diferente das demais línguas europeias. Por esta razão, buscaram desde o princípio o aprendizado da língua vernácula, introduzindo o ensino do português em sua escola. Sua

organização enquanto etnia participante da primeira FENADI ocorreu a partir de 1987, com a fundação do Centro Cultural Leto de Ijuí e culminando na construção de sua sede (Figura 26), em 1988 (BINDÉ, 2006c).

Figura 26: Casa típica do Centro Cultural Leto de Ijuí



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

Desde a criação deste Centro Cultural, os descendentes de imigrantes letos buscaram reconhecer a história de seus antepassados. Uma das primeiras ações consistiu na homenagem aos pioneiros que repousam no cemitério da Linha 10 Leste, local onde os primeiros imigrantes se assentaram (BINDÉ, 2006c).

Em seguida, buscando conservar suas tradições, a comida típica passou a se fazer cada vez mais presente na imagem da casa étnica, com comidas e bebidas tradicionais, citando-se como exemplo o *pirag* (pastel assado de bacon), *viltigais zakis* (coelho falso), *abolu pire* (purê de maçã), *piparu vodka* (vodka apimentada), *anglu zupa* (sopa de frutas), entre outros. Outro viés da conservação da tradição consiste na criação da Galeria da Saudade, uma homenagem fotográfica aos pioneiros (BINDÉ, 2006c).

No contexto artístico, o canto sempre foi uma expressão de destaque na etnia, fundando o Grupo de Canto *Dzintars*, que atuou por quatro anos. Atualmente, existem dois grupos de dança: *Staburags* (integrantes juvenis, Figura 27) e *Jautrais Paris* (formado por crianças) (BINDÉ, 2006c).

Figura 27: Grupo de danças Staburags



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

Destaca-se, ainda, o intercâmbio cultural que ocorre entre os descendentes letos de Ijuí e moradores da Letônia, possibilitando apresentações artísticas de grupos de canto e de dança oriundos da Europa durante os festivais típicos de Ijuí e, também, a visita dos descendentes ijuíenses à terra natal de seus pais e avôs. Frequentemente, o Centro Cultural Leto de Ijuí recebe visitantes com interesse genuíno em suas tradições e cultura, como jornalistas e escritores (BINDÉ, 2006c).

4.2.11 Etnia Polonesa

A maior parte da população da Colônia de Ijuhy, no início do século XX, era composta por poloneses. Dentre os demais povos que encontraram uma oportunidade de se instalar na localidade, os poloneses tiveram por principal obstáculo sua própria língua, pois seu idioma natal era totalmente diferente das outras línguas já faladas na Colônia. Estes imigrantes não tinham, também, noções acerca das tarefas rurais (eram, em sua maioria, operários) e, por este motivo, formaram inicialmente núcleos habitacionais isolados, principalmente na localidade hoje conhecida como Distrito de Santana (BINDÉ, 2005b).

Aos poucos, contando com um alicerce religioso (pois, dentre os imigrantes havia um padre), os poloneses foram desvendando os mistérios dessa nova terra, vencendo os desafios de uma nova realidade. A partir de então, deixaram seus marcos na história ijuíense, a exemplo do primeiro jornalista de Ijuí (um jovem professor polonês), responsável pela criação do primeiro jornal ijuíense (escrito em

polonês e chamado “*O Kolonista*”); além disso, destaca-se a fundação de uma das principais igrejas (localizada ao lado da praça central). No campo social, os poloneses fundaram o Clube Polonês (Sociedade Cultural *Tadeusz Kosciuszko*), onde eram realizadas comemorações festivas destes descendentes. Também criaram uma sociedade de caráter educacional e recreativo (Sociedade Polaca Santa Anna), existente até os dias atuais (BINDÉ, 2005b; FISCHER, 2002).

O movimento de organização das etnias da década de 80 culminou na fundação, em 1987, da Sociedade Cultural Polonesa *Karol Wojtyla* (Figura 28). A casa típica, inspirada na arquitetura da região de Cracóvia, recebeu a denominação de *Dom Polski*, sendo inaugurada em 1990 (BINDÉ, 2005b).

Figura 28: Casa típica da Sociedade Cultural Polonesa Karol Wojtyla



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

A partir desta organização, diversas foram as atividades culturais e sociais realizadas pela etnia, divulgando a um público cada vez maior as suas tradições. Destacam-se o Coral *Zgoda*, o Grupo Folclórico *Piast* e o Grupo de Danças *Kratus*, responsáveis pela preservação da cultura milenar polonesa, através da música, canto, dança e trajes típicos (BINDÉ, 2005b). Toma-se como exemplo o Grupo Folclórico Infantil *Maly Krakus* (Figura 29):

Figura 29: Grupo Folclórico Infantil Maly Krakus



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

A etnia conta, também, com vasta gastronomia típica, que pode ser experimentada junto à sua sede em datas comemorativas, destacando-se pratos como o *pierogi pieczone* (pastel de requeijão), *knelde* (strogonoff), *shab* (costela de porco), *sernik* (torta de requeijão), além do *wino pomárancza* (vinho de laranja) (BINDÉ, 2005b).

4.2.12 Etnia Portuguesa

Em conformidade com os estudos de Bindé (2007b), no início da colonização ijuiense, a presença de portugueses limitava-se aos funcionários da administração da Colônia de Ijuhy. Após a instalação oficial da Colônia, brasileiros de descendência lusitana (em especial da Região Autônoma dos Açores) foram se fixando, vislumbrando espaço para seus pequenos comércios ou, ainda, ocupando cargos e funções na administração colonial. A manutenção das raízes portuguesas ocorreu principalmente em virtude do fato de Ijuí estar localizada distante de outras cidades com forte presença portuguesa e, neste sentido, tornava-se necessária a preservação da identidade, cultura e tradições de Portugal (BINDÉ, 2007b).

A principal contribuição dos luso-brasileiros se deu em virtude da divulgação da língua vernácula, contribuindo para o progresso local. No tocante à organização enquanto grupo étnico ijuiense, os descendentes portugueses e luso-brasileiros seguiram os mesmos passos das outras etnias. Em 05 de janeiro de 1988 foi fundado o Centro Cultural Português de Ijuí (Figura 30), uma associação civil,

cultural e social, de direito privado e sem fins lucrativos, instalado no Parque de Exposições municipal. Desde o início, a associação contou com o apoio do Centro Português 1º de Dezembro, do município de Pelotas, RS, promovendo inclusive o intercâmbio entre seus componentes (BINDÉ, 2007b).

Figura 30: Casa Típica do Centro Cultural Português



Fonte: União das Etnias de Ijuí (site).

Além do Centro Cultural, os descendentes verificaram a relevância de integrar os jovens às tradições portuguesas, formando o Rancho Folclórico Alma Lusa (Figura 31), em homenagem ao folclore, “[...] uma grande paixão do povo português, a maneira pela qual ele mais gosta de expressar suas tradições” (BINDÉ, 2007b, p. 125). Algum tempo depois, surgiu o Rancho de Cantares Açorianos Ilhas de Bruma, buscando transmitir os cantares tradicionais das ilhas que formam o Arquipélago de Açores. Estas manifestações culturais compreendem, principalmente, dança e música, no intuito de preservar e divulgar o folclore e etnografia portuguesa (BINDÉ, 2007b).

Figura 31: Rancho Folclórico Alma Lusa



Fonte: Expoijuí FENADI (Facebook).

Desde a sua fundação, a etnia portuguesa desenvolve atividades diversas, no intuito de preservar as tradições. Em 1988, integrou-se aos Encontros das Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes do Cone-Sul; em 2002, tornou-se membro efetivo do Comitê de Organização das Comemorações dos 250 Anos do Povoamento Açoriano no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua existência, recebeu visitas de grupos folclóricos portugueses de diversas localidades brasileiras e portuguesas, promovendo um intercâmbio importante para o enriquecimento das tradições mantidas pelo Centro Cultural Português de Ijuí (BINDÉ, 2007b).

Em 2004, inaugurou-se a Biblioteca Padre Antônio Vieira, junto à casa étnica, servindo de apoio à pesquisa da cultura portuguesa. A gastronomia étnica também é um diferencial, apresentando receitas típicas em pratos salgados e doces, como Bacalhau à Gomes de Sá, Arroz de Bacalhau, Peixe a Legumes, Pastéis de Santa Clara, Pastéis de Nata, entre outros. Destaca-se, ainda, que o referido centro cultural fornece informações turísticas a quem deseje viajar para Portugal (BINDÉ, 2007b).

4.2.13 Etnia Sueca

Ao final do século XIX, a Suécia entrou em recessão econômica, provocando o êxodo de muitos de seus habitantes. A maior parte dos imigrantes suecos chegaram na Colônia de Ijuhy no período de 1886 a 1891, oriundos das regiões sul e norte da Suécia (BINDÉ, 2008b).

Na mesma linha dos demais imigrantes, importa destacar que

[...] os suecos também foram duramente castigados pelas condições adversas que encontraram como o clima, as diferenças de cultura e de costumes, sendo desafiados a viver no meio da mata virgem. Talvez, os imigrantes suecos foram os que mais sentiram com as epidemias, como a difteria, sarampo e cachumba [...] (BINDÉ, 2008b, p. 7-8).

Porém, assim como os outros povos que constituíam a Colônia de Ijuhy, foram se adaptando à nova realidade e consolidando seu espaço neste território, sendo responsáveis por lojas de comércio de artigos em geral, por funilarias e metalúrgicas, entre outras atividades importantes para o crescimento local. Atualmente, estes descendentes mantêm vivas as suas tradições étnicas através do Centro Cultural Sueco de Ijuí (Figura 32), fundado em 1991, cuja casa foi inaugurada em 1994.

Figura 32: Casa típica do Centro Cultural Sueco



Fonte: Expoijuí FENADI (Site).

As danças folclóricas suecas são representadas por grupos de dançarinos que, ao longo dos anos, retrataram os vários tipos regionais de danças. Atualmente, este grupo denomina-se *Swenska Danser* (Figura 33) e se utiliza de trajes e músicas típicas para divulgar a tradição de seus antepassados (BINDÉ, 2008b).

Figura 33: Grupo de danças Swenska Danser



Fonte: Expoijuí FENADI (Facebook).

A etnia sueca realiza intercâmbio com a cidade argentina de Oberá, onde também se concentram estes descendentes. Nesta localidade é realizada anualmente a Festa Nacional do Imigrante, sendo visitada com frequência por representantes da etnia de Ijuí. Da mesma forma, representantes de Oberá se deslocam a Ijuí, buscando compartilhar tradições. Dentre as demais ações, destaca-se a culinária tradicional, como o *smörgåsbord* (café colonial), a *ärtsoppa* (sopa de ervilhas), o *ugnsbakad skinka* (pernil de porco), entre outros, adaptados à realidade regional (a carne de alce e de rena, por exemplo, típicas na Suécia, não existem no Brasil) (BINDÉ, 2008b).

4.2.14 Etnias e povos não organizados oficialmente

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) menciona, acerca da história do município de Ijuí, uma formação étnica variada, composta por "[...] africanos, índios, portugueses, franceses, italianos, alemães, poloneses, austríacos, letos, holandeses, suecos, espanhóis, japoneses, russos, árabes, lituanos, ucranianos, entre outros" (IBGE, 2021). Povos nativos, vindos de territórios próximos ao município de Ijuí, também fazem parte de sua colonização, a exemplo dos gaúchos (caracterizados anteriormente), caboclos e índios guaranis (RISTOW, 2016; UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, 2020).

Acerca da etnia guarani, Alencar, Avellar e Almeida (2021) afirmam que esta ocupava, inicialmente, toda a faixa litorânea brasileira, sendo dividido em dois povos:

guaranis (mais ao Sul) e tupinambás (mais ao Norte). Conforme publicação do Estado do Rio Grande do Sul (2010), os guaranis ocupavam territórios que hoje pertencem aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, além de territórios Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Neste contexto, este grupo acabou por ser reconhecido por suas diferenças, transformando-se no guarani missioneiro (BARÃO, 2009).

Atualmente, a maior concentração de índios guaranis, no Rio Grande do Sul, ocorre na região próxima de Porto Alegre. Buscando promover a preservação dos costumes e tradições deste povo, existe uma área de preservação, denominada Inhacapetum (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010). No município de Ijuí, este legado se faz presente no próprio nome, uma vez que Ijuí se origina do termo “Ijuhy” que, em guarani, significa “Rio das Águas Grandes” ou “Rio das Águas Divinas”. Esta nomenclatura foi dada pelos índios guaranis ao maior rio do município, o qual atravessa seu território (CHERINI, 2007; MARQUES, 2002).

Em se tratando dos caboclos, assim eram chamados os camponeses pobres, fruto de relacionamentos entre portugueses, espanhóis e africanos escravos com índios. Os caboclos, (assim como os indígenas) “[...] viviam de uma forma bastante adaptada ao ambiente de mata nativa da região sul, e isso realmente era uma característica marcante que os distinguia dos imigrantes” (RISTOW, 2016, p. 44).

Eles estiveram presentes durante a organização da Colônia Ijuhy, trabalhando ao lado dos imigrantes europeus e da Secretaria de Terras, como mão de obra, mas por motivos preconceituosos, étnicos ou até por interesses territoriais maiores, não tiveram reconhecimento e foram gradativamente esquecidos pela história oficial. Em um tempo onde a mão de obra imigrante europeia, a produção agrícola intensiva, a grande propriedade e a conquista sobre as regiões de mata eram sinônimos de progresso, uma figura que vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência não tinha lugar (RISTOW, 2016, p. 10).

Ainda em conformidade com os estudos de Ristow (2016), com o passar do tempo os imigrantes europeus foram se tornando os principais responsáveis pelo desenvolvimento da Colônia de Ijuhy, em virtude de possuírem o amparo legal e das entidades governamentais. Aos caboclos, restou o papel de coadjuvantes, pois a sociedade da época os considerava inferiores culturalmente.

Desde o início do movimento étnico ijuiense, foram consolidadas 12 etnias. Recentemente (em 2017), oficializou-se a etnia japonesa (conforme abordado anteriormente) e, nos últimos anos, estão sendo realizadas tratativas para a

consolidação da etnia latino-americana, reunindo cultura e costumes de diversos países da América Latina (VIEIRA, 2019). Sobre esta última, não foi possível encontrar material bibliográfico a respeito.

4.3 PERCEPÇÕES ACERCA DO TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS

Nesta seção são apresentados os resultados da aplicação de 600 (seiscentos) questionários (em conformidade com o modelo disposto no Apêndice A deste estudo) em que foi possível evidenciar a percepção da comunidade em geral acerca do turismo, do movimento étnico-cultural. Os questionários foram aplicados a partir das seguintes categorias de análise: Infraestrutura, Economia, Sociedade, Cultura, Meio Ambiente, Superestrutura e Geral.

Inicialmente, identifica-se o perfil dos respondentes, indicando os percentuais obtidos em cada opção de resposta e, na sequência, são apresentados os resultados em conformidade com cada uma das categorias supracitadas.

4.3.1 Perfil dos respondentes

As informações coletadas através dos questionários demonstraram as seguintes características acerca do perfil dos respondentes, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1: Perfil dos respondentes

Dimensão	Categoria	Frequência	%
Grupo social	Participante de etnia	120	20,0
	Empresário	138	23,0
	Comunidade em geral	288	48,0
	Não reside em Ijuí	54	9,0
Idade	Menor de 18 anos	10	1,7
	De 18 a 30 anos	124	54,8
	De 31 a 50 anos	329	20,7
	Mais de 50 anos	137	22,8
Formação escolar	Primeiro grau completo / incompleto	55	9,2
	Segundo grau completo / incompleto	202	33,7
	Graduação ou Especialização completa / incomp.	263	43,8
	Mestrado ou Doutorado completo / incompleto	80	13,3
Renda familiar	Até R\$ 1.500,00	22	3,7
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	218	36,3
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	232	38,7
	Mais de R\$ 6.000,00	128	21,3

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Em conformidade com os resultados apresentados pela Tabela 1, verifica-se que a maior parte dos respondentes corresponde ao grupo “Comunidade em geral” (48,0%), seguida pelo grupo “Empresário” (23,0%), “Participante de etnia” (20,0%) e, ainda, “Não reside em Ijuí” (9,0%). Quanto à idade, predominaram respostas na faixa etária de 18 a 30 anos (54,8%); em seguida, 22,8% dos respondentes pertencem à faixa etária acima de 50 anos; 20,7% dos respondentes pertencem à faixa de 31 a 50 anos e, por fim, 1,7% são menores de 18 anos.

Em relação à formação escolar, 43,8% possuem Graduação ou Especialização completa / incompleta; 33,7% declararam possuir segundo grau completo / incompleto; 13,3% possuem Mestrado ou Doutorado completo / incompleto e os 9,2% restantes possuem Primeiro grau completo / incompleto. Por fim, no que tange à renda familiar, as faixas de renda intermediárias apresentaram maior número de respostas, sendo 38,7% dos respondentes pertencentes à faixa de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 e 36,3% pertencentes à faixa de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00. Em seguida, 21,3% declararam uma renda superior a R\$ 6.000,00 e 3,7% possuem renda inferior a R\$ 1.500,00.

Na sequência da caracterização do perfil dos questionados, apresenta-se a estatística descritiva a partir das variáveis que compuseram o questionário aplicado, classificadas em blocos de questões, a partir das categorias selecionadas (Infraestrutura, Economia, Sociedade, Cultura, Meio Ambiente, Superestrutura e Geral).

4.3.2 Estatística descritiva das variáveis

Foram analisadas as respostas dos questionários acerca das categorias de análise, com o cálculo da média e em percentual, de acordo com as opções determinadas a partir de uma Escala Likert de 5 pontos: 1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo Parcialmente, 3 - Não sei responder, 4 - Concordo Parcialmente e 5 - Concordo Totalmente.

O primeiro bloco de questões aplicadas buscou avaliar a percepção sobre a infraestrutura existente no município de Ijuí, cujos resultados encontram-se na Tabela 2:

Tabela 2: Percepção sobre Infraestrutura

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
1. Ijuí possui hotéis adequados e em número suficiente para atender aos turistas.	0,970	4,27	2,7	4,3	8,0	32,8	52,2
2. Ijuí possui estrutura de saúde adequada para atender turistas e comunidade local.	1,068	3,91	6,0	6,7	5,7	53,3	28,3
3. A segurança pública do município é adequada para atender turistas e comunidade local.	1,008	4,04	2,3	8,2	10,2	41,5	37,8
4. Os transportes (ônibus, táxis, aplicativos como Uber, Garupa, etc.) são adequados para atender turistas e comunidade local.	0,970	4,13	3,7	4,0	7,3	45,7	39,3
5. A estrutura comercial (lojas) de Ijuí é adequada ao desenvolvimento turístico.	1,228	3,35	9,3	24,0	1,0	53,7	12,0
6. Existe preocupação com questões de acessibilidade (rampas, calçadas, ruas etc.).	1,396	3,17	14,2	28,5	1,7	36,6	19,0
7. Ijuí possui espaços adequados para a realização de eventos culturais e turísticos.	1,337	3,82	13,3	5,7	2,7	42,0	36,3
8. De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo.	1,150	3,70	11,7	5,0	0,3	67,3	15,7

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Considerando as respostas obtidas, pode-se asseverar que a maioria dos respondentes concorda parcialmente ou totalmente com as afirmações acerca da infraestrutura do município de Ijuí. Em conformidade com as respostas obtidas, tópicos como hotéis, estrutura de saúde, segurança pública, transportes, estrutura comercial e espaços para eventos encontram-se em um patamar adequado a um possível desenvolvimento turístico local. Importa ressaltar que, dentre as questões propostas, a que obteve a menor prevalência diz respeito à acessibilidade, demonstrando uma provável necessidade de atenção quanto a este quesito.

Quanto às médias, em ordem decrescente, verificou-se uma maior concordância quanto aos seguintes aspectos: hotéis adequados e em número suficiente para atender aos turistas (média 4,27); transportes adequados para atender turistas e comunidade local (média 4,13); segurança pública do município adequada para atender turistas e comunidade local (média 4,04); estrutura de saúde adequada para atender turistas e comunidade local (média 3,91); espaços adequados para a realização de eventos culturais e turísticos (média 3,82); infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo (média 3,70); estrutura comercial adequada ao desenvolvimento turístico (média 3,35) e, por fim, preocupação com questões de acessibilidade (média 3,17).

Neste sentido, a maior média (4,27) indica a concordância com a estrutura hoteleira do município, enquanto a menor média (3,17) revela a percepção sobre a

acessibilidade, revelando a necessidade de atenção quanto a esta e demais variáveis que obtiveram médias inferiores a 4,0 (Concordo Parcialmente).

A categoria Econômica foi objeto de questionamentos, conforme resultados dispostos na Tabela 3:

Tabela 3: Percepção sobre Economia

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
9. O turismo pode possibilitar o aumento das vendas de produtos e serviços em Ijuí.	0,560	4,65	0,0	0,0	4,3	26,0	69,7
10. O turismo pode permitir o aumento dos empregos formais e informais em Ijuí.	0,444	4,73	0,0	0,0	0,0	27,0	73,0
11. O turismo pode possibilitar o crescimento para as empresas locais.	0,421	4,77	0,0	0,0	0,0	23,0	77,0
12. O turismo pode permitir e abertura de novas empresas.	0,633	4,77	0,0	3,7	0,3	10,7	85,3
13. De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí.	0,336	4,87	0,0	0,0	0,0	13,0	87,0

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Referente as variáveis sobre economia, aferem-se resultados que demonstram a concordância parcial ou total da maior parte dos questionados, quanto aos aspectos relacionados à essa categoria. Verifica-se, inclusive, a ausência de discordância (parcial ou total) em relação a alguns questionamentos, revelando uma percepção positiva acerca do desenvolvimento turístico no município de Ijuí. Não existem variações significativas entre as médias, sendo a mais alta (4,87) relacionada à pergunta geral e a mais baixa (4,65) relacionada ao aumento de vendas através do turismo. Estes resultados evidenciam uma percepção geral positiva acerca das variáveis analisadas, revelando que, em se tratando da categoria Econômica, os respondentes vislumbram o turismo como significativamente benéfico à economia local.

O terceiro bloco de indagações teve como objetivo identificar a percepção acerca de aspectos sociais, cujos resultados podem ser verificados na Tabela 4:

Tabela 4: Percepção sobre aspectos sociais

(continua)

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
14. A comunidade ijuicense recebe bem os turistas.	0,888	3,62	3,6	8,7	17,5	62,2	8,0
15. A comunidade possui interesse em promover ações que atraiam os turistas.	1,163	2,93	9,3	37,4	10,3	37,0	6,0
16. O turismo em Ijuí pode auxiliar na promoção da igualdade social.	1,061	3,57	8,3	1,7	31,7	41,0	17,3

Tabela 4: Percepção sobre aspectos sociais

Variáveis	Desvio padrão	Média	(conclusão)				
			1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
17. O turismo possibilita o acesso à cultura.	0,610	4,30	0,0	0,0	8,0	53,3	38,7
18. De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local.	0,504	4,55	0,0	0,0	0,3	44,0	55,7

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Na dimensão aspectos sociais verificam-se respostas variadas, destacando-se um número significativo de pessoas que não souberam responder algumas questões. Em se tratando das médias, identifica-se a amplitude entre as mesmas, sendo a maior média (4,55) referente ao questionamento geral acerca do bloco de questões e a menor média (2,93) referente à percepção sobre o interesse da comunidade em promover ações que atraiam os turistas.

Quanto às questões 14, 15, 17 e 18, prevaleceu a concordância parcial ou total com as afirmações; em relação à questão 16, nota-se que mais de 30% não souberam se posicionar diante da afirmativa acerca da relação entre turismo e igualdade social. Este conjunto de variáveis revela que, apesar da percepção geral afirmativa acerca da positividade do turismo para a comunidade local, destaca-se certa dúvida acerca do interesse da comunidade em promover o turismo, além de não haver total concordância quanto à hospitalidade da comunidade em receber os turistas, indicando pontos a serem esmiuçados.

A Categoria “Cultura” fora alvo de análise no quarto bloco de questões, apresentando os resultados elencados na Tabela 5:

Tabela 5: Percepção sobre Cultura

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
19. As etnias de Ijuí são importantes para a comunidade.	0,748	4,63	1,8	1,7	0,3	24,0	72,2
20. As etnias são um diferencial de Ijuí perante outras cidades.	0,805	4,62	1,8	1,7	4,7	16,2	75,6
21. As etnias são um patrimônio cultural de Ijuí.	1,076	4,52	6,2	1,3	4,3	10,2	78,0
22. Ijuí pode desenvolver seu turismo a partir das etnias.	0,888	4,55	1,8	5,3	0,0	21,5	71,4
23. Frequento os eventos promovidos pelas etnias de Ijuí (feiras, desfiles, danças etc.)	0,916	4,17	4,7	0,3	5,8	51,7	37,5
24. De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí.	1,015	4,50	1,8	9,0	1,0	13,0	75,2

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Ao relacionar o movimento étnico com a cultura, percebe-se uma preponderância expressiva de concordância acerca dos questionamentos propostos. As médias demonstraram-se acima de 4,0, sendo a média mais expressiva (4,63) relacionada à importância das etnias para a comunidade, seguida pela percepção das etnias como um diferencial (média 4,62), potencial de desenvolvimento turístico a partir das etnias (média 4,55), percepção das etnias como um patrimônio cultural (média 4,52) e, ainda, a afirmação sobre frequentar eventos promovidos pelas etnias (média 4,17). A variável geral resultou em uma média de 4,50. Os resultados demonstram o entendimento afirmativo dos questionados acerca da relevância cultural das etnias para o município de Ijuí.

Indagações acerca do Meio Ambiente, compondo o quinto bloco de questões, suscitaram os resultados demonstrados na Tabela 6:

Tabela 6: Percepção sobre Meio Ambiente

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
25. O turismo deve ser planejado para evitar prejuízos ao meio ambiente.	0,816	4,75	3,7	2,0	0,0	6,0	88,3
26. A comunidade local preserva o meio ambiente, através da reciclagem, uso adequado da água e energia elétrica etc.	1,085	2,64	7,3	55,4	9,3	22,0	6,0
27. Os turistas devem preservar os espaços por onde passam.	0,243	4,93	0,0	0,0	0,0	6,3	93,7
28. O turismo deve incentivar o consumo de produtos e serviços de maneira sustentável.	0,313	4,89	0,0	0,0	0,0	11,0	89,0
29. De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente.	0,281	4,91	0,0	0,0	0,0	8,7	91,3

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As médias demonstram disparidade apenas no tocante à questão relacionada à percepção sobre o comportamento da comunidade local quanto ao meio ambiente, com média 2,64; enquanto as demais questões apresentam médias acima de 4,50. O maior número de respondentes concorda parcial ou totalmente com as afirmações, com exceção da questão supracitada, gerando um predomínio de discordância acerca da preservação do meio ambiente pela comunidade local através da reciclagem, uso adequado da água e energia elétrica etc. Pondera-se, portanto, uma demanda relacionada à mudança de hábitos e costumes cotidianos da comunidade ijuiense acerca da preservação e conservação ambiental.

Importa destacar a preponderância da percepção acerca da necessidade de os turistas preservarem os espaços turísticos (questão 27) e do respeito ao meio

ambiente (questão 29), variáveis que apresentaram as maiores médias (4,93 e 4,91, respectivamente). Notadamente, esta concordância corrobora com os objetivos do presente estudo.

O papel da Administração Pública municipal também fora avaliado, na Categoria “Superestrutura”, cujos resultados encontram-se descritos a seguir, na Tabela 7:

Tabela 7: Percepção sobre Superestrutura

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
30. Existe preocupação da Administração Pública municipal no desenvolvimento do turismo em Ijuí.	1,169	2,99	11,3	27,0	20,8	33,0	7,9
31. Existe interesse da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades da comunidade quanto ao turismo.	1,056	3,25	7,7	25,8	24,2	38,0	4,3
32. Existe preocupação da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades dos empresários quanto ao turismo.	1,104	3,12	10,3	20,5	19,8	45,4	4,0
33. Existem setores e servidores públicos suficientes para o desenvolvimento do turismo em Ijuí.	1,089	2,95	9,5	21,5	44,3	13,2	11,5
34. De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo.	1,227	2,87	16,2	27,0	17,3	32,5	7,0

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Este bloco de questões revelou percepções diversas acerca da atuação da Administração Pública municipal. As somas relacionadas à discordância (parcial ou total) e à concordância (parcial ou total) das afirmações realizadas revelam-se semelhantes e, ainda, destaca-se a frequência considerável relativa à opção “Não sei responder”. As médias das variáveis desta categoria foram menores, quando comparadas com os demais blocos de questões, oscilando entre 2,87 e 3,25. Diante destes resultados, compreende-se uma demanda a respeito do papel efetivo da Administração Pública e, por consequência, da consciência e percepção desta atuação por parte da comunidade ijuicense. Deste modo, demonstra-se necessária uma postura mais atuante de municipalidade em relação às ações em turismo.

Por fim, o sétimo e último bloco de questionamentos buscou evidenciar aspectos gerais, no intuito de conduzir a uma finalização das afirmativas propostas até o momento. Os resultados encontram-se dispostos na Tabela 8:

Tabela 8: Percepção sobre aspectos gerais

Variáveis	Desvio padrão	Média	1 Discordo Totalmente	2	3	4	5 Concordo Totalmente
35. O movimento étnico de Ijuí pode ser melhor explorado.	0,614	4,79	1,0	1,3	0,7	11,3	85,7
36. Existem outras etnias que devem ser organizadas.	1,135	3,86	2,7	6,3	37,3	9,7	44,0
37. Devem ser promovidos mais eventos das etnias ao longo do ano.	0,835	4,68	2,0	4,0	0,0	11,7	82,3
38. As etnias devem promover atividades constantes.	0,924	4,62	4,7	1,0	0,0	15,6	78,7
39. Pessoalmente, gostaria que as etnias se transformassem em uma atração turística em Ijuí.	0,780	4,62	1,7	2,7	0,6	21,7	73,3
40. De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias.	0,787	4,39	1,0	3,0	4,0	39,3	52,7

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As médias apresentadas são, em sua maioria, acima de 4,0, sendo a maior média referente à possibilidade de maior exploração do movimento étnico (4,79) e a menor referente a outras etnias que podem ser organizadas (3,86). Diante destas informações, é possível afirmar que a maioria dos questionados concorda parcial ou totalmente com os enunciados, demonstrando uma percepção genérica positiva acerca do movimento étnico ijuiense e sua relevância para o município de Ijuí.

Diante dos dados coletados, é possível afirmar que a percepção geral dos questionados é positiva, revelando um cenário favorável ao desenvolvimento do turismo étnico no município de Ijuí. Importa destacar, entretanto, alguns pontos nevrálgicos percebidos pelos respondentes, a exemplo da percepção sobre a hospitalidade dos ijuienses (Questão 14), o interesse da comunidade em atrair turistas (Questão 15), a preservação do meio ambiente por parte da comunidade local (Questão 26), além da percepção geral sobre o papel da Administração Pública municipal. Acerca desta, todas as variáveis (Questões 30 a 34) revelaram médias inferiores às demais questões aplicadas, demonstrando que a esfera governamental local deve ser mais atuante, no tocante ao turismo.

4.3.3 Análise fatorial dos dados

Após a análise descritiva das informações coletadas a partir da aplicação dos questionários na amostra selecionada, procedeu-se à análise fatorial dos dados, sendo excluídas as variáveis que buscavam identificar os resultados gerais de cada bloco de questões. O objetivo desta análise consistiu em verificar associações entre as variáveis, possibilitando o seu agrupamento em fatores comuns.

Realizou-se o Teste de esfericidade de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o Teste de esfericidade de Bartlett, buscando identificar a adequação e especificidade da amostra. Os resultados foram satisfatórios (KMO = 0,769 e Bartlett = sig 0,000), indicando a fatorabilidade dos dados, ou seja, a significância geral de todas as correlações na matriz de correlação estudada (HAIR et al., 2009). O método de rotação utilizado para a geração da matriz das variáveis nos fatores consistiu no Varimax, considerado o método de rotação mais popular e com resultados mais simplificados para a obtenção da estrutura fatorial (HAIR et al., 2009). Conforme Field (2009, p. 568), o Varimax busca “maximizar a dispersão das cargas dentro dos fatores. Portanto, ele tenta agregar um menor número de variáveis sobre cada fator resultando em mais aglomerados de fatores interpretáveis”.

Em seguida, realizou-se a análise das comunalidades, excluindo-se todas as variáveis com comunalidades menores que 0,50, por não possuírem explicação suficiente sobre a variância (HAIR et al., 2009). Fora excluída uma variável, “A comunidade ijuiense recebe bem os turistas” (0,389). Para a extração dos fatores, foram verificados os autovalores dos mesmos, buscando indicar “a contribuição relativa de cada dimensão na explicação da variância nas categorias” (HAIR et al., 2009, p. 512-3). Utilizou-se como valor de referência autovalores maiores que 1,0; resultando em oito fatores: Primeiro fator (25,06%); Segundo fator (14,59%), Terceiro fator (12,07%); Quarto fator (8,84%); Quinto fator (7,65%), Sexto fator (5,15%), Sétimo fator (4,03%) e Oitavo fator (3,30%). Juntos, os oito fatores explicam 80,69% da variância.

Para a classificação das variáveis, utilizou-se o critério de cargas fatoriais acima de 0,30, considerado um valor de referência que atende o nível mínimo para interpretação de estrutura (FIELD, 2009; HAIR et al., 2009). Algumas variáveis apresentaram cargas superiores a 0,30 em mais de um fator, cuja determinação da classificação em um fator em detrimento de outro se deu em virtude da maior carga fatorial. O oitavo fator restou formado por apenas uma variável, não sendo possível verificar a confiabilidade do mesmo. Desta forma, após esta rodada de análise, restaram sete fatores.

A confiabilidade dos dados foi verificada mediante aplicação do Alpha de Cronbach. Os valores mínimos aceitos, conforme Hair et al. (2009) foram de 0,60, em virtude de se tratar de uma análise exploratória. O sexto fator iniciou composto por quatro variáveis; porém, para que o Alpha de Cronbach fosse adequado aos

pressupostos de confiabilidade (resultado inicial em 0,420), três delas foram excluídas, logo, com apenas uma variável, descartou-se este fator. Após a exclusão deste, restaram, ao final, seis fatores no total, todos com Alpha de Cronbach indicando a consistência interna do fator.

O resultado dos fatores, as variáveis componentes de cada um, suas cargas fatoriais e o Alpha de Cronbach encontram-se dispostos na Tabela 9:

Tabela 9: Agrupamento de variáveis em fatores

Fator	Variáveis	Carga fatorial	Alpha de Cronbach
1	As etnias de Ijuí são importantes para a comunidade	0,878	0,903
	As etnias são um diferencial de Ijuí perante outras cidades	0,864	
	As etnias são um patrimônio cultural de Ijuí	0,724	
	Ijuí pode desenvolver seu turismo a partir das etnias	0,722	
	O movimento étnico de Ijuí pode ser melhor explorado	0,718	
	Frequente os eventos promovidos pelas etnias de Ijuí	0,682	
	Pessoalmente, gostaria que as etnias se transformassem em uma atração turística em Ijuí	0,600	
2	O turismo deve ser planejado para evitar prejuízos ao meio ambiente	0,903	0,846
	As etnias devem promover atividades constantes	0,832	
	Devem ser promovidos mais eventos das etnias ao longo do ano	0,735	
	O turismo em Ijuí pode auxiliar na promoção da igualdade social	0,581	
	Existem outras etnias que devem ser organizadas	0,452	
3	O turismo pode permitir a abertura de novas empresa	0,854	0,789
	Os turistas devem preservar os espaços por onde passam	0,847	
	O turismo deve incentivar o consumo de produtos e serviços de maneira sustentável	0,691	
	Existem setores e servidores públicos suficientes para o desenvolvimento do turismo em Ijuí	0,565	
	O turismo possibilita o acesso à cultura	0,544	
4	A estrutura comercial (lojas) de Ijuí é adequada ao desenvolvimento turístico	0,852	0,800
	Existe preocupação com questões de acessibilidade	0,789	
	A comunidade possui interesse em promover ações que atraiam os turistas	0,659	
	A segurança pública do município é adequada para atender turistas e comunidade local	0,572	
5	Existe interesse da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades da comunidade quanto ao turismo	0,912	0,907
	Existe preocupação da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades dos empresários quanto ao turismo	0,897	
	Existe preocupação da Administração Pública municipal no desenvolvimento do turismo em Ijuí	0,814	
6	O turismo pode permitir o aumento dos empregos formais e informais em Ijuí	0,876	0,871
	O turismo pode possibilitar o crescimento para as empresas locais	0,865	
	O turismo pode possibilitar o aumento das vendas de produtos e serviços em Ijuí	0,556	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Os fatores foram denominados considerando as características comuns entre as variáveis que os compõe. Denominou-se o Fator 1 “Movimento étnico”, composto pelas seguintes variáveis: As etnias de Ijuí são importantes para a comunidade (Questão 19), As etnias são um diferencial de Ijuí perante outras cidades (Questão 20), As etnias são um patrimônio cultural de Ijuí (Questão 21), Ijuí pode desenvolver seu turismo a partir das etnias (Questão 22), O movimento étnico de Ijuí pode ser melhor explorado (Questão 35), Freqüente os eventos promovidos pelas etnias de Ijuí (Questão 23), Pessoalmente, gostaria que as etnias se transformassem em uma atração turística em Ijuí (Questão 39).

Designou-se o Fator 2 como “Turismo étnico”, composto pelas variáveis a seguir: O turismo deve ser planejado para evitar prejuízos ao meio ambiente (Questão 25), As etnias devem promover atividades constantes (Questão 38), Devem ser promovidos mais eventos das etnias ao longo do ano (Questão 37), O turismo em Ijuí pode auxiliar na promoção da igualdade social (Questão 16) e Existem outras etnias que devem ser organizadas (Questão 36).

O termo “Sustentabilidade” foi utilizado para nominar o Fator 3. As variáveis que compõe este fator são: O turismo pode permitir a abertura de novas empresas (Questão 12), Os turistas devem preservar os espaços por onde passam (Questão 27), O turismo deve incentivar o consumo de produtos e serviços de maneira sustentável (Questão 28), Existem setores e servidores públicos suficientes para o desenvolvimento do turismo em Ijuí (Questão 33), O turismo possibilita o acesso à cultura (Questão 17).

Ao Fator 4, composto por quatro variáveis, designou-se “Infraestrutura”: A estrutura comercial (lojas) de Ijuí é adequada ao desenvolvimento turístico (Questão 5), Existe preocupação com questões de acessibilidade (Questão 6), A comunidade possui interesse em promover ações que atraiam os turistas (Questão 15), A segurança pública do município é adequada para atender turistas e comunidade local (Questão 3).

O Fator 5 foi denominado “Administração Pública”, sendo composto pelas variáveis a seguir: Existe interesse da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades da comunidade quanto ao turismo (Questão 31), Existe preocupação da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades dos empresários quanto ao turismo (Questão 32), Existe preocupação da Administração Pública municipal no desenvolvimento do turismo em Ijuí (Questão 30).

Por fim, ao Fator 6 deu-se o título de “Economia”. Este último fator é composto por três variáveis: O turismo pode permitir o aumento dos empregos formais e informais em Ijuí (Questão 10), O turismo pode possibilitar o crescimento para as empresas locais (Questão 11), O turismo pode possibilitar o aumento das vendas de produtos e serviços em Ijuí (Questão 9).

A análise fatorial busca compilar informações contidas nas variáveis iniciais, reagrupando-as em um conjunto menor composto por novas dimensões ou variáveis estatísticas (com o mínimo de informação perdida) (HAIR, 2009). Deste modo, a análise realizada neste estudo permitiu a condensação das informações em constructos fundamentais para a investigação destas.

4.3.4 Análise de diferenças de médias entre as variáveis

Por fim, foram realizados testes, com o intuito identificar possíveis relações entre as variáveis selecionadas. O primeiro teste teve por objetivo constatar a existência de relação entre a categoria social dos respondentes e as perguntas gerais de cada categoria. Os resultados deste teste encontram-se dispostos na Tabela 10, a seguir.

Tabela 10: Percepções gerais de acordo com a categoria social

(continua)

Variáveis	Categoria	Média	Sig
8. De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo.	Participante de etnia	4,00	,000
	Empresário	4,05	
	Comunidade em geral	3,23	
	Não resido em Ijuí	4,62	
13. De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí.	Participante de etnia	4,86	,000
	Empresário	5,00	
	Comunidade em geral	4,82	
	Não resido em Ijuí	4,77	
18. De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local.	Participante de etnia	4,00	,000
	Empresário	4,55	
	Comunidade em geral	4,72	
	Não resido em Ijuí	4,88	
24. De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí.	Participante de etnia	5,00	,000
	Empresário	4,65	
	Comunidade em geral	4,26	
	Não resido em Ijuí	4,37	
29. De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente.	Participante de etnia	5,00	,000
	Empresário	5,00	
	Comunidade em geral	4,82	
	Não resido em Ijuí	4,96	
34. De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo.	Participante de etnia	4,00	,000
	Empresário	2,65	
	Comunidade em geral	2,31	
	Não resido em Ijuí	3,88	

Tabela 10: Percepções gerais de acordo com a categoria social

Variáveis	Categoria	(conclusão)	
		Média	Sig
40. De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias.	Participante de etnia	5,00	,000
	Empresário	3,81	
	Comunidade em geral	4,32	
	Não resido em Ijuí	4,92	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Após a realização do teste paramétrico ANOVA, os resultados indicaram um *sig* menor que 0,05, revelando existirem diferenças de percepção entre os participantes da pesquisa em virtude da categoria social em que se enquadram, referente a todas as questões analisadas. Quanto à Questão 8 (De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo), verifica-se que, em média, pessoas não residentes em Ijuí (4,62) estão mais satisfeitas com a infraestrutura do município de Ijuí, em relação aos demais grupos: empresários (4,05), participantes de etnia (4,00) e comunidade em geral (3,23).

Quanto à Questão 13 (De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí), examinou-se que, em média, os empresários possuem uma percepção mais positiva (5,00) em comparação às outras categorias, sendo a média 4,84 atribuída aos participantes das etnias, 4,82 à comunidade em geral e 4,77 aos não residentes em Ijuí. Acerca da Questão 18 (De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local), em média, os não residentes em Ijuí (4,88) possuem melhores percepções quanto a este tema, seguidos da comunidade em geral (4,72), empresários (4,55) e participantes de etnias (4,00).

Os resultados da Questão 24 (De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí) evidenciaram que, em média, os participantes das etnias (5,00) consideram o movimento étnico positivo para o município, seguidos pelos empresários (4,65), os não residentes em Ijuí (4,37) e a comunidade em geral (4,26). Sobre o meio ambiente, a Questão 29 (De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente) demonstrou que os participantes de etnia e empresários, em média (5,00 em ambos os grupos), foram os que mais se destacaram em relação à percepção da necessidade de respeito ao meio ambiente; em seguida os não residentes em Ijuí (4,96) e a comunidade em geral (4,82).

A Questão 34 buscou elucidar a percepção sobre a Administração Pública (De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo). Diante das respostas, verificou-se que, em média, os

participantes de etnias possuem uma percepção mais positiva acerca da atuação do poder público municipal (4,00), quando comparados aos demais grupos: não residentes em Ijuí (3,88), empresários (2,65) e comunidade em geral (2,31). Por fim, a Questão 40 (De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias) elucidou que, em média, os participantes das etnias percebem o potencial de desenvolvimento turístico das etnias em Ijuí (5,00), seguidos pelos não residentes em Ijuí (4,92), a comunidade em geral (4,32) e os empresários (3,81).

A segunda análise realizada a partir do teste paramétrico ANOVA buscou identificar possíveis relações entre a idade dos respondentes e as perguntas gerais de cada categoria, conforme resultados indicados na Tabela 11:

Tabela 11: Percepções gerais de acordo com a idade

Variáveis	Categoria	Média	Sig
8. De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo.	Menor de 18 anos	4,20	,001
	De 18 a 30 anos	3,77	
	De 31 a 50 anos	3,60	
	Mais de 50 anos	3,83	
13. De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí.	Menor de 18 anos	5,00	,000
	De 18 a 30 anos	4,85	
	De 31 a 50 anos	4,83	
	Mais de 50 anos	4,81	
18. De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local.	Menor de 18 anos	4,20	,000
	De 18 a 30 anos	4,54	
	De 31 a 50 anos	4,51	
	Mais de 50 anos	4,67	
24. De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí.	Menor de 18 anos	5,00	,000
	De 18 a 30 anos	4,39	
	De 31 a 50 anos	4,54	
	Mais de 50 anos	4,47	
29. De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente.	Menor de 18 anos	5,00	,000
	De 18 a 30 anos	4,96	
	De 31 a 50 anos	4,87	
	Mais de 50 anos	4,94	
34. De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo.	Menor de 18 anos	4,20	,000
	De 18 a 30 anos	2,83	
	De 31 a 50 anos	2,61	
	Mais de 50 anos	3,41	
40. De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias.	Menor de 18 anos	5,00	,000
	De 18 a 30 anos	4,48	
	De 31 a 50 anos	4,25	
	Mais de 50 anos	4,60	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As análises evidenciaram sig menor que 0,05. Deste modo, novamente, existem diferenças de percepção entre os grupos analisados, com relação à idade. A Questão 8 revelou que, em média, os participantes da pesquisa com idade inferior a 18 anos (4,20) concordam mais com a afirmativa que os demais participantes, nesta ordem: mais de 50 anos (3,83), de 18 a 30 anos (3,77) e de 31 a 50 anos (3,60).

Quanto à Questão 13, os resultados dos questionários evidenciaram uma concordância total dos menores de 18 anos, em média (5,00), seguidos pelos participantes com idade de 18 a 30 anos (4,85), de 31 a 50 anos (4,83) e com mais de 50 anos (4,81). Em se tratando da Questão 18, verificou-se que, em média, as pessoas com mais de 50 anos (4,67) demonstraram maior concordância, em comparação aos demais grupos, com médias de 4,54 (de 18 a 30 anos), 4,51 (de 31 a 50 anos) e 4,20 (menor de 18 anos).

Os resultados da Questão 24 elucidaram que o grupo de respondentes menor de 18 anos, em média (5,00) concorda totalmente com a afirmativa; o grupo de 31 a 50 anos trouxe uma média de 4,54, seguido pelo grupo de mais de 50 anos (4,47) e de 18 a 30 anos (4,39). Em seguida, a Questão 29 evidenciou que, em média, os menores de 18 anos (5,00) concordam mais que o grupo de 18 a 30 anos (4,96), os maiores de 50 anos (4,94) e os de 31 a 50 anos (4,87).

Acerca das ações da Administração Pública municipal, a Questão 34 trouxe os seguintes resultados: em média, os menores de 18 anos (4,20) possuem percepção mais positiva, quando comparados ao grupo dos com mais de 50 anos (3,41), de 18 a 30 anos (2,83) e de 31 a 50 anos (2,61). Por fim, a Questão 40 identificou que, em média, os menores de 18 anos (5,00) concordam mais com a afirmativa, em comparação aos demais grupos: mais de 50 anos (4,60), de 18 a 30 anos (4,48) e de 31 a 50 anos (4,25). Em seguida, realizou-se análise de possíveis relações entre a formação escolar dos questionados e as perguntas gerais de cada categoria, cujas informações encontram-se dispostas na Tabela 12:

Tabela 12: Percepções gerais de acordo com a formação escolar

Variáveis	Categoria	Média	Sig
8. De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo.	Primeiro grau completo/incompleto	3,61	,000
	Segundo grau completo/incompleto	3,65	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	3,69	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	3,90	
13. De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí.	Primeiro grau completo/incompleto	4,74	,000
	Segundo grau completo/incompleto	4,78	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	4,93	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	4,95	
18. De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local.	Primeiro grau completo/incompleto	4,30	,000
	Segundo grau completo/incompleto	4,39	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	4,73	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	4,52	
24. De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí.	Primeiro grau completo/incompleto	4,30	,000
	Segundo grau completo/incompleto	4,49	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	4,46	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	4,82	

(continua)

Tabela 12: Percepções gerais de acordo com a formação escolar

Variáveis	Categoria	(conclusão)	
		Média	Sig
29. De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente.	Primeiro grau completo/incompleto	4,96	,000
	Segundo grau completo/incompleto	4,78	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	4,97	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	5,00	
34. De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo.	Primeiro grau completo/incompleto	3,58	,011
	Segundo grau completo/incompleto	2,77	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	2,73	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	3,07	
40. De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias.	Primeiro grau completo/incompleto	4,72	,000
	Segundo grau completo/incompleto	4,41	
	Graduação/Especialização completo/incompleto	4,30	
	Mestrado/Doutorado completo/incompleto	4,45	

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Com exceção da Questão 34, todos os demais questionamentos apresentaram *sig* menor que 0,05, sugerindo diferenças entre as médias dos grupos questionados. A questão 34, ao apresentar *sig* de 0,11, sugere não haverem diferenças significativas entre as percepções dos questionados acerca do papel do Poder Público municipal, em relação à formação escolar de cada um. Em relação à Questão 8, em média, indivíduos com Mestrado ou Doutorado completo/incompleto (3,90) concordam mais com a afirmativa, quando comparados aos que possuem Graduação ou Especialização completa/incompleta (3,69), Segundo grau completo/incompleto (3,65) e Primeiro grau completo/incompleto (3,61). Quando à Questão 13, verificou-se que, em média, o grupo de respondentes com Mestrado ou Doutorado completo/incompleto (4,95) possui uma percepção mais positiva, em relação aos que possuem Graduação ou Especialização completa/incompleta (4,93), os que possuem segundo grau completo/incompleto (4,78) e os que possuem Primeiro grau completo/incompleto (4,74).

A Questão 18, por sua vez, indicou que, em média, as pessoas que possuem Graduação ou Especialização completa/incompleta (4,73) percebem o turismo como positivo, seguidas pelo grupo dos que possuem Mestrado ou Doutorado completo/incompleto (4,52), segundo grau completo/incompleto (4,39) e primeiro grau completo/incompleto (4,30). Em seguida, a percepção sobre a positividade do movimento étnico foi questionada (Questão 24), verificando-se que, em média, questionados com Mestrado ou Doutorado completo/incompleto (4,82) concordam mais com essa afirmativa, quando comparados ao grupo que possui segundo grau completo/incompleto (4,49), Graduação ou Especialização completa/incompleta (4,46) e Primeiro grau completo/incompleto (4,30).

Em seguida, a Questão 29 trouxe as seguintes médias: indivíduos com Mestrado ou Doutorado completo/incompleto (5,00), Graduação ou Especialização completa/incompleta (4,97), Primeiro grau completo/incompleto (4,72) e Segundo grau completo/incompleto (4,41). Por fim, as respostas da Questão 40 permitiram a identificação de que, em média, o grupo com Primeiro grau completo/incompleto (4,72) concorda mais com a afirmativa, seguidos pelo grupo com Primeiro grau completo/incompleto (4,72), Segundo grau completo/incompleto (4,41) e Graduação ou Especialização completa/incompleta (4,30).

A última análise de relação entre as variáveis produziu os resultados informados na Tabela 13, disposta a seguir.

Tabela 13: Percepções gerais de acordo com a renda

Variáveis	Categoria	Média	Sig
8. De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo.	Até R\$ 1.500,00	4,54	,011
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	3,55	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	3,69	
	Mais de R\$ 6.000,00	3,82	
13. De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí.	Até R\$ 1.500,00	4,90	,000
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	4,77	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	4,93	
	Mais de R\$ 6.000,00	4,89	
18. De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local.	Até R\$ 1.500,00	4,18	,000
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	4,41	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	4,65	
	Mais de R\$ 6.000,00	4,88	
24. De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí.	Até R\$ 1.500,00	5,00	,000
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	4,32	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	4,77	
	Mais de R\$ 6.000,00	4,25	
29. De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente.	Até R\$ 1.500,00	4,54	,000
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	4,86	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	4,94	
	Mais de R\$ 6.000,00	5,00	
34. De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo.	Até R\$ 1.500,00	2,63	,000
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	2,82	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	2,90	
	Mais de R\$ 6.000,00	2,92	
40. De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias.	Até R\$ 1.500,00	4,54	,000
	De R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00	4,28	
	De R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00	4,44	
	Mais de R\$ 6.000,00	4,46	

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Este grupo de variáveis apresentou *sig* menor que 0,05 em todas as questões (sugerindo diferenças entre as médias dos grupos questionados), com exceção da Questão 8 que, ao apresentar *sig* de 0,11, indicou não haverem diferenças significativas entre as categorias de respondentes. Quanto à Questão 8, em média, os questionados que possuem renda até R\$ 1.500,00 (4,54) concordam mais com a

afirmativa de que Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo, seguidos pelas pessoas que possuem renda acima de R\$ 6.000,00 (3,82), de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (3,69) e de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (3,55).

Em seguida, a Questão 13 revelou que os participantes com renda até R\$ 1.500,00, em média (4,90), concordam mais com os benefícios possíveis a partir do turismo, em comparação aos que possuem renda de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (4,93), mais de R\$ 6.000,00 (4,89) e de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (4,77). A positividade do desenvolvimento turístico foi o tema da Questão 18, indicando que, em média, questionados cuja renda é superior a R\$ 6.000,00 (4,88) demonstram maior concordância, seguidos pelo grupo de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (4,65), de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (4,41) e até R\$ 1.500,00 (4,18).

O reconhecimento do movimento étnico como positivo para o município de Ijuí (Questão 24) trouxe as seguintes médias: indivíduos com renda até R\$ 1.500,00 (5,00), de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (4,77), de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (4,32) e mais de R\$ 6.000,00 (4,25). A Questão 29 evidenciou que, em média, os questionados com renda acima de R\$ 6.000,00 (5,00) concordam totalmente com a afirmativa, seguidos pelo grupo com renda de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (4,94), de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (4,86) e renda até R\$ 1.500,00 (4,54).

Acerca da atuação do Poder Público municipal, os resultados da Questão 34 indicaram um nível maior de insatisfação do que satisfação (considerando as médias inferiores a 3,00); em média, indivíduos com renda acima de R\$ 6.000,00 (2,92) sentem-se menos insatisfeitos com as ações públicas, quando comparados aos que recebem de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (2,92), de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (2,82) e até R\$ 1.500,00 (2,63). Por fim, a Questão 40 buscou verificar a concordância acerca do potencial ijuicense no desenvolvimento do turismo das etnias. Em média, os questionados que declararam renda até R\$ 1.500,00 concordam mais com esta afirmativa (4,54), seguidos pelo grupo dos que recebem acima de R\$ 6.000,00 (4,46), de R\$ 3.501,00 a R\$ 6.000,00 (4,44) e de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.500,00 (4,28).

4.3.5 Sugestões sobre a FENADI / Expofest Ijuí

Além das categorias pré-determinadas para a condução dos questionamentos, foram aplicadas duas questões descritivas, buscando apresentar recomendações a respeito da temática abordada. Em um primeiro momento,

solicitaram-se sugestões de atividades a serem realizadas durante a FENADI / Expofest Ijuí. Dos 600 questionários aplicados, 250 pessoas não realizaram nenhuma sugestão para o evento.

Dentre as respostas recebidas, destacam-se as sugestões a seguir:

- Realizar atividades com ênfase no resgate histórico, contando histórias e memórias pessoais dos integrantes das etnias;
- Promover ações que envolvam os visitantes, como oficinas, jogos, brincadeiras (citam-se como sugestões oficinas de gastronomia típica, de idiomas, música etc., além da degustação de pratos típicos);
- Utilizar nomes típicos para denominar outros produtos comercializados durante o evento, fora das Casas Étnicas;
- Promover o intercâmbio entre os integrantes das etnias (membro da etnia leta, por exemplo, passa o dia na etnia alemã);
- Divulgar mais o evento no município de Ijuí e na região;
- Possibilitar desconto ou gratuidade na entrada para membros da comunidade que estiverem caracterizados com trajes típicos;
- Proporcionar um valor mais acessível ao evento.

Considerando que a maioria dos questionados preencheu o campo de sugestões, compreende-se uma percepção geral positiva acerca do movimento étnico, cujas recomendações possibilitariam um enriquecimento do evento FENADI / Expofest Ijuí, contribuindo, por consequência, para o desenvolvimento do turismo étnico local.

4.3.6 Sugestões relacionadas ao turismo das etnias em Ijuí

Em seguida, as sugestões demandadas referiram-se a atividades ou ações a serem realizadas no decorrer do ano, que possam promover o turismo étnico no município de Ijuí. Novamente, houveram abstenções, correspondendo a 34,6 % dos entrevistados (208 pessoas). Dentre as ações sugeridas, destacam-se:

- Realização de atividades no Parque de Exposições Wanderley Burmann durante o ano todo, sugerindo-se períodos específicos para cada etnia;

- Criação de um centro de comercialização de produtos gastronômicos, que funcione pelo menos uma vez por semana;
- Promoção de almoços e jantares típicos em parceria com os restaurantes locais;
- Venda de produtos típicos em parceria com o comércio local;
- Disponibilização de cursos de idiomas e voltados à culinária étnica para membros da comunidade em geral;
- Food trucks de lanches típicos espalhados pelo município.

Diante destas sugestões, é possível depreender o vasto campo de possibilidades a serem desenvolvidas no contexto do movimento étnico, envolvendo tanto colaboradores das etnias quanto parceiros e, principalmente, Administração Pública municipal, mediante o fomento deste movimento. Tanto as observações realizadas sobre atividades a serem desenvolvidas durante o evento mencionado no item anterior, quanto as recomendações para o restante do ano, demonstram interesse da comunidade em geral neste movimento étnico-cultural e, neste sentido, reitera-se o papel da Administração Pública municipal, promovendo um olhar mais atento ao desenvolvimento do turismo local sob o embasamento étnico.

Considerando as informações coletadas, o capítulo a seguir demonstra a proposta de ações para o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no Município de Ijuí, RS.

5 ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ, RS

Beni (2004) aponta que o planejamento turístico pressupõe pesquisa prévia e, deste modo, permite um aproveitamento maior dos potenciais e evitando-se a perda de possíveis diferenciais da localidade analisada, considerando as informações coletadas para a produção de um plano de desenvolvimento. Em se tratando de turismo cultural, destaca-se a relevância da parceria entre os setores, promovendo o planejamento e gestão conjunta do patrimônio cultural, pois, caso isto não ocorra, há o risco de promover apenas “[...] a espetacularização da cultura para um mercado descomprometido com relação à sustentabilidade do patrimônio” (RAMOS, 2019, p. 6).

Nesta seara, os valores da sustentabilidade ressaltam no planejamento da Administração Pública, em todas as suas ações e, no contexto do turismo, revelam a necessidade de conservação ambiental e respeito à identidade e autenticidade das comunidades anfitriãs, além de firmar um compromisso de proteção ao patrimônio cultural e fortalecimento da diversidade e tolerância à multiculturalidade (RAMOS, 2019).

Considerando a situação atual do turismo étnico no município de Ijuí, RS, concentrado durante um período específico do ano (FENADI / Expofest, realizada anualmente, no decorrer do mês de outubro), ressalta-se a relevância do desenvolvimento de atividades durante todo ano, com vistas a focar essencialmente no turismo étnico-cultural, diminuindo os possíveis impactos negativos de um turismo de massa. Este último é percebido como o crescimento desenfreado do turismo, causando danos ambientais, congestionamento das infraestruturas locais, conflitos entre residentes e turistas, entre outros (RODRIGUES, 2021). Deste modo, o planejamento deste desenvolvimento turístico deve buscar, sobretudo, a geração de benefícios contínuos à comunidade local (FUHRMANN E RIBEIRO, 2014).

Diante das explanações acerca do turismo enquanto possibilidade de desenvolvimento local e, ainda, considerando a necessidade de observância, cada vez mais presente, dos pressupostos de sustentabilidade, o presente capítulo apresenta um estudo para o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no Município de Ijuí, RS, mediante a compilação e adaptação das dimensões e categorias de análise da Teoria das Dimensões de Sustentabilidade de Sachs

(2002) e do Sistema de Turismo de Beni (2004), anteriormente expostos neste estudo e considerando os dados obtidos nas pesquisas realizadas.

Importa destacar que foram analisadas e propostas ações relacionadas às variáveis que apresentaram médias inferiores a 4,00, considerando que as opções 4,00 e 5,00 referiam-se, respectivamente, a “Concordo Parcialmente” e “Concordo Totalmente”.

5.1. AÇÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA

Dentre as questões analisadas, verificou-se a percepção sobre a necessidade de observar aspectos relacionados à acessibilidade no município de Ijuí, como rampas, calçadas, ruas etc. A acessibilidade pode ser entendida como a

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, [...] bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 2).

Apesar da existência de políticas públicas relacionadas à acessibilidade, além de legislações e normas pertinentes, ainda não há “[...] uma implementação de maneira adequada e elas não são respeitadas e cumpridas integralmente pelas instituições públicas” (ARAÚJO, 2022, s.p.).

Cumprir salientar a existência de lei municipal criando o Plano Diretor Participativo que, em seu artigo 5º elenca o direito à acessibilidade como uma das funções socioambientais da propriedade e do espaço público municipal. O artigo 10, inciso III, dispõe a acessibilidade universal de todos os cidadãos como um dos objetivos da Política Municipal Participativa de Desenvolvimento municipal, incluindo como objetivo de mobilidade priorizar a acessibilidade de pedestres (artigo 23, inciso I), especialmente os portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida (conforme artigo 200, parágrafo único, inciso II) (MUNICÍPIO DE IJUÍ, 2020). Neste sentido, sugere-se a identificação dos pontos críticos de acessibilidade existentes, bem como uma fiscalização mais contundente em novas construções, promovendo as correções necessárias tanto em espaços públicos quanto privados.

Outra questão importante refere-se à percepção da estrutura comercial do município como não adequada ao desenvolvimento turístico. Para melhorias neste quesito, sugere-se a realização de ações específicas para a qualificação do comércio local, através de instituições como o SEBRAE, por exemplo. Esta instituição possibilita a capacitação e o desenvolvimento dos pequenos negócios, focando na sustentabilidade e no empreendedorismo e, dentre os seus campos de atuação, destaca-se o acesso a novos mercados e a educação empreendedora (SEBRAE, s.d.).

Beni (2004) dispõe sobre a relevância da qualificação da mão-de-obra da comunidade local, para a correta inserção no mercado de trabalho do turismo. Desta forma, o comércio local deve estar em constante capacitação, com vistas à melhoria o atendimento da comunidade local e, por consequência, inserir-se também na economia do turismo, a partir do desenvolvimento do município enquanto destino turístico.

Os espaços para eventos culturais e turísticos não são percebidos como adequados pela maioria dos questionados. Diversos são os espaços existentes, atualmente, para a realização de eventos nesta área; entretanto, os mesmos são utilizados poucas vezes durante o ano. Citam-se como exemplos o Parque de Exposições Wanderley Burmann (Figura 34); a Estação de Cultura e Lazer (Figura 35); a Estação Cidadania, Cultura e Esporte do Parque Popular da Pedreira (Figura 36); a sede da UETI (Figuras 5 e 6, já mencionadas).

Figura 34: Parque de Exposições



Fonte: Rádio Progresso de Ijuí (2021b).

Figura 35: Estação Cultura e Lazer



Fonte: Rádio Progresso de Ijuí (2021a).

Figura 36: Estação Cidadania, Cultura e Esporte



Fonte: Estação Cidadania, Cultura e Esporte Parque da Pedreira (Facebook).

Quanto a esta questão, sugere-se o uso mais frequente destas áreas, buscando conferir maior publicidade sobre as mesmas e, deste modo, melhorar a percepção da comunidade local e regional acerca destes espaços. Atividades relacionadas à cultura étnica, por exemplo, com vistas ao turismo étnico-cultural, podem e devem ser desenvolvidas com maior frequência, utilizando-se dos espaços já disponíveis.

Por fim, a estrutura de saúde do município é percebida como insuficiente ou inadequada. Em 2022, o município conta com ampla estrutura, tanto pública quanto privada. No contexto público, citam-se as Unidades de Saúde dos bairros e no meio rural, a Unidade de Pronto Atendimento 24h, além da urgência e emergência dos

hospitais, com atendimento através do Sistema Único de Saúde. Em se tratando de instituições privadas, além de clínicas, consultórios e complexos médicos, destaca-se o Hospital de Caridade de Ijuí, o Hospital Bom Pastor e o Hospital da Unimed (MUNICÍPIO DE IJUÍ, s.d.). Verifica-se a ausência de Plano Municipal de Saúde, destacando-se, ainda, a dificuldade de encontrar informações correlatas à saúde nos meios digitais da Prefeitura. Neste sentido, sugere-se a atualização das plataformas digitais, além de uma melhor comunicação destas informações à comunidade, com vistas à melhoria desta percepção.

Para além dos pontos mencionados, cumpre destacar que

Com o apoio do poder público, medidas simples podem solucionar impedimentos geográficos, de tráfego de veículos, normatização de horários, estacionamentos para visitantes próximos aos atrativos com estacionamento de ônibus de excursão; infraestrutura de acesso, sanitária, nos atrativos, entre outras (DOTTO et al., 2018, p. 138)

Deste modo, verifica-se a importância das ações governamentais no contexto do planejamento e desenvolvimento turístico das localidades, em especial no tocante à infraestrutura.

5.2. AÇÕES RELACIONADAS À ECONOMIA

Nesta categoria, todas as questões apresentaram média acima de 4,00. Conforme Dotto et al. (2018, p. 139), a atividade turística é um componente relevante para o estímulo do sistema produtivo, sendo possível verificar a “[...] melhoria de vida, bem-estar social; produzir o efeito multiplicador da renda; revitalizar e valorizar o patrimônio local; [...]; melhorar a infraestrutura básica e turística, bem como a superestrutura em torno do turismo [...]”. Ainda:

O turismo, para ter garantia de sucesso como atividade econômica, depende de um planejamento estratégico realizado de forma integrada e participativa e que ofereça os meios adequados para sua implementação e administração (BRASIL, 2007, p. 15).

Com vistas a desenvolver ainda mais a economia local e, por conseguinte, a percepção sobre a mesma, vislumbra-se a necessidade de consolidação do município, enquanto Capital Nacional e Mundial das Etnias, em roteiros turísticos já existentes. Um exemplo de roteiro do qual Ijuí figura como integrante refere-se à

Rota do Yucumã, constituída de 33 municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul através de um consórcio. Em 2007 criou-se a 10ª Região Turística do Rio Grande do Sul, a Região Turística Rota do Yucumã, possibilitando maior visibilidade à região, proporcionando melhoria do turismo como uma alternativa viável de desenvolvimento. Segundo o Plano Regional do Turismo da Rota do Yucumã, os atrativos mais visitados no município de Ijuí referem-se à Usina Hidrelétrica e às etnias, especialmente a FENADI (atualmente, Expofest Ijuí). Entretanto, em referência geral à Rota do Yucumã, o maior atrativo de toda a região refere-se tão somente o Salto do Yucumã, localizado no município de Derrubadas (ROTA DO YUCUMÃ, s.d., s.p.; SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Esta consolidação se torna possível a partir do desenvolvimento efetivo do turismo no município de Ijuí, especialmente no tocante ao movimento étnico, conforme se vislumbra como um dos atrativos referenciados no Plano Regional do Turismo da Rota do Yucumã. Neste sentido, em conformidade com Dotto (2018), a Administração Pública possui um papel significativo no gerenciamento destes roteiros, buscando sua potencialização e encontrando alternativas para a comercialização dos produtos que integram estes roteiros/rotas. Além disso, “Um roteiro turístico é uma oportunidade que a comunidade possa estar ativa no processo de construção social do território, atribuindo ao turismo um qualitativo de identidade e distinção do território de forma responsável” (DOTTO et al., 2018, p. 140).

Verificou-se no site oficial do roteiro turístico em questão a existência de breves informações acerca de cada um dos municípios e seus atrativos. Desta forma, sugere-se que, de maneira conjunta, os destinos turísticos que integram a Rota do Yucumã possam enriquecer a plataforma digital com informações relevantes e atualizadas, no intuito de fomentar, de fato, a visitação de turistas. Acerca desta questão envolvendo um meio digital de informação, Ruiz (2021, p. 19) afirma que os websites são “plataformas onde o consumidor pode encontrar informações sobre o destino [...]. Portanto, meios de hospedagem, bares e restaurantes, meios de locomoção e telefones de emergência [...] devem estar presentes”.

Neste mesmo sentido, sugere-se a elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Turístico, contemplando as demandas e particularidades de cada um dos municípios envolvidos, observando-se as etapas propostas por Brasil (2007):

Elaboração ou recuperação do Inventário da Oferta Turística; Dimensionamento da demanda turística atual; Levantamento e análise dos produtos turísticos ofertados na região; Levantamento dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças da atividade turística na região; Levantamento e/ou resgate de informações básicas dos municípios que compõem a região. Estas etapas permitem o diagnóstico da realidade regional, servindo de embasamento para a proposição de ações turísticas adequadas.

O sugerido Plano Regional deve abranger aspectos comerciais, no sentido de promover a visibilidade das empresas locais e regionais que contribuam para o fluxo turístico da região, sendo relevante a divulgação destas em plataformas digitais, tanto relacionadas à Rota supracitada ou ao Plano Regional, quanto em contextos mais específicos, como nos sites das Prefeituras Municipais. Acerca desta última possibilidade, no item 5.6 traçam-se sugestões quanto ao site da Prefeitura do Município de Ijuí, RS. Torna-se de significativa relevância a divulgação da infraestrutura capaz de absorver o fluxo de turistas na localidade em questão, destacando-se hotéis, restaurantes, comércio local, transporte, agências de viagens, entre demais estabelecimentos que compõem a cadeia produtiva do turismo (RUIZ, 2021). Cumpre destacar, ainda, que o presente estudo busca mencionar ações para além das já existentes no decorrer do período destinado à FENADI/Expofest, buscando a manutenção do fluxo turístico e o retorno cultural, comercial e econômico ao município durante o ano inteiro.

5.3. AÇÕES RELACIONADAS À SOCIEDADE

Em um primeiro momento, verificou-se que a percepção de que a comunidade não possui interesse em promover ações que atraiam turistas. Neste mesmo sentido, houve a percepção de que a comunidade local não recebe bem os turistas.

Conforme Fuhrmann e Ribeiro (2014), a comunidade pode perceber a atividade turística como negativa e prejudicial, em virtude das diferenças culturais e de estilo de vida, assim como a saturação da infraestrutura (que até então, atendia somente a comunidade local) com a chegada de turistas. Estas situações podem levar a uma mudança de comportamento e de valores, percebida como insatisfação ou ausência de hospitalidade por parte da comunidade receptora da localidade turística.

Traz-se nesta questão um recorte acerca da hospitalidade. Fernandes Júnior (2022), ao realizar uma resenha acerca do ensaio de Michel Agier⁴, traz a relação entre estrangeiros/imigrantes, a comunidade local que os recebe e a esfera governamental, convertendo o estrangeiro em hóspede sem o perceber como um inimigo. Apesar de a obra destacar situações vivenciadas nas últimas duas décadas, a hospitalidade é uma característica que, apesar de não ser percebida pelos questionados, configura-se como essencial para a localidade, principalmente ao considerar-se a sua própria formação e colonização, onde povos de diversas origens puderam reconstruir suas vidas longe de suas casas.

Deste modo, verifica-se a necessidade de (re) construção da imagem do turista perante a comunidade local, através de ações governamentais que destaquem os aspectos positivos do turismo étnico para o município de Ijuí. Para que estes aspectos positivos possam ser, de fato, ressaltados, reitera-se a relevância do planejamento para o desenvolvimento adequado deste turismo, sob pena de produzir efeitos negativos (conforme anteriormente mencionado). As questões envolvendo o recebimento de turistas são essenciais, pois “A atual valorização do turismo como experiência [...] marca o desejo dos turistas de desfrutar mais da viagem, incluindo maior integração com os moradores locais” (CAMARGO, 2021, p. 13).

Outro aspecto relevante diz respeito ao turismo enquanto ferramenta para promover a igualdade social, afirmação não percebida como verdadeira pelos questionados. Esta percepção vem ao encontro do afirmado por Cruz (2018), de que a desigualdade social presente no Brasil (especialmente pela sua condição de subdesenvolvimento), além de histórica, permanece sendo reproduzida no setor econômico, apesar dos avanços sociais e normativos. No contexto turístico, em algumas situações e localidades a desigualdade social destaca-se ainda mais, comparando-se a comunidade local com os turistas, reproduzindo as mazelas sociais constantemente (CRUZ, 2018).

Por outro lado, o turismo também se configura como um aspecto positivo para as comunidades, possibilitando o desenvolvimento social e econômico e, ainda, fomentando a geração de emprego e renda, alcançando os critérios de sustentabilidade de Sachs (2009, p. 85): a “distribuição de renda justa” e o “emprego

⁴ AGIER, Michel. *The stranger as my guest: a critical anthropology of hospitality*. Cambridge, Medford: Polity, 2021.

pleno e/ou autônomo com qualidade de vida”. Vieira (2021) afirma que a igualdade social, no contexto turístico, é promovida tanto na figura do turista quanto na figura da comunidade receptora, pois ao mesmo tempo em que hoje um indivíduo reside uma localidade que recebe turistas, ele também pode figurar como um turista em outras localidades, considerando o acesso financeiro cada vez mais facilitado aos produtos turísticos.

Sobre esta questão, reitera-se a sugestão de ações governamentais relacionadas à imagem positiva do turismo no município de Ijuí, destacando-se o turismo étnico em virtude da consolidação do movimento das etnias, percebido como relevante para a comunidade local através dos questionários aplicados.

5.4. AÇÕES RELACIONADAS À CULTURA

Nesta categoria, todas as questões apresentaram média acima de 4,00. Cumpre destacar, entretanto, ações a serem implementadas a partir das sugestões recebidas pelos questionados, dispostas nas seções 4.3.5 e 4.3.6 deste estudo.

No decorrer do principal evento anual do município de Ijuí (Expofest Ijuí) podem ser realizadas mais atividades relacionadas ao resgate histórico, de fato, das etnias, promovendo a participação ativa dos visitantes (através de oficinas de gastronomia típica, degustações etc.). O uso de trajes típicos deve ser incentivado a outros membros da comunidade, não somente aos participantes de etnias, conforme exemplo de outros eventos como a Oktoberfest de Blumenau, Santa Catarina. O site oficial do evento disponibiliza, inclusive, a comercialização de trajes típicos (OKTOBERFEST, s.d.). Sugere-se, portanto, a comercialização de trajes étnicos através das etnias, tanto em lojas físicas quanto virtuais.

Para além dos dias do evento supracitado, diversas foram as sugestões de atividades a serem realizadas durante o ano, dentre as quais cita-se a comercialização de produtos gastronômicos típicos de cada etnia, em espaço adequado na sede da UETI ou na Estação de Cultura e Lazer, já existentes e em funcionamento. Outra ação relacionada à gastronomia diz respeito à *food trucks* de lanches típicos, em diversas áreas do município, durante o ano todo. Por fim, destaca-se a disponibilização de cursos de idiomas e, ainda, de culinária típica, como forma de arrecadar recursos para as etnias e fomentar ainda mais o conhecimento cultural da comunidade local e regional.

Em 2020, durante a FENADI Virtual (em virtude da pandemia de Covid-19), foram preparadas receitas étnicas típicas ao vivo, durante a transmissão da programação do evento, por professores e alunos dos cursos de Gastronomia e Nutrição da Unijuí (NOROESTE ONLINE, 2020). Deste modo, verifica-se a possibilidade de realização de parcerias com esta instituição de ensino, para a promoção de eventos relacionados à gastronomia típica.

Em se tratando de cursos de idiomas, destaca-se a existência do Curso de Língua e Cultura Italiana, promovido pela Etnia Italiana em parceria com a Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS) (UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ, s.d.). A etnia polonesa promoveu, em 2021, um curso de Língua Polonesa, para membros da etnia, estudantes e egressos da Unijuí, em parceria com esta última (NOROESTE ONLINE, 2022). Estas ações podem, entretanto, ser realizadas constantemente, por todas as etnias formalizadas, através de parcerias com instituições de ensino diversas.

Após a inauguração da sede da UETI (em 2022) estão sendo planejadas diversas ações que corroboram com as sugestões dos questionados deste estudo. Dentre as movimentações, destacam-se a promoção do ensino de danças, línguas e cantos relacionados às etnias, aos alunos das escolas municipais e estaduais (CHIAVON, 2022). Neste sentido, verifica-se a legitimidade das sugestões propostas pela comunidade.

5.5. AÇÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE

Dentre as questões relacionadas ao meio ambiente, aferiu-se a percepção de que a comunidade local não preserva o meio ambiente, através da reciclagem e uso racional de água e energia elétrica, por exemplo. Este resultado revela-se preocupante, uma vez que, conforme Sachs (2009, p. 67), “A conservação da biodiversidade entra em cena [...] sobre o futuro da humanidade. A biodiversidade necessita ser protegida para garantir os direitos das futuras gerações”.

Não há como dissociar o desenvolvimento sustentável de uma localidade (especialmente na área do turismo) da preservação ambiental e, neste ponto, a comunidade local deve fazer a sua parte. “Precisamos aprender como fazer um aproveitamento sensato da natureza para construirmos uma boa sociedade” (SACHS, 2009, p. 70).

Quando se preserva o meio ambiente, os atrativos turísticos não se esgotam, trazendo desenvolvimento econômico e social para a região e benefícios para toda a comunidade. A chegada de turistas [...] significa circulação de dinheiro e captação de recursos para a região, promovendo o que chamamos de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2007, p. 19-20).

Nesta questão, sugerem-se ações governamentais relacionadas ao meio ambiente, sobretudo em relação à educação ambiental, em conformidade com os critérios de sustentabilidade de Sachs (2009), de limitar o uso dos recursos não renováveis e de preservar o potencial do capital natural. Beni (2004, p. 264) corrobora, afirmando que um dos objetivos para a formulação de políticas públicas em turismo é a promoção da “[...] educação necessária à conservação dos recursos naturais e socioculturais”.

No município, encontra-se organizada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, dentre suas competências, deve “[...] promover a educação ambiental e a formação de consciência sobre a conservação e a valorização da natureza como condição para melhoria da qualidade de vida [...]” (MUNICÍPIO DE IJUÍ, 2013). Desta forma, sugere-se que tais ações sejam realizadas pela referida Secretaria.

No contexto das ações ambientais, torna-se latente o destaque da sustentabilidade como um todo. Em documento de Brasil (2017), destaca-se que a sustentabilidade, além do viés ambiental (buscando assegurar a compatibilidade do fluxo turístico com os recursos naturais da localidade), deve considerar também outras dimensões, como a sustentabilidade sociocultural (preservando, de fato, os valores locais), a econômica (contribuindo para o desenvolvimento local mediante seus próprios recursos) e, ainda a sustentabilidade político-institucional (buscando a solidez e continuidade das ações e compromissos estabelecidos no contexto turístico, entre todas as partes envolvidas).

Destaca-se, para o presente estudo, algumas sugestões propostas pelo Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (BRASIL, 2017). Primeiramente, propõe-se a adequação às diretrizes do Plano mencionado, adequando-se à realidade do município de Ijuí, RS, no que couber. A preservação dos recursos naturais existentes e a o destaque a esta preservação como uma premissa da atividade turística deve ser constante; embora este estudo tenha se dedicado tão somente ao turismo étnico-cultural, o município analisado possui diversas belezas naturais e pontos turísticos relacionados ao meio ambiente, os quais devem ser

cuidadosamente preservados, também como forma de atrair turistas para ambos os tipos de atrações.

No decorrer das ações turísticas, tanto nos eventos anuais quanto em datas mais pontuais, sugerem-se ações de consumo consciente, mediante a utilização de materiais recicláveis e reciclados, biodegradáveis, entre outras atividades que contribuam ativamente para a preservação e conservação ambiental (BRASIL, 2017). Pontualmente, sugere-se a utilização em menor quantidade de itens descartáveis (copos, pratos, talheres) e o incentivo ao uso de canecas próprias, por exemplo, aos frequentadores dos famosos bailes de *chopp* promovidos pela etnia Alemã, bem como em outros eventos promovidos pelos demais povos.

5.6. AÇÕES RELACIONADAS À SUPERESTRUTURA

Identificou-se que a comunidade percebe como insuficiente o número de setores e servidores públicos municipais na área do turismo. A Lei Municipal nº 5.743/13 dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do município de Ijuí. A estrutura administrativa é composta por 14 secretarias municipais, dentre as quais, a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. Esta Secretaria encontra-se subdividida em três Coordenadorias: Coordenadoria de Cultura, Coordenadoria de Esporte e Coordenadoria de Turismo (MUNICÍPIO DE IJUÍ, 2013). Verifica-se uma convergência de interesses entre as Coordenadorias de Cultura e Turismo com base nas propostas do presente estudo.

Quanto aos servidores, além da estrutura mínima para o funcionamento de uma Secretaria, verificou-se a existência de um servidor ocupando o cargo de Chefe de Equipe de Turismo, um servidor ocupando o cargo de Chefe de Equipe de Cultura e uma servidora ocupando o cargo de Turismóloga, além do Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA IJUÍ, s.d.). O único cargo efetivo é o de Turismólogo, sendo ocupado a partir de 2020; os demais configuram Cargos em Comissão, tendo sido ocupados a partir da gestão atual, ou seja, em 2021. Sugere-se a consolidação de uma Coordenadoria de Cultura e Turismo integradas, com servidores efetivos que possam, ao longo dos anos, desenvolver atividades continuadas nesta área.

Da mesma forma, há a percepção de que a Administração Pública municipal não possui preocupação em ouvir as necessidades da comunidade e dos

empresários e por fim, verificou-se a percepção de pouca preocupação da Administração Pública municipal quanto ao desenvolvimento do turismo. Nesta seara, destacam-se alguns pontos fundamentais. O primeiro refere-se à ausência de Plano Municipal de Turismo, uma peça fundamental para nortear as ações nesta área. Conforme anteriormente exposto neste estudo, o Conselho Municipal de Turismo foi criado na década de 90 e, desde então, não se consolidou o Plano Municipal de Turismo.

Conforme Brasil (2007), cada região deve planejar e decidir o seu próprio futuro no contexto turístico, de maneira participativa e respeitando suas próprias características. No âmbito municipal, o Plano Municipal de Turismo é o documento norteador do planejamento turístico, contendo as propostas para o seu desenvolvimento. A execução das políticas de turismo ocorre nos municípios, pois são neles que se encontram os atrativos, sendo de significativa relevância o papel da gestão municipal (GOVERNO DO PARANÁ, 2017).

Considerando esta relevância, urge a construção deste Plano de Turismo no município de Ijuí, em consonância com as diretrizes setoriais contidas no Plano Diretor Participativo do município, uma vez que “[...] a atividade turística é influenciada e depende diretamente de trabalhos realizados por outras áreas, tais como saneamento, transporte, [...] patrimônio cultural, áreas verdes etc.” (GOVERNO DO PARANÁ, 2017, p. 32).

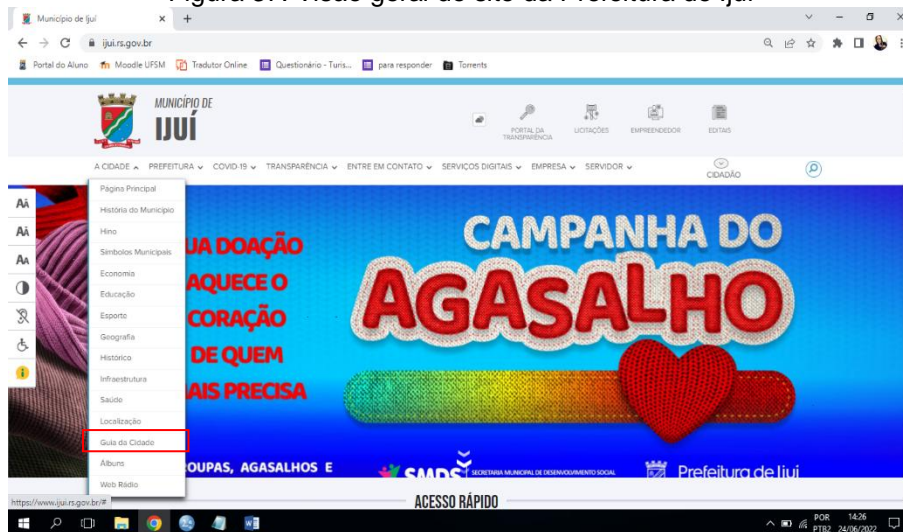
A construção do Plano Municipal de Turismo deve considerar, sobretudo, as demandas da comunidade local, buscando uma participação ativa e construindo uma estratégia pautada na sustentabilidade. Conforme Beni (2004), é preciso estabelecer um processo participativo na construção de políticas públicas de turismo, visando obter o apoio das comunidades locais. Neste mesmo sentido,

A população precisa estar constantemente estimulada a participar para que lhe seja assegurado o papel de protagonista ao longo do processo de desenvolvimento socioeconômico de sua região – o que diz respeito diretamente à preservação de seu modo de vida e de suas tradições (BRASIL, 2007, p. 13-4).

Outro ponto diz respeito à deficiência quanto a informações turísticas no site oficial da Prefeitura de Ijuí. Ao se acessar o site, verifica-se que, na Aba “A Cidade” sequer existe uma seção dedicada ao Turismo; a opção “Guia da Cidade” foi

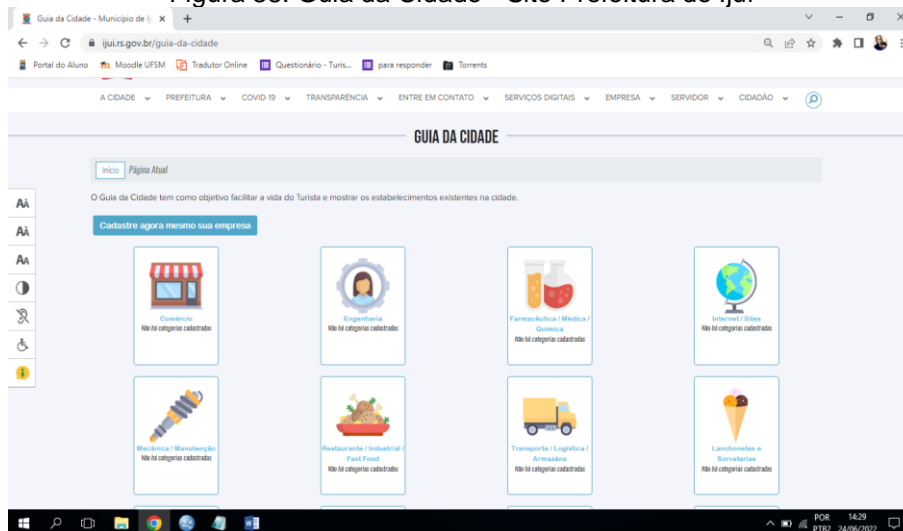
organizada na forma de subitens que se encontram vazios, conforme demonstrado nas Figuras 37 e 38, a seguir.

Figura 37: Visão geral do site da Prefeitura de Ijuí



Fonte: Município de Ijuí (site).

Figura 38: Guia da Cidade - Site Prefeitura de Ijuí



Fonte: Município de Ijuí (site).

Sugere-se a inclusão de um link permanente sobre o turismo no município e, especialmente, sobre o turismo étnico-cultural, conferindo espaço adequado para divulgação de eventos e produtos oriundos das etnias. O uso das plataformas digitais como meio de informação turística é essencial na atualidade, conforme coloca Ruiz (2021, p. 18):

A importância de atrair turistas para fomentar o desenvolvimento das regiões leva em consideração o comportamento do turista ao tomar uma

decisão como consumidor e, neste contexto, observa-se uma alteração significativa nas formas de buscar informações sobre os destinos, locais para se hospedar, restaurantes, etc., ou seja, o turista, utiliza a internet e os websites como principais fontes de informação para suas escolhas.

Corroborando com esta afirmação, sugere-se que, além do espaço para a divulgação do turismo étnico-cultural, a seção “Guia da Cidade” contenha as informações atualizadas sobre os mais diversos setores, transformando-se num efetivo canal de referência para os turistas que desejam conhecer a Capital **Mundial das Etnias**.

5.7. AÇÕES GERAIS

Dentre as questões propostas, destaca-se a percepção sobre a existência de outras etnias a serem organizadas. Conforme previamente abordado neste estudo, outros povos foram relevantes para a formação étnica e cultural do município de Ijuí, tais como os caboclos e guaranis. Da mesma forma, Vieira (2019) cita a realização de tratativas no intuito de consolidar a etnia latino-americana.

Até a finalização deste estudo, não havia material bibliográfico disponível para consulta acerca das tratativas envolvendo a etnia latino-americana. De todo modo, sugere-se a consolidação desta etnia e, ainda, o adequado estudo e futura consolidação da etnia guarani, considerando a sua relevância na colonização regional. Tendo em vista as ações mencionadas nas categorias selecionadas, apresenta-se, a seguir, o Quadro 8, trazendo um compilado destas informações.

Quadro 8: Compilação das ações propostas

(continua)

Categoria	Ações propostas
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização quanto à acessibilidade dos espaços públicos e privados; - Qualificação do comércio local; - Uso frequente dos espaços já existentes para eventos; - Divulgação acerca da infraestrutura em saúde.
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Destaque do turismo étnico na Rota do Yucumã; - Disponibilização de informações no site da referida Rota; - Elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Turístico, envolvendo os municípios desta Rota; - Divulgação dos estabelecimentos comerciais que compõem o fluxo turístico.
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Ações governamentais que destaquem os efeitos positivos do turismo para a comunidade local.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Mais atividades durante a Expofest, promovidas pelas etnias; - Mais atividades durante o restante do ano, promovidas pelas etnias; - Comercialização de trajes étnicos.

Quadro 8: Compilação das ações propostas

(conclusão)

Categoria	Ações propostas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Educação ambiental da comunidade local, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; - Preservação dos demais recursos naturais e potencialmente turísticos de Ijuí; - Diminuição do uso de materiais descartáveis durante os eventos.
Superestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Coordenadoria de Cultura e Turismo; - Contratação de servidores efetivos para a continuidade das ações; - Elaboração do Plano Municipal de Turismo; - Utilização do site da Prefeitura Municipal para divulgar informações turísticas.
Aspectos gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de outras etnias, a exemplo dos guaranis e dos latino-americanos.

Fonte: da autora (2022).

As ações propostas neste estudo vislumbram o desenvolvimento turístico sustentável do município de Ijuí a partir de sua identidade étnica, corroborando com o recente reconhecimento como Capital Nacional e Mundial das Etnias, conforme anteriormente abordado.

Fuhrmann e Ribeiro (2014) afirmam que os benefícios do planejamento turístico são inúmeros, melhorando a distribuição de renda e os empregos (formais e informais). Como contraponto, entretanto, os autores colocam que, na ausência deste planejamento, muitos empregos podem ser sazonais, promovendo o desemprego em períodos onde a atividade turística não é fomentada. Desta forma, reitera-se a necessidade e relevância do planejamento turístico sustentável, promovendo o desenvolvimento intersetorial equilibrado (SACHS, 2009), através das ações mencionadas neste estudo.

Diante das informações coletadas e analisadas, foi possível verificar a legitimidade do movimento étnico-cultural no município de Ijuí enquanto elemento de relevância para a comunidade local e, deste modo, compreende-se também o seu potencial de desenvolvimento turístico, construindo o presente estudo a partir de possibilidades reais de desenvolvimento de um turismo sustentável pautado da diversidade étnica-cultura existente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral propor ações para ampliar o desenvolvimento sustentável do Turismo Étnico-Cultural no Município de Ijuí, RS, considerando o movimento étnico já presente no município. Teve como norteador o seguinte problema: “Como promover o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Ijuí, RS, considerando como principal elemento o turismo étnico cultural existente?”.

Foram estabelecidos três objetivos específicos para alcançar o objetivo geral e, por conseqüência, responder à questão supracitada. Em um primeiro momento buscou-se compreender a relevância da identidade étnica na formação histórica e organização cultural do município de Ijuí/RS. Para tanto, o capítulo 4, seção 4.1, trouxe informações acerca da formação territorial e social de Ijuí, destacando a presença de imigrantes de diversas partes do mundo, buscando reconstruírem suas vidas longe de sua pátria natal.

Em seguida, o estudo contextualizou o movimento étnico no Município de Ijuí, RS, resgatando sua cronologia e identificando sua conjuntura atual. A seção 4.2 do Capítulo 4 caracterizou cada uma das etnias oficializadas, além de identificar outros povos que fizeram parte da formação da identidade local. Destacou-se, ainda, o movimento étnico como uma das bases da comunidade local, cuja organização oficial, a partir da década de 80, possibilitou ainda mais o resgate destes costumes e tradições.

Por fim, o terceiro objetivo específico consistiu em verificar a percepção de representantes da sociedade sobre a situação atual e possibilidades de desenvolvimento do turismo étnico-cultural em Ijuí. As percepções foram identificadas e analisadas na seção 4.3 do Capítulo 4, sendo possível identificar as questões que demandam mais atenção quanto ao desenvolvimento do turismo das etnias. Estas questões serviram de embasamento para a construção do Capítulo 5, no qual foram apresentadas proposições de ações com vistas ao planejamento e desenvolvimento turístico local.

Atualmente, em 2022, existem treze povos organizados na forma de etnias (Afro-brasileira, Alemã, Árabe, Austríaca, Espanhola, Gaúcha, Holandesa, Italiana, Japonesa, Leta, Polonesa, Portuguesa e Sueca), que compartilham suas danças, músicas, gastronomias etc., mantendo viva a herança cultural de seus

antepassados. Entretanto, apesar do município de Ijuí haver recebido em 2021 o título de Capital Nacional das Etnias, conferido pela Presidência da República, e o título de Capital Mundial das Etnias, através de Moção de Reconhecimento da Organização Internacional de Folclore e Arte Popular, vislumbram-se muitas deficiências relacionadas ao turismo local, razão pela qual se realizaram as proposições do presente estudo.

Dentre as proposições, destacam-se ações concernentes à acessibilidade dos espaços (tanto públicos quanto privados) e ao uso dos espaços já existentes para eventos; o incentivo à participação em rotas turísticas já existentes, além da elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Turístico; a realização de ações de conscientização acerca dos efeitos positivos do turismo para a comunidade local; a necessidade de realização de atividades durante o ano, para além do período sazonal específico da FENADI/Expofest; a educação ambiental da comunidade local e, ainda, durante os eventos e atividades turísticas e culturais, a conscientização acerca do uso de determinados materiais; a atuação governamental no contexto turístico, em especial na elaboração de um Plano Municipal de Turismo e na utilização de plataformas digitais para a divulgação dos serviços locais que possam impulsionar o turismo; a organização de outros povos e etnias; entre outras, conforme informações apresentadas no Capítulo 5 e compiladas no Quadro 9.

A riqueza de detalhes e ações já existentes no município de Ijuí em relação ao seu movimento étnico-cultural corrobora com a necessidade de expansão deste universo cultural, mediante um planejamento turístico pautado na realidade atual e nas potencialidades futuras da localidade, permitindo que um número cada vez maior de pessoas possa conhecer, vivenciar e, sobretudo, se deslumbrar com o esplendor de costumes e tradições destes e de outros povos, repassados através das gerações.

6.1 LIMITAÇÕES

As principais limitações ou desafios do estudo foram de ordem cronológica, relações com a Covid-19, além da escassez de materiais bibliográficos específicos. Questões relacionadas ao tempo disponível para a realização desta pesquisa influenciaram significativamente no seu desenvolvimento, considerando se tratar de um Mestrado Profissional, em que a autora continuou exercendo suas funções

profissionais de modo integral, concomitantemente aos estudos acadêmicos. De outro lado, tem-se a situação da pandemia Covid-19, a qual prejudicou o contato presencial com os questionados, razão pela qual optou-se pelo uso do *Google Forms*.

No tocante ao movimento étnico e a colonização do Município de Ijuí, a escassez de materiais publicados impossibilitou um maior aprofundamento, em especial no Capítulo 4, que apresentou as etnias ijuienses organizadas oficialmente, além de elencar outros povos que foram fundamentais na colonização desta região. Ainda, as buscas por informações quanto à infraestrutura municipal resultaram em dados escassos e desatualizados, especialmente no site oficial da Prefeitura de Ijuí e em outros meios de informação digitais.

Ainda, em relação ao material consultado, buscou-se embasar o presente estudo principalmente em publicações que reflitam o estado da arte sobre o tema pesquisado. Entretanto, no tocante a metodologias específicas para o planejamento turístico e sustentabilidade, verificou-se que muitas obras que, ainda hoje, servem como referência, foram publicadas na década passada, ou antes (a exemplo das obras de Márcio Carlos Beni e Ignacy Sachs).

6.2 SUGESTÃO DE TRABALHOS FUTUROS

Considerando que, em 2022, ainda não existe um Plano Municipal de Turismo, recomenda-se a realização de estudo após a consolidação deste Plano, buscando vislumbrar suas propostas e traçando um comparativo com as proposições de ações do presente estudo. Neste futuro estudo, sugere-se uma nova pesquisa quantitativa com a comunidade, buscando diagnosticar possíveis mudanças nas percepções dos questionados. Esta sugestão pauta-se nos dizeres de Couto e Ckagnazaroff (2016), ao afirmarem a relevância da participação social nas decisões de desenvolvimento, promovendo a cidadania como um dos elementos centrais.

REFERÊNCIAS

- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3. ed. 2015.
- ALENCAR, L. A.; AVELLAR, L. C. M.; ALMEIDA, M. G. Os povos Guarani e suas relações cotidianas: uma memória em construção. **Patrimônio e Memória**, 17 (1): 9-34, 2021.
- ALVES, E. P. M. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a UNESCO e a construção de um universalismo global. **Revista Sociedade e Estado**, 25 (3): 539-560, 2010.
- AMARAL, M. Creative Tourism and Tourism Loyalty in Rural Tourism Enterprises: a case study in Alentejo. In: CABEÇA, S. M.; GONÇALVES, A. R.; MARQUES, J. F.; TAVARES, M. **Creative Tourism Dynamics: Connecting travellers, communities, cultures and places**. Coimbra: Grácio, 2020, p. 29-48.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ARAGÃO, I. R. Turismo étnico e cultural: a coroação da rainha das taieiras como atrativo turístico potencial em Laranjeiras (SE). **Caderno Virtual de Turismo**, 15 (2): 195-210, 2015.
- ARAÚJO, Y. F. L. et al. Acessibilidade da pessoa com deficiência física às Unidades Básicas de Saúde. **Cogitare Enferm.**, v. 27, 2022.
- ARRUDA, C. D.; MATOS, F. R. N.; ARRUDA, A. S. O.; MACHADO, D. Q. Dimensões e elementos de Ecodesenvolvimento territorial: estudo de caso no Centro Sul Vale do Salgado. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, 8 (1): 94-115, 2018.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei nº 70/2009. Declara o município de Ijuí “Terra das Culturas Diversificadas e da Colmeia do Trabalho”. **Diário Oficial [da] Assembleia Legislativa do RS**, 28 de outubro de 2009. Disponível em <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20091028-01-100000/EX20091028-01-100000-PL-70-2009.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.
- ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CULTURA JAPONESA SAKURA. **Página oficial do Facebook**. Disponível em https://www.facebook.com/arcjsakura/?ref=page_internal. Acesso em 16 jun. 2022.
- BARÃO, V. M. Os guaranis e os contatos interétnicos: contexto histórico-cultural. **História: Debates e Tendências**, 9 (2): 411-426, 2009.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, 10 (14): 107-114, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: roteiro metodológico com base na instrumentação e operacionalização do SISTUR - Sistema de Turismo aplicado ao Projeto Costa Oeste - Estudo de caso. **Revista Turismo – Visão e Ação**, 2 (3):51-70, 1999.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A Teoria da Complexidade e o Ecosistema do Turismo. **Revista Turismo – Visão e Ação**, 19 (3), 430-457: 2017.

BERCOVICI, G. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os alemães**. Ijuí: Unijuí, 2005a.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os afro-brasileiros**. Ijuí, Unijuí, 2006a.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os árabes**. Ijuí, Unijuí, 2008a.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os austríacos**. Ijuí: Unijuí, 2007a.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os espanhóis**. Ijuí: Unijuí, 2009a.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os gaúchos**. Ijuí: Unijuí, 2009b.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os holandeses**. Ijuí: Unijuí, 2009c.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os italianos**. Ijuí, Unijuí, 2006b.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os letos**. Ijuí: Unijuí, 2006c.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os poloneses**. Ijuí: Unijuí, 2005b.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os portugueses**. Ijuí: Unijuí, 2007b.

BINDÉ, A. C. **As etnias em Ijuí: os suecos**. Ijuí: Unijuí, 2008b.

BO, J. B. L. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

BRASIL, Congresso Nacional. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**: Projeto de Lei nº 10.095-B, de 2018. Brasília, Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=nodeOpta468fiqsn81g49iffuts7fa18740629.node0?codteor=1838580&filename=Tramitacao-PL+10095/2018. Acesso em 03 mar. 2022.

BRASIL, Congresso Nacional. **Projeto de Lei 10.095-A/2018**. Confere o Título de "Capital Nacional das Etnias" à cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AD05151131FA5624B81FA6CA183B2623.proposicoesWebExterno2?codteor=1806797&filename=Avulso+-PL+10095/2018. Acesso em 14 mar. 2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada**. Brasília: Associação de Cultura Gerais, 2011.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 20 de maio de 2013. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/portaria-n-105-de-16-de-maio-de-2013>. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação Turística**: Marcos conceituais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade**: Orientações para prestadores de serviços turísticos. Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, Brasília: 2016.

BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 mai. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 24 de dezembro de 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 de setembro de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010b. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 03 de dezembro de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020. Altera as Leis nos 11.371, de 28 de novembro de 2006, e 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor a respeito das alíquotas do imposto sobre a renda incidentes nas operações que especifica, e as Leis nos 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.356, de 19 de outubro de 2006, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 de maio de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14002.htm#art36. Acesso em 13 jun. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ. **Consulta a projetos de lei**. Disponível em <https://www.camaraiju.rs.gov.br/>. Acesso em 24 mar. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ. **História**. s.d. Disponível em <https://www.camaraiju.rs.gov.br/paginas/historia>. Acesso em 02 nov. 2020.

CAMARGO, L. O. L. As leis da hospitalidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 15 (2), 2021.

CASTREJÓN, Y. D. P.; BRAVO, A. I. F.; ZAPATA, L. V. L.; VELÁSQUEZ, C. M. G. Sistemas complejos y turismo: aplicación del modelo de turismo armónico en dos localidades de países latinoamericanos. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía** 29 (2): 354-372, 2020.

CHERINI, G. **A origem do nome dos municípios**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007.

CHIAVON, A. D. **Projeto da UETI visa envolver cerca de mil crianças e jovens em Ijuí.** 28/04/2022. Disponível em <https://radioprogresso.com.br/projeto-da-ueti-visa-envolver-cerca-de-mil-criancas-e-jovens-em-ijui>. Acesso em 18 jun. 2022.

COLMENARES, S. V. P. La planificación y prevención de los impactos ambientales del turismo como herramienta para el desarrollo sostenible: Caso de estudio Timotes, Venezuela. **Revista Interamericana de Ambiente y Turismo**, 13 (2): 164,183, 2017.

COOPER, E. A. Cultural centres: a future for cultural Arctic tourism? **Journal of Tourism Futures**, 6 (1): 57-69, 2019.

COUTO, F. F.; CKAGNAZAROFF, I. B. Prefeituras priorizam o desenvolvimento local? Um estudo qualitativo do caso de Montes Claros/MG de acordo com a visão de gestores públicos locais. **Administração Pública e Gestão Social**, 8 (4): 225-234, 2016.

CRAVO, A. C.; ALAGIA JÚNIOR, H. G. Imigração japonesa no Rio Grande do Sul: Resgate da memória Nikkei no centro do estado. IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: Memória, patrimônio e tradição. **Anais [...]**. Pelotas/RS, 22 a 24 de setembro de 2010, p. 11-17.

CRUZ, R. C. A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, 36 (36), 2018.

DOTTO, D. M. R.; DENARDIN, A. C. M.; PONS, M; E. D.; CERETTA, C. C. Gestão municipal e ações integradas para o fortalecimento do turismo no território da Quarta Colônia, RS, Brasil. **Revista Turismo – Visão e Ação**, 20 (1): 132-157, 2018.

DOTTO, D. M. R.; SLONGO, L.A. Responsible Tourism - Divergences Between the Principles of Sustainability and the Actions of the Tourism Sector in Brazil. **Almatourism: Journal of Tourism, Culture and Territorial Development**, n. 21, 69-97, 2020.

ESTAÇÃO CIDADANIA CULTURA ESPORTE PARQUE DA PEDREIRA. **Página oficial do Facebook**. Disponível em <https://www.facebook.com/parquedapedreira>. Acesso em 15 jun. 2022.

EXPOIJUÍ FENADI. **Site oficial**. Disponível em <https://expoijuiFENADI.com.br>. Acesso em 01 mai. 2021.

EXPOIJUÍ FENADI / EXPOFEST. **Página oficial do Facebook**. Disponível em https://www.facebook.com/expoijuiFENADI/photos/?ref=page_internal. Acesso em 08 mar. 2022.

FERNANDES JÚNIOR, J. G. B. The stranger as my guest: a critical anthropology of hospitality. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 30, n. 64, abr. 2022, p. 257-259.

FISCHER, M. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa: diretrizes para o cálculo do tamanho da amostra. **Revista Paranaense de Medicina**, 24 (2): 57-64, 2010.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, 35 (3): 105-12, 2000.

FUHRMANN, C. V.; RIBEIRO, M. A. J. A importância do planejamento da atividade turística. **VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, 04 a 06 de junho de 2014.

GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. da. Análise das principais políticas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. **Observatório de Inovação do Turismo**, VI (4), 2011.

GAUDIOSO, T. K. **A presença do governo japonês e sua política para a preservação de memória, da identidade e perpetuação da Etnia Japonesa no exterior**: Brasil, século XX. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Assembleia Legislativa. **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul**: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: ALRS/CCDH, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Assembleia Legislativa. Lei nº 13.490, de 21 de julho de 2010. Institui o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais - PRÓ-CULTURA, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 22 de julho de 2010. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=155752>. Acesso em 24 mar. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Assembleia Legislativa. Lei nº 14.371, de 27 de novembro de 2013. Dispõe sobre a Política Estadual de Turismo, cria o Sistema Estadual de Turismo e o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 28 de novembro de 2013. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.371.pdf>. Acesso em 02 nov. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Assembleia Legislativa. Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015. Dispõe sobre a estrutura administrativa e

diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado [do] Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 16 de setembro de 2022. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2014.733.pdf>. Acesso em 15 jul. 2022.

GRUMAN, M. A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. **Políticas Culturais em Revista**, 2 (1): 174-186, 2008.

GUILARDUCCI, B. C.; FRATUCCI, A. C. Análise da rede social da instância de governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: uma perspectiva sistêmica e complexa. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 14 (1): 140-160, 2020.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: política, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, C. M.; RASOOLIMANESH, S. M.; RAMAKRISHNA, S.; ESFANDIAR, K.; SEYFI, S. A Systematic Scoping Review of Sustainable Tourism Indicators in Relation to the Sustainable Development Goals. **Journal of Sustainable Tourism**, 28 (1): 1-21, 2020.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

HANDL, G. Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment (Stocholm Declaration), 1972 and The Rio Declaration of Environment and Development, 1992. **United Nations Audiovisual Library of International Law**, 2012. Disponível em <https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>. Acesso em 11 jun. 2020.

HERSKOVITS, M. J. Direitos individuais e respeito por todas as culturas. **O Correio da UNESCO - Direitos Humanos: de volta para o futuro**, 4: 24-26, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. **História e Fotos: Ijuí, RS**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ijui/historico>. Acesso em 25 abr. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. **Panorama: Ijuí, RS**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ijui/panorama>. Acesso em 07 ago. 2020.

IOV BRASIL, International Organization of Folk Art Brasil. **Ijuí - Capital Mundial das Etnias: Moção de Reconhecimento**. 13/10/2022. Disponível em <https://iovbrasil.com.br/ijui-capital-mundial-das-etnias>. Acesso em 28 out. 2022.

GOVERNO DO PARANÁ. **Orientação para Gestão Municipal de Turismo**: Guia Prático para dirigentes públicos municipais de turismo. Curitiba: Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, 2017.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 5 (2): 226-247, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: Uma Orientação Aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, M. O. **Ijuí (RS)**: uma cultura diversificada. Ijuí: Unijuí, 2002.

MIDGLEY, D. F.; VENAİK, S.; CHRISTOPOULOS, D. Culture as a configuration of values: an archetypal perspective. **Experimental Economics and Culture, Research in Experimental Economics**, 20: 63-88, 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-30.

MIRANDA, E. A.; ROCHA, E. S.; EGLER, T. T. C. A trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, 17 (1): 25-46, 2014.

MORAES, F.; D.; CUNHA, L. F. (orgs.) **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2018.

MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C., LUCA, T. R.; GUIMARÃES, V. (orgs.). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições [online]. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2014.

MORIGI, V. J. et al. Memória cultural na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas. **Cadernos de Estudos Culturais**, 5 (10): 185-208, 2013.

MOURA, F. T. O gerenciamento de elementos de websites para a formação da imagem de destinações turísticas. XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. **Anais [...]**. Brasília, 22 a 24 de outubro de 2008.

MUNICÍPIO DE IJUÍ. Lei nº 3.317, de 09 de julho de 1997. Cria o Conselho Municipal de Turismo de Ijuí e dá outras providências. **Prefeitura Municipal [de] Ijuí**, 09 de julho de 1997. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a2/rs/i/ijui/lei-ordinaria/1997/332/3317/lei-ordinaria-n-3317-1997-cria-o-conselho-municipal-de>

turismo-de-ijui-e-da-outras-providencias?q=plano+municipal+de+turismo. Acesso em 19 set. 2020.

MUNICÍPIO DE IJUÍ. Lei nº 5.743, de 22 de março de 2013. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Ijuí, estabelece as atribuições dos órgãos, revoga leis que menciona, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal [de] Ijuí**, 22 de março de 2013. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/ijui/lei-ordinaria/2013/575/5743/lei-ordinaria-n-5743-2013-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-administracao-direta-do-poder-executivo-do-municipio-de-ijui-estabelece-as-atribuicoes-dos-orgaos-revoga-leis-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=5743>. Acesso em 17 jun. 2022.

MUNICÍPIO DE IJUÍ. Lei nº 5.878, de 19 de dezembro de 2013. Institui o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências. **Prefeitura Municipal [de] Ijuí**, 19 de dezembro de 2013. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a2/rs/i/ijui/lei-ordinaria/2013/588/5878/lei-ordinaria-n-5878-2013-institui-o-plano-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias?q=plano%20municipal%20de%20turismo>. Acesso em 19 set. 2020.

MUNICÍPIO DE IJUÍ. Lei Complementar nº 6.929, de 21 de janeiro de 2020. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Ijuí, consolida a legislação urbanística; revoga legislações que menciona, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal [de] Ijuí**, 21 de janeiro de 2020. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/i/ijui/lei-complementar/2020/692/6929/lei-complementar-n-6929-2020-institui-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-ijui-consolida-a-legislacao-urbanistica-revoga-legislacoes-que-menciona-e-da-outras-providencias>. Acesso em 16 jun. 2022.

MUNICÍPIO DE IJUÍ. **Saúde**. s.d. Disponível em <https://www.ijui.rs.gov.br/pagina/8/saude#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20tamb%C3%A9m%20disp%C3%B5e%20de,e%20de%20controle%20de%20endemias>. Acesso em 10 jun. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Site oficial**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em 02 ago. 2020.

NAKASHIMA, S. K.; CALVENTE, M. C, M. H. A história do turismo: epítome das mudanças. **Turismo & Sociedade**, 9 (2): 1-20, 2016.

NOROESTE ONLINE. **FENADI Virtual mostrou a diversidade étnica e cultural de Ijuí para o mundo**. 20/10/2020. Disponível em <https://www.noroesteonline.com/FENADI-virtual-mostrou-a-diversidade-etnica-e-cultural-de-ijui-para-o-mundo>. Acesso em 16 jun. 2022.

NOROESTE ONLINE. **Unijuí certifica concluintes do curso de Língua Polonesa**. 12/05/2022. Disponível em <https://www.noroesteonline.com/unijui-certifica-concluintes-do-curso-de-lingua-polonesa>. Acesso em 16 jun. 2022.

OKTOBERFEST, O Guia Internacional da Oktoberfest. **Dirndl e Lederhosen: Trajes da Oktoberfest.** s.d. Disponível em <https://www.oktoberfest.net/lederhosen-e-dirndl>. Acesso em 17 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. **Com investimento de R\$ 7,6 milhões, Sede Cultural da UETI será inaugurada neste mês.** 19/04/2022. Disponível em <https://www.ijuinews.com.br/index.php?m=news&a=detail&id=7178>. Acesso em 15 jun. 2022.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PONTE, J. C.; COUTO, G.; PIMENTEL, P.; SOUSA, A.; OLIVEIRA, A. **Municipal Tourism Planning in an Island Territory: The Case of Ribeira Grande in the Azores.** *Tourism Planning & Development*, 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA IJUÍ. **Salários por colaborador.** Disponível em <https://ijui-portais.govcloud.com.br/pronimtb/index.asp?acao=4&item=5>. Acesso em 17 jun. 2022.

PYKE, S.; HARTWELL, H.; BLAKE, A.; HEMINGWAY, A. Exploring well-being as a tourism product resource. *Tourism Management*, 55: 94-105, 2016.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (1): 1-13, 2019.

RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ. **Estação Cultura de Ijuí é ponto de vacinação contra a Covid-19.** 14/09/2021a. Disponível em <https://radioprogresso.com.br/estacao-cultura-de-ijui-agora-e-ponto-de-vacinacao-contra-a-covid-19>. Acesso em 15 jun. 2022.

RADIO PROGRESSO DE IJUÍ. **Expoijuí não será realizada neste ano e a partir de 2023 acontece de forma bienal.** 07/01/2022. Disponível em <https://www.radioprogresso.com.br/expoijui-nao-sera-realizada-neste-ano-e-a-partir-de-2023-acontece-de-forma-bienal>. Acesso em 05 mar. 2022.

RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ. **Parque Wanderley Burmann estará aberto com ampla programação à comunidade neste final de semana.** 30/10/2021b. Disponível em <https://radioprogresso.com.br/parque-wanderley-burmann-estara-aberto-com-ampla-programacao-a-comunidade-neste-final-de-semana>. Acesso em 15 jun. 2022.

RAMOS, S. P. Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo - Alagoas. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11: 1-14, 2019.

REICHENBERGER, I. Popular culture shaping tourism. *Journal of Tourism Futures*, 2019.

RISTOW, F. W. **Camponeses nacionais no Rio Grande do Sul: uma cultura marginalizada**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2016.

RODRIGUES, F. I. **Overtourism: As novas e velhas questões do turismo de massa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2021.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOÃO, B. N. Análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Marketing**, 13 (4), 39-48, 2-14.

ROTA DO YUCUMÃ. **Site oficial**. s.d. Disponível em <https://www.rotadoyucuma.com.br>. Acesso em 15 jun. 2022.

RUIZ, L. M. **Gestão pública do turismo: atributos dos Websites dos municípios da região do Projeto Geoparque Quarta Colônia - RS**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção ao meio ambiente**. 14. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura: Desenvolvimento da cultura, cultura do desenvolvimento. **Revista Organizações & Sociedade**, 12 (33), 151-165, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCARTON, S. **Governador inaugura sede cultural da União das Etnias de Ijuí (Ueti)**. Publicação: 29/04/2022. Disponível em <https://www.estado.rs.gov.br/governador-inaugura-sede-cultural-da-uniao-das-etnias-de-ijui-ueti>. Acesso em 14 mai. 2022.

SEBRAE. **O que é o Sebrae?** S.d. Disponível em https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos. Acesso em 10 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Regional do Turismo da Rota do Yucumã**. 2014. Disponível em <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20180653/28095349-planejamento-rota-do-yucuma.pdf>. Acesso em 16 jun. 2022.

SENADO FEDERAL. Lei nº 14.280, de 28 de dezembro de 2021. Confere o título de Capital Nacional das Etnias à cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 29 dez. 2021. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/35364962>. Acesso em 10 jan. 2022.

SILVA, J. S.; SONAGLIO, K. E. Análise das metodologias de planejamento e organização do turismo segundo os principais autores brasileiros. **Revista Iberoamericana de Turismo**, 3 (2): 62-83, 2013.

SOARES, M. A. **Povos Indígenas**. Site da Emater/RS. S.d. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-produtiva/povos-indigenas.php#.YlmlI7VKiM8>. Acesso em 25 abr. 2021.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. **Manual de dissertações e teses da UFSM**. Santa Maria: UFSM, 2021.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2001. Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em 11 abr. 2020.

UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ. **Autoridades visitam a futura sede da UETI em Ijuí**. 01/11/2017. Disponível em <https://www.etniasijui.com.br/autoridades-visitam-a-futura-sede-da-ueti-em-ijui>. Acesso em 10 nov. 2020.

UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ. **Etnias**. S.d. Disponível em <https://www.etniasijui.com.br/etnias-ueti>. Acesso em 05 nov. 2020.

UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ. **Projeto quer transformar Ijuí em Capital Nacional das Etnias**. 27/03/2017. Disponível em <https://www.etniasijui.com.br/projeto-quer-transformar-ijui-em-capital-nacional-das-etnias/>. Acesso em 15 fev. 2022.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P. C.; RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas teóricas. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016, 103-110.

VEER, L.; DEZENTJE, A. Direitos humanos e perspectivas culturais. **O Correio da UNESCO - Direitos Humanos: de volta para o futuro**, 4: 36-37, 2018.

VIEIRA, J. **Município de Ijuí poderá ter criação de duas novas etnias**. Publicado em 06/08/2019. Disponível em <https://www.radioprogresso.com.br/municipio-de-ijui-podera-ter-criacao-de-duas-novas-etnias/>. Acesso em 20 mai. 2022.

VIEIRA, J. P.; GASTAL, S. A. Turismo, inclusão e exclusão: o discurso da periferia em Caxias do Sul-RS, Brasil. **Turismo, Visão e Ação**, 23 (10): 132-147, 2021.

VIEIRA, D. P.; HOFFMANN, V. E.; ALBERTON, A. Investimentos públicos, competitividade e desenvolvimento: um estudo em destinos turísticos brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 52 (5): 899-917, 2018.

WEBER, R. Nacionalidades com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, Cláudia. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994, p. 105-120.

ZUCCO, F. D.; QUADROS, C. M. B.; SCHMITT, J. R.; FIUZZA, T. F. Imagem e identidade turísticas relacionadas às práticas e bens culturais percebidas pelos residentes: perspectivas a partir da cidade de Blumenau, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 11 (2): 320-346, 2017.

ZÚÑIGA-BRAVO, F. G. Espacio turístico y turismo cultural a través de la ruta Don Vasco en Michoacán, México. **Revista Geográfica da América Central**, 63 (2): 60-85, 2019.

APÊNDICE A: Questionário aplicado

Prezado(a),

Somos pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A presente pesquisa consiste na coleta de dados para a realização de estudo para o desenvolvimento do Turismo Sustentável relacionado às etnias, no Município de Ijuí, RS. Em nenhum momento é necessário fornecer dados pessoais que possam lhe identificar, sendo garantido o anonimato das respostas.

Para responder ao questionário, **assinale apenas UMA opção de resposta, com X:**

Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Infraestrutura	1. Ijuí possui hotéis adequados e em número suficiente para atender aos turistas.					
	2. Ijuí possui estrutura de saúde adequada para atender turistas e comunidade local.					
	3. A segurança pública do município é adequada para atender turistas e comunidade local.					
	4. Os transportes (ônibus, táxis, aplicativos como Uber, Garupa, etc.) são adequados para atender turistas e comunidade local.					
	5. A estrutura comercial (lojas) de Ijuí é adequada ao desenvolvimento turístico.					
	6. Existe preocupação com questões de acessibilidade (rampas, calçadas, ruas etc.).					
	7. Ijuí possui espaços adequados para a realização de eventos culturais e turísticos.					
	8. De modo geral, Ijuí possui infraestrutura adequada para desenvolver seu turismo.					
Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Econômica	9. O turismo pode possibilitar o aumento das vendas de produtos e serviços em Ijuí.					
	10. O turismo pode permitir o aumento dos empregos formais e informais em Ijuí.					
	11. O turismo pode possibilitar o crescimento para as empresas locais.					
	12. O turismo pode permitir a abertura de novas empresas.					
	13. De modo geral, o turismo pode proporcionar benefícios para a economia de Ijuí.					
Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Social	14. A comunidade ijuicense recebe bem os turistas.					
	15. A comunidade possui interesse em promover ações que atraiam os turistas.					
	16. O turismo em Ijuí pode auxiliar na promoção da igualdade social.					
	17. O turismo possibilita o acesso à cultura.					
	18. De modo geral, desenvolver o turismo pode ser positivo para a comunidade local.					
Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Cultural	19. As etnias de Ijuí são importantes para a comunidade.					
	20. As etnias são um diferencial de Ijuí perante outras cidades.					
	21. As etnias são um patrimônio cultural de Ijuí.					
	22. Ijuí pode desenvolver seu turismo a partir das etnias.					
	23. Frequento os eventos promovidos pelas etnias de Ijuí (feiras, desfiles, danças etc.)					
	24. De modo geral, o movimento das etnias é positivo para Ijuí.					

Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Ambiental	25. O turismo deve ser planejado para evitar prejuízos ao meio ambiente.					
	26. A comunidade local preserva o meio ambiente, através da reciclagem, uso adequado da água e energia elétrica etc.					
	27. Os turistas devem preservar os espaços por onde passam.					
	28. O turismo deve incentivar o consumo de produtos e serviços de maneira sustentável.					
	29. De modo geral, o turismo deve respeitar o meio ambiente.					
Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Superestrutura	30. Existe preocupação da Administração Pública municipal no desenvolvimento do turismo em Ijuí.					
	31. Existe interesse da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades da comunidade quanto ao turismo.					
	32. Existe preocupação da Administração Pública municipal em ouvir as necessidades dos empresários quanto ao turismo.					
	33. Existem setores e servidores públicos suficientes para o desenvolvimento do turismo em Ijuí.					
	34. De modo geral, o poder público municipal promove ações adequadas para desenvolver o turismo.					
Pergunta		Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não sei responder	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Geral						
	35. O movimento étnico de Ijuí pode ser melhor explorado.					
	36. Existem outras etnias que devem ser organizadas.					
	37. Devem ser promovidos mais eventos das etnias ao longo do ano.					
	38. As etnias devem promover atividades constantes.					
	39. Pessoalmente, gostaria que as etnias se transformassem em uma atração turística em Ijuí.					
40. De modo geral, Ijuí possui potencial para desenvolver o turismo das etnias.						

QUESTÕES DESCRITIVAS

41. Você possui alguma sugestão de atividade a ser realizada durante a FENADI? Descreva. Caso não tenha, deixe em branco.

42. Você possui alguma sugestão de atividade ou ação que possa ser realizada no decorrer do ano, relacionada ao turismo das etnias em Ijuí? Descreva. Caso não tenha, deixe em branco.

PERFIL DO RESPONDENTE

43. Em qual categoria você se enquadra (marcar no máximo uma opção, que melhor lhe defina):

- () 1 Participante de etnia () 2 Empresário
 () 3 Comunidade em geral () 4 Não resido em Ijuí

44. Idade:

- () 1 Menor de 18 anos () 2 De 18 a 30 anos
 () 3 De 31 a 50 anos () 4 Mais de 50 anos

45. Formação escolar:

- () 1 Primeiro grau completo/incompleto () 2 Segundo grau completo/incompleto
() 3 Graduação/Especialização completo/incompleto () 4 Mestrado/Doutorado completo/incompleto

46. Renda líquida familiar (somando todas as pessoas que moram na mesma casa, com todos os descontos):

- () 1 Até R\$1.500,00 () 2 De R\$1.501,00 a R\$3.500,00
() 3 De R\$3.501,00 a R\$6.000,00 () 4 Mais de R\$6.000,00

Muito obrigada pela colaboração!

Tássia Tabille Steglich – Mestranda
Prof^a. Dr^a. Dalva Maria Righi Dotto – Orientadora